

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

Anticomunismos e visões de mundo: o patronato rural sul-rio-grandense e a
Reforma Agrária no início dos anos 1960

Darlan de Farias Rodrigues

Pelotas, 2020.

Darlan de Farias Rodrigues

**Anticomunismos e visões de mundo: o patronato rural sul-rio-grandense e a
Reforma Agrária no início dos anos 1960**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alessandra Gasparotto

Pelotas, 2020.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R696a Rodrigues, Darlan de Farias

Anticomunismos e visões de mundo : o patronato rural sul-rio-grandense e a reforma agrária no início dos anos 1960 / Darlan de Farias Rodrigues ; Alessandra Gasparotto, orientadora. — Pelotas, 2020.

176 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Anticomunismos. 2. Ideologia. 3. Reforma agrária - 1960. 4. Guerra fria. I. Gasparotto, Alessandra, orient. II. Título.

CDD : 338.18

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Darlan de Farias Rodrigues

**Anticomunismos e visões de mundo: o patronato rural sul-rio-grandense e a
Reforma Agrária no início dos anos 1960**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de
Mestre em História.

Data da defesa: 30/04/2020

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Alessandra Gasparotto (Orientadora) – UFPEL

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Carla Luciana Silva – UNIOESTE

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas – UFPEL

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - UFRGS

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Gostaria de começar agradecendo minha família pelo apoio em todos esses anos e durante minha formação, em meio a distância e saudades. Minha mãe (Nóris), meu pai (Paulo) e meu padrasto (Oscar), minha irmã Rafaela e meu irmão de coração Guilherme, que sempre deram o suporte necessário para continuar nessa jornada. Especialmente minha mãe, que sempre fez o possível e o impossível para nunca deixarmos de acreditar em dias melhores.

Aos amigos de longa data que mesmo na distância compartilhamos ideias e risos iluminando os dias e deixando a vida mais leve. Ao camarada Rui, em memória.

Aos companheiros de Graduação e da Pós-Graduação que juntos atravessamos momentos difíceis e conturbados dessa história.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me proporcionou realizar essa pesquisa com bolsa e dedicação exclusiva.

À toda a equipe do acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, pela presteza e atenção.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL pela oportunidade que me foi disposta.

Aos meus professores e professoras tanto da graduação como da pós, que me incentivaram a crescer como estudante, pesquisador e ser humano.

À professora Dra. Carla Luciana Silva e ao professor Dr. Jonas Moreira Vargas por comporem a banca do exame de qualificação e aceitarem compor a banca de defesa. As contribuições e observações feitas durante a qualificação foram essenciais para a presente dissertação e estão impressas no espírito deste trabalho. Agradecimento especial ao professor Dr. Enrique Serra Padrós por aceitar participar da banca de defesa.

Ao nosso Grupo de Pesquisa sobre movimentos sociais no campo, ao Tiago e à Bárbara. Nossos estudos ao longo destes dois últimos anos foram fundamentais para essa pesquisa, com vocês pude aprender a ver coisas que não via sozinho. Obrigado pela parceria e pelos momentos compartilhados. Esse processo não seria a mesma coisa sem vocês.

À minha orientadora professora Dra. Alessandra Gasparotto que me acolheu durante esses anos, desde o final da graduação até este momento. Obrigado por tudo, parceira e acolhedora nos mais distintos momentos, te agradeço por todos os aprendizados, oportunidades e conselhos. Tu mudou minha trajetória de uma forma muito boa e por isso sou eternamente grato.

E finalmente, à Camila pelo companheirismo, pelo carinho e por me aturar durante esses dois longos anos de estudos, pesquisas e escrita. Tua presença e teu olhar geográfico foram fundamentais para eu enxergar mais amor na vida.

A todas e a todos aqui mencionados: foi uma honra, muito obrigado!

“Ao historiador que quiser reviver uma época, Fustel de Coulanges recomenda banir de sua cabeça tudo o que saiba do curso ulterior da história. Não se poderia caracterizar melhor o procedimento com o qual o materialismo histórico rompeu. É um procedimento de identificação afetiva. Sua origem é a indolência do coração, a acedia, que hesita em apoderar-se da imagem histórica autêntica que lampeja fugaz. Para os teólogos da Idade Média ela contava como um fundamento originário da tristeza. Flaubert, que a conheceu, escreve: “Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage.” [“Poucas pessoas serão capazes de imaginar como foi preciso estar triste para ressuscitar Cartago.”] A natureza dessa tristeza torna-se mais nítida quando se levanta a questão de saber com quem, afinal, propriamente o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é, inegavelmente: com o vencedor. Ora, os dominantes de turno são os herdeiros

de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. Isso diz o suficiente para o materialismo histórico. Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corveia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo.”

Walter Benjamin, Tese VII.

“O verdadeiro conteúdo de todos os sistemas que fizeram época são as necessidades do tempo, no qual eles surgiram.”

MARX & ENGELS, A ideologia alemã.

Resumo

RODRIGUES, Darlan de Farias. **Anticomunismos e visões de mundo:** o patronato rural sul-rio-grandense e a Reforma Agrária no início dos anos 1960. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

A presente dissertação buscou adentrar a realidade histórica do início dos anos 1960 no Rio Grande do Sul objetivando estudar as formas como a ideologia anticomunista se relacionou com os setores dominantes agrários, suas lideranças e suas entidades. Produzindo, desta forma, uma pesquisa que abrangeu as discussões acerca da Questão Agrária regional, especialmente sobre as disputas em torno da conceituação de reforma agrária no estado. Sendo o sentido da reforma agrária disputada no interior das classes dominantes, pelos movimentos populares reivindicativos emergentes no período e pelo governo estadual da gestão de Leonel Brizola (PTB). Para nossa análise utilizamos o “*Correio do Povo*” entre os anos de 1961 e 1962 e obras de intelectuais que se inseriram no processo histórico em questão.

Palavras-chave: Anticomunismos; Ideologia e Guerra Fria; Reforma Agrária nos anos 1960.

Abstract

RODRIGUES, Darlan de Farias. **Anticomunismos e visões de mundo:** o patronato rural sul-rio-grandense e a Reforma Agrária no início dos anos 1960. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

The present master's degree dissertation seeks to introduce into a historical reality of Rio Grande do Sul in early 1960s aiming to study the forms how anticommunist ideology relationship as established with the sector of agrarian domination, your leaders and patronal entities. In this way, producing a research that covered the discussions about the regional Agrarian Question, especially about disputes over the conceptualization of land reform in the estate. Being the sense of land reforms disputed in the interior of dominant classes, by the emerging popular movements in period and by the state government of Leonel Brizola (PTB). For our analysis we use the "*Correio do Povo*" between the years of 1961-1962 and works of intellectuals that were inserted in the historical process.

Keywords: Anticommunism's; Ideology and Cold War; Land Reform in early 1960s.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADEP – Ação Democrática Popular
ADP – Ação Democrática Parlamentar
ALPRO – Aliança para o progresso
ALRS – Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
ASCAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CETH – Comissão Estadual de Terras e Habitação
CIA – Central Intelligence Agency
CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CRB – Confederação Rural Brasileira
DSI – Doutrina Social da Igreja
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FAO – Food and Agricultural Organization of United Nations
FARSUL – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FEE – Fundação de Economia e Estatística
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPESUL – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais do Rio Grande do Sul
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCB – Partido Comunista Brasileiro (Ex-Partido Comunista do Brasil)
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PRADE - Projetos de Reforma agrária e desenvolvimento econômico-social
PRP – Partido de Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RGS – Rio Grande do Sul

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USIA – United States Information Agency

Sumário

1 Introdução	p.1
2 Capítulo I – Anticomunismo e ruralismo no Rio Grande do Sul dos anos 1960: Considerações acerca do contexto	p.13
2.1 Anticomunismos – a ideologia anticomunista no contexto da década de 1960	p.14
2.1.1 Anticomunismo e historiografia	p.14
2.1.2 O conceito de Ideologia	p.30
2.2 O Rio Grande do Sul nos quadros da Guerra Fria: Introdução à estrutura agrária no início dos anos 1960	p.34
2.3 Ruralismo sul-rio-grandense e os conflitos agrários	p.45
3 Capítulo II – Os debates em torno da questão agrária através do “Correio do Povo”: a luta de classes no Rio Grande do Sul	p. 54
3.1 O período organizativo das classes no campo	p. 56
3.2 O marco e posicionamentos das classes em disputa	p. 71
3.2.1 A “Concentração de Santa Maria” através do “Correio do Povo”	p. 71
3.2.2 As ocupações: Sarandi	p. 83
3.2.3 “Banhado do Colégio” e “VI Conferência Rural”	p. 93
3.3 O olhar da ideologia dominante: a política agrária de Brizola sob o espectro do anticomunismo	p. 107
4 Capítulo III - A produção intelectual ruralista no Rio Grande do Sul	p. 125
4.1 <i>A terra e o homem</i> – Saint Pastous e a cosmogonia da questão agrária na perspectiva dos ruralistas	p. 125
4.1.1 O ruralista e os problemas de sua época	p. 128
4.1.2 O chamado à consciência patronal	p. 133
4.2 Contribuição da FARSUL para o estudo da Reforma Agrária	p. 143
4.3 <i>A propriedade e sua distribuição</i> : contribuições de Ruy Cirne Lima aos estudos da FARSUL	p. 150
5 Considerações finais	p. 159
Lista de Fontes	p. 165
Referências Bibliográficas	p. 167

1 Introdução

A atual pesquisa tem por objetivo analisar a atuação patronal do ruralismo sul-rio-grandense no contexto do início dos anos de 1960, investigando elementos relacionados à sua ideologia e à visão de mundo alicerçada pelos grupos dominantes. Para isso, faz uso de documentos produzidos pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL)¹ - principal entidade representativa dos ruralistas no estado, de publicações da *grande imprensa* e da produção intelectual de alguns destacados ruralistas, problematizando em especial a disputa em torno do conceito de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Propomos, portanto, investigar e produzir um estudo sobre o pensamento, ação e forma com que atuou o patronato rural sul-rio-grandense no acirramento dos conflitos de classe e verificar a influência da ideologia anticomunista sobre esta fração da classe dominante brasileira.

Pensando a partir dos marcos da “modernização do capital”, da justificativa e apelo para o “progresso” e das fronteiras erguidas pelo Ocidente sob a justificativa da “segurança” no período da *Guerra Fria*, buscamos compreender as formas de pensamento vinculadas à propriedade da terra – a seus proprietários -, suas interferências regionais nos campos político-social, econômico e na esfera do trabalho. A operação ideológica do período inicial da década de 1960 nos conduz a identificação de um inimigo pela perspectiva patronal - o *mal* em sua forma maniqueísta - e a um comportamento acerca deste imaginário, destes discursos e da representação deste fenômeno. O anticomunismo encarnava nesse conturbado momento político a defesa dos valores e da moral compreendidos como alicerces da vida sob a égide do ocidente. A tomada de consciência das classes patronais - sob o invólucro capitalista - e a investida contra o que era considerado pelos proprietários - em sua visão de mundo - perigos a ordem moral e social, são nossos guias para a investigação sobre o espectro ideológico da *Guerra Fria* e seu vínculo com a propriedade da terra. Conforme Perry Anderson, a doutrina que se estabelecia no imediato pós Segunda Guerra era identificada enquanto “contenção”,

¹ A FARSUL foi criada em 1927 e na década de 1960 já contava com mais de uma centena de associações federadas no Rio Grande do Sul. Conforme o portal (site) da entidade, consta que até nos anos 1960 a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul usava a sigla “FAR”, passando a FARSUL quando mudou para “Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul”. No entanto, como demonstram as fontes tanto do “*Correio do Povo*” como da própria entidade, era de uso comum a sigla FARSUL nos anos 1960 para a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

“Seu rótulo ideológico era “contenção”, como se o objetivo dos planejadores norte-americanos fosse conter uma onda de agressão soviética. Mas a substância da doutrina estava longe de ser defensiva. Em termos nominais, o conselho era ser firme e ter paciência tática com o objetivo de cansar o inimigo pela “aplicação hábil e vigilante de forças contrárias em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança”, como seu criador o definia. Desde o início, porém, o objetivo não era frear, mas eliminar o adversário. A vitória, não a segurança, era o alvo.” (ANDERSON, 2015, p. 36)²

Essa doutrina passaria à História como “Doutrina Truman”, que estabeleceria a “Doutrina de Segurança Nacional” estadunidense sob a justificativa de combater a subversão. Na hierarquia dos apelos, logo abaixo da “segurança” vinha a “democracia” – “o presente norte-americano ao mundo, protegido pela segurança”³. Ainda conforme Anderson, o que “tinha que ser protegido – isto é, expandido – contra a ameaça totalitária do comunismo era um mundo livre à imagem e semelhança da liberdade norte-americana”⁴. Nesse sentido, segundo o autor, para ser eficaz, “uma ideologia tem tanto de refletir como de distorcer, ou ocultar, a realidade. [...] Enquanto o comunismo era uma ameaça, o termo capitalismo era tudo menos um termo tabu no vocabulário do Ocidente”⁵.

Portanto, buscando investigar e compreender a construção das visões de mundo do patronato rural sul-rio-grandense – sua tomada de consciência -, em um momento de acentuada disputa política na sociedade brasileira, analisaremos a composição ideológica expressa em seus discursos e práticas e na forma orgânica com que adentra as realidades do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Dentre as problemáticas, um dos pontos de partida para pensar acerca do nosso do recorte temporal, inicialmente estabelecido entre 1961 e 1964, seria a questão da reorganização do bloco geopolítico hemisférico ao longo dos anos 1960; em outras palavras, a organização do bloco capitalista dentro dos quadros da

² “A Guerra Fria era certamente uma batalha até a morte, mas em direção a uma espécie de morte abstrata. A eliminação da vontade do inimigo para lutar – vitória – significava mais do que a vitória militar no campo de batalha. Ela representava, em princípio, a própria liquidação do inimigo, cujo direito a existir, e, ainda mais, à igualdade, não se reconhecia. Apenas a liquidação poderia trazer a paz real. A liquidação é, portanto, a “verdade” da Guerra Fria”. (STEPHANSON, 1998, p. 82 apud ANDERSON, 2015, p. 36).

³ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 41.

⁴ Idem.

⁵ Ibidem, p. 43.

Guerra Fria. E nesse sentido, a percepção de que há um fragmento de cosmovisão fazendo o elo entre os programas hemisféricos e os interesses locais destes grupos dominantes.

O anticomunismo, nesse sentido, não nos possibilitaria vislumbrar uma dialética própria das escalas – relação entre a “macro” e a “micro” análise? Ainda, o fenômeno ideológico gerador de discursos, imaginários e representações a respeito de uma concepção política, não estaria agindo sobre o próprio conceito que condena e combate, ou seja, cunhando o conceito de “comunismo”? Qual a relação entre as movimentações de grandes potências como os EUA na geopolítica internacional e os grupos dominantes do setor agrário sul-rio-grandense? Importamos um fenômeno ou, dentro e alinhado a esse processo histórico, o *anticomunismo brasileiro* ressignifica-se politicamente? Por fim, qual a relevância da concepção anticomunista de mundo para o período e o grupo social investigado?

O termo “comunista” refere-se ao contraponto - transgressor - dos valores erigidos no panteão cristão brasileiro (Ocidental) no período após a 2^o Guerra Mundial pelas classes dirigentes, isso segundo os princípios anticomunistas. Família, Deus e propriedade moralmente fundidos foram os alicerces para a coalizão anticomunista na década de 1960⁶, atribuindo a alcunha de “comunista” aos opositores da ordem vigente, em especial onde se intensificaram os conflitos sociais, como por exemplo, no cenário de lutas pela terra no estado do Rio Grande do Sul. Aqui o anticomunismo cresceu em quadros e organizou - ao passo que mobilizou - as classes dominantes do estado⁷.

⁶ Motta atribui ao fenômeno do anticomunismo e à suposta conspiração da “infiltração comunista” através de Jango, fator - justificativa - decisório no desencadeamento do golpe de 1964. Ver capítulo 8: *O segundo grande surto anticomunista: 1961/64*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 286-341.

⁷ Sobre o cunho do imaginário anticomunista entre o empresariado e a mobilização de frações das classes dirigentes do estado, ver: MORAES, Thiago Aguiar de. **“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e sociais do Rio Grande do Sul (1962 – 1971)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUCRS, 2012. **Capítulo 2: A modernização da empresa, a defesa da “democracia” e a oposição ao “comunismo”**. op. cit., p. 88 – 131. Ver também: GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros ruralistas!”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. **Capítulo II -**

A ideologia anticomunista compôs figuras representativas dos medos da sociedade ocidental cristã capitalista e sua sobrevivência estava diretamente vinculada a erradicação deste problema, identificado como “comunismo”. Apesar do programa de ideias anticomunistas partirem de canais oficiais e formais - como governos, entidades de classe e instituições seculares – a ideologia anticomunista é cunhada e reproduzida nos cotidianos, especulando os medos populares na figura do “perigo vermelho”⁸. Outros trabalhos que se debruçaram acerca dos estudos do anticomunismo brasileiro e suas ramificações como os de Silva (2000), Rodeghero (1998; 2017) e Motta (2000) utilizaram o conceito de imaginário, o compreendendo como:

O conceito de *imaginário*, por sua vez, remete a “uma representação global e totalizante da sociedade” (Baczko, 1985, p. 309), de tal forma que dá condições às pessoas ou grupos sociais de se identificarem a si mesmos e também aos *outros*; de exprimirem crenças e valores comuns, em contraposição àqueles que não são aceitos ou que são reprovados; de definirem papéis e posições sociais; de reagirem frente aos conflitos, divisões e violências, reais ou potenciais. (RODEGHERO, 1998, p. 22)

Portanto, poderíamos indagar de onde os ruralistas – classe dominante do meio rural e parte das direitas que deram o golpe em 1964 – partem para estabelecer sua visão de mundo? E na sua “cruzada contra o mal” em prol da “modernização” estes grupos não estariam reificando um antigo sistema sob tal pretexto? De que forma e como os *ruralistas* (re)significaram velhas abordagens de cunho anticomunista no “pré-64”? Problematizamos com isso, os campos da experiência e os horizontes de expectativa⁹ destas classes dominantes rurais, que se configuram enquanto subordinadas ao próprio processo de dominação hemisférico o qual se inserem.

“Unidos e em alerta”: a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960. p. 109-197.

⁸ Para ler sobre a propaganda anticomunista católica no estado gaúcho, ver também: RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

⁹ Noções cunhadas através de leituras de Reinhart Koselleck (1999; 2006).

Esses temas como a Guerra Fria, o anticomunismo e o ruralismo sul-riograndense irão ser abordados ao longo dos três capítulos desta dissertação, sendo articulados entre si em torno de nosso objeto e das problemáticas que o circundam. Antes de passarmos para a apresentação das fontes vamos fazer uma breve introdução do cenário político no Rio Grande do Sul, em especial acerca do governo estadual na gestão de Leonel Brizola (PTB) e da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) na gestão de Antônio Saint Pastous de Freitas¹⁰.

O governo de Leonel Brizola (1959-1962) teve importante atuação nas discussões sobre a questão agrária regional impulsionando os acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul ao centro do debate nacional entre os anos de 1961 e 1962. Em 1958 o governo foi eleito com uma coligação formada pelos partidos PTB, PSP e PRP. As primeiras fissuras começam a aparecer a partir de 1961 por diversos motivos¹¹, relacionados à candidatura e à sucessão do governo, à política agrária estadual com a inflexão do governo em amparar os movimentos sociais do

¹⁰ Nascido em 11 de fevereiro de 1892. Presidente da FARSUL na gestão 1961-1963, pecuarista, formado em medicina. No terceiro capítulo abordaremos uma de suas obras publicadas no período.

¹¹ Sobre o PRP (Partido de Representação Popular), por exemplo, Ângela Flach em sua pesquisa publica ofício de liderança regional do partido à Plínio Salgado: “Entendemos inviável o lançamento de candidato próprio, em especial por carência de recursos, e desaconselhável renovar a coligação com o PTB, devido à orientação esquerdista que o mesmo, juntamente com o Governador do Estado, passou a adotar de meses a esta parte e que constitui o motivo fundamental de nosso desligamento do Governo. Assim, e eliminada a hipótese de questão aberta, o que sujeitaria o Partido a uma divisão com reflexos prejudiciais para o futuro, restou ao PRP o caminho da união com os Partidos supra. Acresce que julgamos ser nosso dever contribuir para evitar a vitória do candidato do PTB, pelos reflexos de reforçamento das esquerdas no Brasil que tal vitória constituiria, independentemente da orientação pessoal que possa ter o candidato trabalhista. Como desdobramento do citado protocolo, foi indicado à homologação das Convenções dos Partidos coligados a candidatura do Eng. Ildo Meneghetti, ex-governador do Rio Grande do Sul, sendo que a nossa Convenção foi convocada para os dias 05 e 06 de maio próximo. **(Ofício de Alberto Hoffmann enviado a Plínio Salgado em 18/4/1962. Secretaria Regional do PRP – Correspondência do Diretório Regional ao Diretório Nacional.** In: FLACH, Ângela. **“Os vanguardeiros do anticomunismo”: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966).** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003, p. 40-41). Por fim, “Com a eleição de Ildo Meneghetti em 1962, o PRP teve oportunidade de participar de modo relevante das decisões governamentais, uma vez que detinha um número considerável de cargos. Essa questão é bem relevante para o entendimento de nosso trabalho, pois durante o período mais conturbado da crise do governo Goulart, os perrepistas participavam do governo no Estado, tendo, portanto, maiores possibilidades de difusão de suas idéias e da própria campanha anticomunista que desencadeavam.” (FLACH, op. cit., 2003, p. 41-42). Note-se também, a carta de Plínio Salgado “aos integralistas gaúchos”: “Lutai com bravura e disciplinadamente por vossos candidatos a Governador, a Senadores e a Deputados. Sede leais com vossos aliados. Guardai vossa doutrina no fundo das vossas mentes e pregai-a por todos os recantos da terra gaúcha. Esta é a mensagem que vos envio nesta hora grave da vida nacional.” **(Mensagem de Plínio Salgado aos integralistas gaúchos.** s/d. (1962) (CDAIBPRP - Documentação do Diretório Regional). In: CALIL, Gilberto G. **Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965).** Cascavel: Edunioeste, 2010).

campo em seu processo organizativo - inclusive impulsionando a organização do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) - e com as difamações de “infiltração comunista” no governo estadual divulgadas na “grande imprensa” regional. Com isso, os partidos que constituem oposição ao governo do PTB durante a gestão de Leonel Brizola são: PSD, UDN, PL, PRP e PDC, que formaram a ADEP (Ação Democrática Popular), organismo alinhado com o programa ideológico do complexo IPES/IBAD e que teve forte influência sobre o processo eleitoral de 1962.

Já a FARSUL inseria-se no processo organizando o movimento ruralista sul-rio-grandense, buscando trazer para si o direcionamento da questão agrária regional. Durante a gestão de Saint Pastous frente à entidade, houve um esforço de conscientização da classe patronal rural no estado, no que tange a problemática agrária, conforme tentaremos evidenciar ao longo dos capítulos. Cabe salientar que, mesmo com a atuação da entidade no estado, muitos ruralistas vinculados a FARSUL não estavam convencidos das proposições nascidas da perspectiva de organizar uma reforma agrária, mesmo nenhum dos ruralistas sendo favoráveis a confrontar os privilégios de grande proprietários, alguns setores aceitavam abrir pequenas concessões, enquanto outros negavam qualquer tipo de abertura para as classes subalternizadas pelo processo de dominação histórico e ao governo estadual. Isso demonstraria uma não homogeneidade do grupo, inclusive com disputas internas pela hegemonia do movimento.

São questões importantes para que possamos nos situar diante do cenário político concreto durante os conflitos agrários que passam a emergir no estado e compreender seus atores, seus agentes e as agências que mobilizaram esforços para tomar frente na direção das políticas que seriam as diretrizes de um programa de reforma agrária regional e nacional.

Cabe salientar, a respeito do desenvolvimento da pesquisa, que esta, teve seus primeiros passos ainda no período de graduação em História, onde tive os contatos iniciais com as fontes, com o processo histórico em questão e as problemáticas a respeito das práticas e estruturas de dominação de classe. Foi nesse período de estudos que tive aproximação com o trabalho de pesquisa da professora Alessandra Gasparotto sobre a atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Ainda, tive a oportunidade de uma bolsa de iniciação

científica onde comecei os estudos acerca das temáticas. Os resultados foram colhidos de forma, ainda embrionária, na monografia de conclusão de curso, escrita entre 2015-2016. Após o processo seletivo em 2017 (turma 2018/1) no Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL, adentrei com o projeto que deu origem a esta pesquisa.

Os primeiros contatos com as fontes foram, como mencionado anteriormente, durante o período enquanto bolsista e no processo de escrita da monografia, em especial no que tange ao contato com as *atas dos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, corpo documental que compreende os anos de 1960-1964. Foi incorporado durante a proposta do projeto de mestrado o jornal “*Correio do Povo*” dentre os anos 1961-1964, sendo analisados para a constituição desta dissertação os anos de 1961 e 1962, como exposto logo adiante acerca do recorte temporal.

Outro fator importante na constituição deste trabalho foi como integrante no Projeto de Pesquisa “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistência do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” – Edital Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais / CAPES. Durante nossas pesquisas nos foi proporcionado visitar as regiões onde houve os conflitos agrários na década de 1960, entrevistar os camponeses e suas famílias e elaborar um estudo mais ampliado acerca dos conflitos agrários no estado do Rio Grande do Sul. Os diversos diálogos enquanto grupo nos proporcionou um amadurecimento acerca das problemáticas que permeiam essa complexa realidade histórica, tendo como premissas as diferentes perspectivas dos integrantes do grupo e suas respectivas pesquisas relacionadas ao tema. O encerramento do projeto ocorreu no mês de outubro de 2019, na cidade de Brasília, colocando em conjunto diversos pesquisadores que compuseram o quadro nacional de estudiosos na temática agrária brasileira, possibilitando diálogos, debates e horizontes de pesquisas na área. Esse acúmulo de experiências foi enriquecedor para a presente dissertação.

Foram consultados também os acervos online “Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s”, projeto realizado entre Brown

University e Universidade Estadual de Maringá e o SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

Nestes dois últimos acervos buscamos por nomes de lideranças expoentes do movimento ruralista gaúcho, como também por eventos e grupos chave. Encontramos alguns documentos relacionados aos interesses estadunidenses no estado do Rio Grande do Sul, que compõem o corpo documental produzido pela embaixada e inteligência norte-americana durante os anos iniciais da década de 1960. Esses documentos encontram-se disponíveis no *Opening the Archives* que nos permite investigar parte da espionagem estadunidense sobre o Brasil naquele período.

Já o jornal “*Correio do Povo*” foi fonte fundamental à escrita do presente trabalho, devido a sua circulação e tradição no estado durante o período. Podemos observar através de suas publicações a cadeia de eventos, os discursos e as práticas em torno destes momentos variados na luta pela terra e as discussões sobre o assunto. A inserção das classes ruralistas no periódico e deste, nesta última é, uma constante perceptível ao acompanhar as edições que trazem artigos, reportagens e editoriais sobre a questão agrária no estado gaúcho e no Brasil. O jornal, fundado no final do século XIX (1895) pelo sergipano Francisco Vieira Caldas Júnior, na década de 1960 era dirigido por seu filho, Breno Alcaraz Caldas, dono do “Grupo Caldas Júnior” e grande proprietário de terras. Conforme Gasparotto,

detentor de uma área de 2.808,37 hectares no município de Viamão, Caldas era acionista da Arrozeira Brasileira S.A., que detinha vastas extensões de terra em Guaíba - 4.161 hectares – e Tapes - 4.039, totalizando 8.200 hectares. (GASPAROTTO, 2016, p. 32)

Disso podemos inferir que havia aproximações com o setor dominante agrário por parte do jornal, tanto em função dos interesses de seu proprietário como também dos grupos ruralistas que utilizavam do espaço midiático para se constituírem no estado e expressarem suas visões de mundo perante a sociedade. Importante destacarmos a reprodutibilidade da mídia neste contexto específico. Os artigos do “*Correio do Povo*”, assim como outros periódicos correntes, embasavam

discussões na Assembleia Legislativa do Estado, por exemplo, que por sua vez também eram publicados nos jornais – as atas da Assembleia nos periódicos – promovendo e dando notoriedade a certos temas no debate público. Os programas de rádio eram outra parte desse circuito midiático; destacamos sua importância em especial para a informação dos camponeses e trabalhadores rurais não alfabetizados, o que era no início dos anos 1960 um número considerável de pessoas¹².

Desse modo, o trabalho de pesquisa utilizando o “*Correio do Povo*” como fonte para adentrar as realidades históricas em questão é um primeiro momento da pesquisa. O cruzamento das fontes acessadas e as possibilidades de caminhos para a investigação são a sequência do processo. O contato e descoberta de novas obras e documentos ampliaram nossa perspectiva sobre o objeto estudado, permitindo, mesmo que no caminhar investigativo sobre os rastros/vestígios encontrados, nos apropriarmos da temática de estudo. O “*Correio do Povo*” enquanto fonte é riquíssimo porque nos permite adentrar e vislumbrar a atuação midiática e a importância da “grande imprensa” no contexto específico; perceber como as mídias se inserem nas disputas políticas da sociedade gaúcha, enaltecendo narrativas, silenciando acontecimentos e/ou problemáticas, se omitindo em certas circunstâncias. Em outras palavras, nos é permitido, dentro de seus limites, problematizar a complexidade das disputas sociais do período inicial dos anos 1960, os inúmeros agentes dispostos e o papel das mídias de “grande circulação” frente aos projetos das classes dominantes.

Nesse sentido o “*Correio do Povo*” constitui-se enquanto fonte privilegiada para a investigação do ruralismo sul-rio-grandense no começo dos anos 1960 e suas posições tomadas diante do acirramento político em torno da questão agrária no estado. Consideramos necessário acrescentar que foram consultadas algumas edições de outros periódicos para analisar momentos específicos, como o caso do

¹² Encontramos um trabalho que se alicerça sobre o censo demográfico de 1960, apontando que os índices de alfabetização encontravam-se entre: Homens (55,77%) e Mulheres (50,68%). Sendo mais discrepantes os índices entre “homens e mulheres de cor preta, 34,75% e 29,78% respectivamente, e homens e mulheres de cor branca, 64,22% e 59,17%, respectivamente”. Cf.: *Alfabetização por raça e sexo no Brasil : evolução no período 1940-2000* / Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Salet Novellino. - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

*Novos Rumos*¹³ e do *Última Hora*¹⁴ para termos outras leituras sobre os eventos de janeiro de 1962, por exemplo. Salientando,

no que se refere ao estudo da atuação da “grande imprensa” no campo da política, devem-se considerar, primeiramente, as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados. Esses elementos são imprescindíveis para uma leitura ampla e aprofundada do jornal. Mas ela também exige um conhecimento igualmente amplo e profundo do contexto histórico referente ao período escolhido para análise, a partir do qual se podem compreender as ideias expostas no periódico. (CAPELATO, 2015, p. 130)

O objetivo de nosso estudo é acompanhar o ruralismo sul-rio-grandense em sua adesão ao anticomunismo, investigando, portanto, quais os elos estabelecidos entre o movimento político e a ideologia e de que forma articula-se essa relação. Para nos aproximarmos de uma definição do conceito de *ruralismo*, usaremos como referência Sônia Regina Mendonça, que propõe em seu trabalho acerca do *ruralismo* durante a Primeira República compreendê-lo enquanto

um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentados por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas. De tal movimento, cujas nuances apontam para segmentações no seio da classe proprietária rural e para oposições a sua fração hegemônica, provenientes do que chamarei de “frações dominadas da classe dominante”, identificadas ou não com oligarquias de estados da federação, originou-se um discurso igualmente diferenciado e não monocórdio, como o supõe alguns. Isso porque, do ponto de vista aqui assumido, a despeito de palavras de ordem semelhantes, a efetiva mensagem nelas contida diferencia-se no domínio do *político* onde, aí sim, explicitam-se as modalidades diversas – de ordem regional e/ou setorial – de se implementar um “mesmo” projeto de reabilitação da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*. (MENDONÇA, 1997, p.13)

¹³ O *Novos Rumos* foi o periódico de circulação oficial do PCB (Partido Comunista Brasileiro) durante os anos 1959-1964.

¹⁴ O *Última Hora* foi fundado em 1951 e chegou ao Rio Grande do Sul em 1960. Tinha um alinhamento com a perspectiva política de Getúlio Vargas e no Rio Grande do Sul deu apoio e destaque ao governo de Leonel Brizola.

Ressaltamos, que na década de 1960 havia certo *reajustamento* do movimento ruralista sul-rio-grandense, daí a relevância de expormos algumas considerações a respeito do recorte temporal da pesquisa.

Sobre o recorte temporal é importante ressaltarmos que a delimitação inicial foi no marco entre os anos 1961 e 1964. Em função da própria constituição metodológica da pesquisa, que foi se configurando ao longo do processo, esse marco foi reduzido para 1961 e 1962, abarcando especialmente o período Brizola frente ao governo do estado e Saint Pastous frente à FARSUL. Nesse período identificamos uma ampla discussão emergente acerca das proposições e possibilidades da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Outra questão que necessita uma contextualização introdutória é a crise dos anos 1960. Essa crise foi gestada antes mesmo desta década, e é percebida em sua forma mais latente a partir do ano de 1961. Neste ano são desencadeados os eventos relacionados a renúncia do então presidente Jânio Quadros e a disputa para que João Goulart assumisse o cargo – marcada pela *Campanha da Legalidade* – somada ao clima de acirramento dos conflitos no campo e da organização de trabalhadoras e trabalhadores reivindicando direitos e reformas sociais. A abertura desse processo evidencia a possibilidade de transformações reais na sociabilidade brasileira. E este é para nós um marco da ascensão dos anticomunismos brasileiros em torno das crises que permearam a ascensão de João Goulart ao cargo de presidente do Brasil.

Nesse sentido, a presente dissertação foi organizada em três capítulos. No capítulo primeiro tratamos de fazer uma discussão teórico-metodológica acerca dos anticomunismos brasileiros, um pouco de sua história e suas vertentes partindo de pesquisas relacionadas e trabalhos que alicerçaram a historiografia sobre a temática; em um segundo subcapítulo abordaremos sobre o conceito de ideologia em nosso trabalho, dialogando com autores que nos auxiliaram a refletir sobre o fenômeno; no terceiro subcapítulo discutiremos sobre o ruralismo sul-rio-grandense, apresentando nossa compreensão acerca do tema e introduzindo agentes e agências de fundamental importância para a pesquisa na realidade histórica específica. Este primeiro capítulo foi apresentado no exame de qualificação da

presente dissertação, contando com parte significativa da discussão teórica e historiográfica e com algum uso de análise empírica das fontes.

No capítulo segundo traremos a análise do anticomunismo patronal no “*Correio do Povo*” entre os anos de 1961 e 1962. Nesse capítulo buscamos acompanhar a tomada de consciência patronal acerca da problemática agrária estadual, suas mobilizações e níveis de organização da sua classe. Para tal, utilizamos manifestações de ruralistas, periodistas e a inserção de lideranças do patronato rural no periódico, inserindo-se em debates públicos acerca do que fora compreendido como “questão agrária” e na consolidação de uma perspectiva de necessidade da “reforma agrária”. Através do “*Correio do Povo*” podemos acompanhar as diferentes perspectivas sobre a conceituação de reforma agrária, quais grupos e interesses estavam relacionados e os desdobramentos deste conflito. Este capítulo foi dividido em três partes: O primeiro subcapítulo trata do período organizativo das classes, correspondente ao ano de 1961, evidenciando a reorganização da FARSUL e da construção da classe dominante no campo frente aos avanços da organização dos camponeses em torno de um projeto de reforma agrária. O segundo subcapítulo lida com a série de eventos ocorridos durante janeiro de 1962, sendo as ocupações de terras da Fazenda Sarandi, no município de Nonoai; a ocupação do Banhado do Colégio, no município de Camaquã; a Concentração Rural de Santa Maria, no município de Santa Maria; e a Confederação Rural Brasileira, ocorrida ao final do mês e sediada na cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, identificamos um posicionamento mais concreto das classes sociais, especialmente do patronato rural brasileiro.

Já no capítulo terceiro, discutiremos três obras publicadas no período inicial da década de 1960 relacionadas ao tema da questão agrária. Duas delas correspondem a obras de intelectuais orgânicos do ruralismo sul-rio-grandense, enquanto terceira é um livreto produzido por um grupo de estudos da FARSUL para ser apresentado junto à Comissão Mista – composta pela entidade patronal (FARSUL) e o governo estadual da então gestão de Leonel Brizola (PTB).

2 Capítulo I – Anticomunismo e ruralismo no Rio Grande do Sul dos anos 1960: Considerações acerca da problemática

O presente capítulo tem como objetivo inserir o(a) leitor(a) nos objetos de estudo desta pesquisa de mestrado em História. Nossos estudos permeiam o período dos anos 1961-1964, quando no Rio Grande do Sul, assim como pelo Brasil, se estendiam os debates em torno da *questão agrária* e cresciam as mobilizações de agricultores sem terra, de trabalhadores rurais e de proprietários de terras organizados em suas respectivas entidades representativas. Com isso, nosso olhar se volta para a questão de como foram criadas e difundidas as percepções anticomunistas presentes na realidade gaúcha dos anos 1960, analisando um setor específico das classes dominantes que se organizaram no período, a saber, os ruralistas do estado do Rio Grande do Sul, expoentes da rede de apoio ao golpe de 1964.

A primeira parte do capítulo tratará da problemática *anticomunismo e historiografia*. Partindo da historiografia especializada que tem se debruçado sobre a temática nas últimas décadas, destacamos alguns trabalhos que nos auxiliaram a discutir o tema relacionando-o ao objetivo e objeto de nossos estudos, a saber, o anticomunismo alicerçado pela classe dominante agrária no Rio Grande do Sul. Já no tópico seguinte, faremos uma breve exposição acerca do conceito de ideologia, nos aproximando de uma melhor definição e compreensão da importância de tal conceito no presente trabalho.

No segundo subcapítulo, daremos foco ao contexto das condições históricas apresentadas pela economia e política no Rio Grande do Sul, parte dos debates em torno da estrutura agrária e nossa percepção sobre a crise gestada dentre os anos 1961/63 e 1964.

No terceiro subcapítulo abordaremos o ruralismo sul-rio-grandense, seu rearranjo e mobilização através da FARSUL e de suas lideranças em um momento conturbado e de movimentações em função da luta pela terra, tanto no estado como nacionalmente. Traremos também algumas considerações sobre as mobilizações camponesas no estado, destacando seu significado e importância para a atuação das classes patronais.

2.1 Anticomunismos – a ideologia anticomunista no contexto da década de 1960

Abordaremos primeiramente o anticomunismo inserido no processo histórico brasileiro, a partir de algumas abordagens historiográficas que nos serviram enquanto base e suporte para o trabalho. Na sequência, trabalharemos de forma introdutória o conceito de ideologia, partindo de alguns autores, dentre os quais: J. Thompson (2011), Žižek (1996) e Vovelle (2004).

2.1.1 Anticomunismo e historiografia

Precisar quando começa a ser motivado o medo ao “comunismo” no Brasil é uma questão complexa. No entanto, sabemos que pelo menos desde a segunda metade do século XIX os periódicos nacionais já relatavam a tal “ameaça”, ainda muito longínqua, mas que já causava temores às classes proprietárias mesmo anterior a fundação da República, auxiliando também na vulgarização do termo “comunista”/“comunismo”. Carla Luciana Silva, que tem se debruçado sobre o tema nas últimas décadas, em artigo dos anos 2000¹⁵ já indicava algumas considerações importantes a respeito dos estudos do objeto. Segundo a autora:

O anticomunismo serviria então para a manutenção do Estado estabelecido, representante das camadas detentoras de poder político e econômico, mas referenciado por alguma tradição marxista.

O problema básico ao qual devemos atentar é que o termo comunista não é suficiente. É necessário delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo. Ressalte-se que o conceito aponta para as tradições “marxista ou comunista”, ou seja, embora os textos anticomunistas estejam se referindo a um “inimigo”, concreto ou não, eles tem claro que esse “inimigo” não é necessariamente um militante de um partido comunista. Isso torna mais difícil determinar com exatidão qual é o campo de atuação do comunismo e o do anticomunismo. (SILVA, C., 2000, p. 198)

Os estudos da autora inserem o anticomunismo brasileiro em perspectiva e no movimento do próprio processo histórico brasileiro, forjado neste, ressaltando

¹⁵ SILVA, Carla Luciana – **Anticomunismo brasileiro: Conceitos e Historiografia**. Tempos Históricos. M. C. Rondon: v.02, nº 01, p. 195-228. Mar/2000.

como se deu essa construção da posição anticomunista ao longo da década de 1930¹⁶. Para a historiadora:

Em diferentes momentos da história política brasileira, o “anticomunismo” foi uma forma encontrada pelas elites políticas para legitimar políticas conservadoras. Queremos salientar que as práticas anticomunistas existem e tem importância histórica não apenas enquanto reação em momentos de instabilidade social. (SILVA, C., 2000, p. 205)

Ambos os trechos são relevantes para pensarmos duas questões fundamentais: 1) que o anticomunismo não necessariamente é direcionado apenas aos partidos e militâncias comunistas, antes, o anticomunismo enquanto alicerce ideológico fornece um “imaginário ideológico” que possibilita a criação de um “inimigo”. Retornaremos mais adiante a isso. 2) que o anticomunismo não surge apenas nos momentos de crise e reação, mas permeia a sociabilidade capitalista ao longo do século XX. Na década de 1960, por exemplo, o termo “comunista” ganha forma de “inimigo interno”¹⁷ dadas as características geopolíticas do período da *Guerra Fria*.

A tese de Rodrigo Patto Sá Motta vai ao encontro dessa perspectiva do anticomunismo se constituir na própria formação política nacional. Para o autor: “No caso do Brasil, pelo menos, havia uma forte tradição anticomunista desde os anos 1930, configurada na existência de grupos constantemente mobilizados contra o “perigo vermelho”¹⁸. O autor dá destaque a três vertentes do que chama de matrizes do anticomunismo brasileiro, considerando o catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo as matrizes fundantes deste fenômeno. Ressalta ainda, que tais fontes

¹⁶ SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

¹⁷ De acordo com Padrós o “inimigo interno” podia ser “toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente.” (PADRÓS, 2005, p. 25). Ainda segundo o autor “A DSN [Doutrina de Segurança Nacional] associou diretamente, o “subversivo, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente”. PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à ditadura civil-militar**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 55.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 287.

matriciais não necessariamente estavam isoladas umas das outras, antes, intercambiavam relações e influências na constituição sobretudo do imaginário anticomunista. Nesse sentido,

[...] da matriz católica retirou o caráter sagrado da propriedade privada e a visão do comunismo como intrinsecamente mau; da matriz nacionalista retirou a afirmação de que qualquer movimento tido como social de contestação possuía influências internacionais vindas de Moscou e que representavam um perigo à pátria; e da última matriz, do liberalismo, retirou o postulado da oposição entre comunismo e democracia/liberdade. Emerge assim um imaginário, propagado firmemente na grande imprensa, do comunismo como a soma de todos os males que poderia acometer uma nação, como a degradação dos povos, como tudo o que deveria ser evitado. Formase assim de um discurso poderoso, que justificaria qualquer tipo de contraofensiva, mesmo que isto representasse a suspensão das liberdades individuais, a violência, a tortura e a completa anulação dos sujeitos, isto é, uma proeminente contradição. (OLEGÁRIO, 2018, p. 42).

Temos, portanto, a compreensão do anticomunismo enquanto um fenômeno enraizado no processo histórico da política nacional, sendo seus usos e significados diante de seu tempo histórico e lugar uma relação direta com as circunstâncias concretas de seu contexto. Assim,

O comunismo é a ameaça mais antiga e a que mais assusta por ser a reviravolta social total, significando realmente uma alteração muito mais radical do que o fascio. É contra essa ameaça que o tempo todo surgem inúmeras reações: percebe-se claramente que esse 'perigo comunista' incomoda há muito tempo e a muita gente, de forma mais constante e mais frequente do que o 'perigo fascista'. (...) Os editorialistas, articulistas e jornalistas da 'imprensa democrática' especializaram-se em agitar essa tensão que se torna aos poucos o maior pavor existente até nossos dias em vários grupos da sociedade brasileira. (BORGES, 1992, p. 207 apud SILVA, C., 2000, p. 200)

O “pavor” do “comunismo” se apresenta enquanto um sentido-organizado das classes dominantes, é a expressão do medo de perder o posto hierárquico dentro do *status quo*, de que se invertam/percam as lógicas dos privilégios. Não por acaso, as organizações patronais fomentaram durante o período da crise de 1961/64 a produção do ideário anticomunista. Segundo Motta, entre os anos de 1961 e 1964 o

“o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, constituindo-se na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março”¹⁹.

Com isso, adentramos no tema do “imaginário ideológico”; segundo Silva dialogando com o trabalho de Marilena Chauí, este imaginário tem como objetivo:

“fornecer aos membros de uma sociedade dividida e separada do poder a imagem da indivisão política; elaborar, para a classe que detém o poder, uma imagem de si e do social que faça do poder um representante homogêneo e eficaz da sociedade em seu todo.” (Chauí, 1981, p. 10). No entanto, esse conceito não nos propõe determinar onde se gesta esse imaginário e como ele é elaborado, tarefa fundamental para que o compreendamos e possamos nos aperceber quando estamos diante dele. (SILVA, C., 2000, p. 206).

Como ressalta a historiadora, é importante que percebamos as forças motrizes responsáveis pela cunhagem do imaginário anticomunista, não apenas no âmbito da *representação* dessa realidade, mas de como esse simulacro se alicerça sobre o real, firmando sobre um *outro* a experiência enquanto receptáculo do *mal* e de toda antítese do *Ocidente* – cristão e capitalista. Nesse sentido, alinhada com os estudos de Carla Luciana Silva (2001) sobre um acúmulo de experiências dos anticomunistas brasileiros anterior a 1935 e Patto Sá Motta (2000) sobre as “ondas anticomunistas”²⁰, escreve Carla Simone Rodeghero sobre a década de 1960:

A onda anticomunista que marcou o período 1961-1964, no entanto, não teve como alvo somente os comunistas e não partiu apenas do Estado. Diferentes instituições e organizações associaram o “perigo comunista” à agitação política da época e às propostas de mudanças estruturais que passaram a ser defendidas. O anticomunismo apareceu intensamente nos meios católicos, militares, empresariais, na grande imprensa etc. (RODEGHERO, 2017, p. 31)

O conceito de “comunista”, dentro da perspectiva anticomunista, teria uma conotação de identificar valores e interesses contrários aos estabelecidos pelos grupos dominantes – hegemônicos -, cunhando um rótulo às reivindicações

¹⁹ MOTTA, op. cit., p. 286.

²⁰ Em relação as duas “ondas” anticomunistas do século XX - 1935/37 e 1961/64, cabe destacar que foram períodos onde a presença no cenário político nacional de um ideário anticomunista organizado se destacou e promoveu significativo impacto no desenvolvimento posterior dos regimes políticos gestados dentre esses anos. Após esses dois marcos de surtos anticomunistas no Brasil, regimes ditatoriais foram estabelecidos: em 1937 a ditadura de Vargas do “Estado Novo” e em 1964 a ditadura civil-militar. Ambos os regimes incorporavam o espírito anticomunista. Cf. **Capítulo 7 – A primeira grande “onda” anticomunista: 1935/37; Capítulo 8 – O segundo grande surto anticomunista: 1961/64.** In: MOTTA, op. cit., p. 224-341.

populares e aos agentes sociais mobilizadores. Ou seja, os movimentos contestatórios de trabalhadores e de luta por direitos e pelas *Reformas de Base*²¹ eram os principais alvos. Esse ordenamento ideológico afetará o processo de luta de classes durante a crise de 1961/64, auxiliando no próprio fazer-se da classe dominante, em especial a rural, foco e objeto de nossos estudos. Ainda sobre os anos 1961-1964, segundo Motta:

Durante a crise que antecedeu o golpe militar, dezenas de organizações anticomunistas surgiram no Brasil, uma profusão sem precedentes na nossa história. Elas tiveram papel expressivo nas campanhas políticas do período, contribuindo de modo marcante para o estabelecimento do quadro que levou à derrubada do governo Goulart. Duas características da conjuntura explicam porque o contraste com os anos 30. Em primeiro lugar, vivia-se sob a vigência da Constituição de 1946, cujas instituições liberais tornavam o momento favorável à organização e participação políticas.

Segundo, e mais importante, na primeira metade da década de 1960, ao contrário de situações anteriores, o governo não era visto como uma barreira ao comunismo. Na percepção dos setores conservadores, o Presidente Goulart não apenas descuidava do combate aos comunistas, mas os protegia e lhes dava cargos no aparato estatal. Nesta medida, o governo começou a ser visto como incapaz de enfrentar a “ameaça”. Para os mais radicais ele era até parte da trama comunista e, por isto, muitos grupos resolveram organizar entidades anticomunistas por conta própria. O auge deste movimento se deu entre 1962 e os primeiros meses de 1964, quando os referidos grupos organizados começaram a pulular por toda parte. (MOTTA, 2000, p. 176)

Essa incapacidade “de enfrentar a ameaça” - segundo a visão de mundo das classes dirigentes - tem muito da concepção de que estava em curso uma “infiltração”, corruptora da ordem moral vigente, atentando principalmente contra a *família*, *Deus* – a religião -, e da *propriedade*. E essa “infiltração” devido às apropriações tomadas pelo imaginário anticomunista, poderia aparecer, até mesmo, sob a forma de uma “ameaça biológica”:

A representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da “infiltração”. Tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos

²¹ As *Reformas de Base* foram uma série de proposições para modificações estruturais da sociedade brasileira durante o governo João Goulart. Dentre as propostas, estava a de *Reforma Agrária*.

sociais, debilitando-os internamente. Desde a década de 1930 surgem referências a esta imagem, com acusações de que eles estariam “(...) infiltrando-se sorrateiramente em todas as camadas sociais (...)”, nos sindicatos e nos meios educacionais, por exemplo. (MOTTA, 2000, p. 80)

As relações do “comunismo” e/ou do “comunista” com uma doença, enfermidade é uma parte da composição do imaginário, que funciona por sua vez, quase como um panteão de deidades, só que em seu sentido invertido, negado, avesso e referenciado enquanto o *mal*, o *perverso*, o *condenado*. As imagens construídas através das vertentes e das matrizes do anticomunismo brasileiro permeiam uma visão escatológica, de fim de mundo cristão, que se inserem numa escala hemisférica dialogando com os anticomunismos difundidos, principalmente pelos EUA e pelo Vaticano durante o contexto da *Guerra Fria*²². O “materialismo ateu” seria, assim, durante a ordenação hemisférica da década de 1960, um problema de caráter policial, clínico, moral, religioso, ético e de segurança nacional, dentre a infinitude de casos cotidianos possíveis com tal ordenamento ideológico e instrumentalizado de forma crescente através dos anos, em especial pelo aparato repressivo do Estado brasileiro. E nesse sentido,

No plano interno dos países capitalistas, o comunismo é associado não apenas aos partidos que o têm como bandeira, mas também, como aconteceu no Brasil, a todos os partidos de esquerda, ou a alguns de seus membros em particular; aos indivíduos atuantes em movimentos sindicais, estudantis ou em qualquer outro tipo de movimento popular. (RODEGHERO, 1998, p. 22)

²² “De acordo com Hobsbawm (1995), a insistência do Ocidente, marcadamente dos EUA, sobre a existência de um *cenário de pesadelo* e a *perspectiva apocalíptica* de dominação comunista se estendendo por todo o mundo podem ser explicadas por uma série de fatores. Em primeiro lugar, não seria estranho que, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, vigorasse a crença de que a catástrofe não chegara ao fim e de que a sua continuidade se daria com uma guerra nuclear, havendo, ainda, a percepção de que a URSS tinha saído fortalecida da guerra; o conflito “passou do reino da razão para o da emoção”, de modo mais acentuado nos Estados Unidos (Ibidem, p. 231). As causas desse procedimento podem ser justificadas pelo fato de o anticomunismo apocalíptico servir como arma eleitoral eficaz. Além disso, “o anticomunismo era genuíno e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos (*americanismo*) que podiam na prática, conceituar-se como pólo oposto ao comunismo” (Ibidem, p. 232).” (RODEGHERO, 1998, p. 74-75).

Uma das principais frentes de produção ideológica anticomunista e para a derrubada do governo Goulart se deu através do chamado “*complexo IPES/IBAD*”, objeto destaque na obra de Dreifuss (1981) que abriu o campo a diversos estudos sobre os grupos participantes e ativos no golpe de 1964. O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) foi fundado em 1961 e tinha seu corpo organizativo, o que Dreiffus chamou de “elite orgânica”, composta por militares, empresários, profissionais liberais e intelectuais. Em conjunto com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), o IPES promoveu forte campanha para desestabilizar o governo de Goulart e propagar o ideário anticomunista através de palestras, seminários e propagandas no rádio, nos jornais e na Tv. Conforme Olegário,

A primeira fase de ação do IBAD foi a de divulgação e publicação de material anticomunista. Para tanto, o instituto criou a revista *Ação Democrática* e, iniciou a transmissão do programa radiofônico “A semana em Revista”, que no ano de 1963 já atingia 84 cidades espalhadas por todas as regiões do país. Conforme o memorando que estabelece a criação de núcleos regionais do IBAD, a segunda etapa consistia em “fazer o I.B.A.D. sair da esfera puramente informativa e tornar-se uma parte funcional de diversas comunidades brasileiras.” (OLEGÁRIO, 2018, p. 53).

Conforme Rodeghero, dialogando com Dreifuss, “a campanha do IPES/IBAD criou o clima político para a posterior intervenção militar”²³. Notável a respeito da campanha do complexo IPES/IBAD foi a questão da massificação de sua atuação, como mencionado na citação anterior, a pretensão de “sair da esfera puramente informativa e tornar-se uma parte funcional de diversas comunidades brasileiras”. O financiamento das revistas e das campanhas eleitorais de 1962 foram constituídos de consideráveis quantias em dinheiro, tendo em vista que os Institutos dispunham de verba a partir de seus colaboradores, em especial entre o setor empresarial.

O IBAD, através da Ação Democrática Parlamentar (ADP), financiou durante as eleições de 1962 “cerca de 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado

²³ “Um dos líderes do IPES, Glycon Paiva, recomendava a “criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e um *profundo temor ao comunismo*, por patrões e empregados, o bloqueio dos esforços de esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massas e comícios e, até mesmo, atos de terrorismo, se necessário.” (DREIFUSS, 1987, p. 230 apud RODEGHERO, 2017, p. 33).

estadual, e 8 ao cargo de governador”²⁴, alcançando os resultados de aproximadamente 111 deputados na bancada do IBAD na Câmara. Ainda conforme Olegário (2018), os candidatos para disporem do financiamento teriam que assinar um documento denominado “compromisso ideológico”, além dos critérios de serem “anticomunista, democrata e com a possibilidade de se eleger”²⁵. Os recursos repassados para as campanhas eram variáveis e “composto por cartazes, faixas, veículos com aparelho sonoro, dinheiro (sendo Cr\$ 1 milhão e 600 mil para candidatos a deputado federal e 800 mil para deputado estadual) e material de propaganda diverso”²⁶.

Em setembro de 1962 foi constituída uma CPI para investigar a atuação do IBAD, mas logo foi dissolvida. Apenas em 1963 foi suspensa a atividade do IBAD e da Ação Democrática Parlamentar por decreto presidencial, comprovando através da CPI de 1963 que era uma “organização corruptiva e suprapartidária que visava o controle político, estruturada pelo IPES/IBAD”²⁷. No Rio Grande do Sul, em março de 1962 foi fundado o IPESUL e entre os membros sócio-fundadores podemos constatar através das pesquisas de GASPAROTTO (2016) e MORAES (2012) a presença cinco (05) membros da FARSUL na fundação do instituto, são eles: Antônio Saint Pastous, Kurt Weissheimer e Antônio Chaves Barcelos (vice-presidentes da entidade entre 1961 e 1963), Paulo Simões Lopes e João Alves Osório (vices nas gestões 1961-1963 e 1963-1965)²⁸. De acordo com Moraes o documento lançado junto a fundação do instituto orientava os empresários a “unirem-se contra os extremismos e a agirem politicamente para defender a “democracia”²⁹.

O pretexto de defesa da “democracia”, das instituições e do modo de vida ocidental eram constantes nos discursos anticomunistas do período. A contradição era evidente quando setores com pouca afinidade a princípios democráticos da

²⁴ OLEGÁRIO, op. cit., p. 59.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibidem, p. 62.

²⁸ GASPAROTTO, op. cit., p. 191.

²⁹ MORAES, Thiago. **“Entreguemos a empresa ao povo antes que os comunistas entreguem ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 43.

sociedade brasileira se dispunham aos frentes anticomunistas para a defesa da “democracia”. Além da campanha movida pelo complexo IPES/IBAD, nos cabe ressaltar a importância da *Aliança para o Progresso* (ALPRO) para pensarmos o interesse e a preocupação estadunidense com a “ameaça comunista” sobre a América do Sul.

Nascida durante o ano de 1961, a ALPRO³⁰ foi, talvez, o principal programa hemisférico lançado pelos EUA para impedir o “avanço comunista”. Havia uma preocupação especial em relação a *questão agrária* e os projetos de reforma. Do encontro acontecido entre os dias 5 e 17 de agosto de 1961 saiu o documento conhecido como “Carta de Punta del Este” que estabelecia as resoluções dos compromissos firmados pelas nações signatárias³¹. Conforme o objetivo 6º da “Aliança”, consta na carta:

Impulsar, dentro de las particularidades de cada país, programas de reforma agraria integral orientada a la efectiva transformación de las estructuras e injustos sistemas de tenencia y explotación de la tierra donde así se requiera, con miras a sustituir el régimen de latifundio y minifundio por un sistema justo de propiedad, de tal manera que, mediante el complemento del crédito oportuno y adecuado, la asistencia técnica, y la comercialización y distribución de los productos, la tierra constituya para el hombre que la trabaja, base de su estabilidad económica, fundamento de su progresivo bienestar y garantía de su libertad y dignidad. (OEA, Documentos Oficiales. OEA / Ser.H / XII.1. Rev. 2 (español). Punta del Este, Uruguay del 5 al 17 de 1961. p. 11)

Inserindo dentro dos debates acerca da reforma agrária na América Latina um alinhamento a lógica do desenvolvimento capitalista hemisférico, propondo a

³⁰ “Articulação político-institucional que condicionava, em troca de ajuda financeira norte-americana, a subordinação dos governos latino-americanos aos interesses da potência. O intuito era oferecer recursos para viabilizar projetos de combate e erradicação das mazelas sociais nas esferas da saúde, educação, habitação e trabalho. Visava-se, com isso, esvaziar os focos de tensão e de degradação social existentes, estabilizando os domínios das elites locais e protegendo os interesses dos EUA.” (PADRÓS, 2005, p. 117).

³¹ Assinaram a Carta de Punta del Este representantes de 21 Estados-Nações Americanas, com exceção de Cuba todos possuíam representantes para firmar o acordo, são: Venezuela, Colômbia, Guatemala, Argentina, Bolívia, Peru, Equador, México, República Dominicana, Paraguai, Honduras, El Salvador, Panamá, Chile, Haiti, Cuba, Costa Rica, Nicarágua, Estados Unidos da América, Brasil, Uruguai. (OEA, Documentos Oficiales. OEA / Ser.H / XII.1. Rev. 2 (español). Punta del Este, Uruguay del 5 al 17 de 1961).

substituição do sistema de “latifúndio e minifúndio” por “um sistema justo de propriedade”, onde a inserção do capital no campo seria a chave para o “progresso” e garantia de “liberdade e dignidade”.

Vicente Gil da Silva, em sua dissertação de mestrado, indica que o foco da propaganda anticomunista norte americana até os finais da década de 1950 era na Europa e Ásia e só após a *Revolução Cubana* o aparato de inteligência estadunidense percebe que o “perigo do comunismo” estava a menos de duzentos quilômetros de Miami.”³² Segundo este, a propaganda por parte dos Estados Unidos, à América Latina – de acordo com “documentos de indivíduos importantes na Casa Branca” - “não vinha sendo suficientemente agressiva e eficaz”³³. Despertava as reflexões - por parte da agência oficial de propaganda dos Estados Unidos (USIA) e indivíduos ligados ao Departamento de Estado e à CIA – que “era preciso vender a ideia de que o comunismo era uma ideologia alienígena e oferecer em troca uma alternativa cristã, ocidental, liberal e ‘democrática’”³⁴.

O historiador também estabelece conexão entre a estreiteza das relações da ALPRO com o complexo IPES/IBAD, sendo a sede do IPES no Rio de Janeiro um dos pontos de entrega e distribuição de material de cunho anticomunista preparado pela USIA, em especial quadrinhos (HQ’s) que alertavam sobre a “infiltração comunista” e o perigo que representavam os “barbudos”.

Alessandra Gasparotto dá destaque ao contato da FARSUL com o embaixador norte americano no Brasil, Lincoln Gordon³⁵ no ano de 1962 e ao então

³² SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 46.

³³ SILVA, V., op. cit., 2008, p. 46.

³⁴ Idem.

³⁵ Nomeado embaixador no Brasil em agosto de 1961, sua efetivação foi adiada pelo governo norte-americano até a solução da crise causada pela renúncia do presidente Jânio Quadros (25/08/1961) e pela recusa dos ministros militares em permitir a posse do vice-presidente João Goulart, então em visita à China. Empossado Goulart (7/9/1961), em outubro Gordon apresentou suas credenciais. Desde o início, deixou claro que Washington só daria assistência ao Brasil se fossem adotadas medidas estabilizadoras na economia. Outro assunto delicado era a chamada política externa independente, definida ainda no governo Quadros e seguida por Goulart. Em janeiro de 1962, no encontro da Organização dos Estados Americanos em Punta del Este, a delegação brasileira não acatou a exigência norte-americana de que todos os países-membros adotassem sanções destinadas a isolar diplomaticamente o regime socialista de Cuba, implantado após a revolução que levou Fidel Castro ao poder. Em fevereiro, as relações entre Brasília e Washington sofreram novo abalo com a decisão do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, de nacionalizar a American and Foreign Power Company (Amforp), subsidiária da International Telephone and Telegraph naquele estado.” In:

presidente da entidade, Antônio Saint Pastous, defendendo a necessidade do estado gaúcho se enquadrar nos parâmetros exigidos pela ALPRO para dispor da verba internacional³⁶. Ou seja, que acatariam as recomendações e exigências de fazer uma “reforma agrária” para gozar de uma parcela dos 1 bilhão de dólares prometidos pelo governo dos EUA à América Latina.

Isso posto, a complexa inserção do IPES e do IBAD durante os anos 1960 e o caráter anticomunista dos institutos, somada à atuação da ALPRO na tentativa de estabelecer um programa para conter a “expansão comunista”, voltemos nosso olhar para os pronunciamentos acerca da questão agrária no estado gaúcho.

Em julho de 1961 em texto publicado pelo “*Correio do Povo*”, o pronunciamento de Dom Vicente Scherer sobre a questão agrária e as condições do trabalhador rural³⁷, proferido em seu programa de rádio – *A Voz do Pastor* - que era transcrito regularmente no periódico, o Arcebispo expõe o que pensa sobre as *Ligas Camponesas*. Identificando o “agente subversivo” no Rio Grande do Sul, o Arcebispo dizia na ocasião onde e quando *ele* estaria. Segundo as páginas do “*Correio do Povo*”, Scherer que representava a palavra do alto clero gaúcho, expõe seu pensamento sobre as “ligas”:

Trata-se de um movimento marcadamente comunista, de uma mobilização de elementos e forças com o objetivo de desencadear no momento oportuno a revolução agrária e estabelecer, em colaboração com outras tropas armadas, o regime comunista nos Estados e no país.³⁸

Antes de analisar a materialidade dessa afirmação, nos interessa a ação da palavra inserida em uma mídia com o público leitor e de circulação muito específica. Dado o histórico do “*Correio do Povo*” em ser um espaço de intercâmbio e comunicação dos interesses de estanceiros e fazendeiros do Rio Grande do Sul e

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: << https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/lincoln_gordon >>.

³⁶ GASPAROTTO, op. cit., p. 137.

³⁷ *Correio do Povo*. 04/07/1961 - “**Estamos na hora vigésima quinta para socorrer o nosso trabalhador da terra**”, p.11.

³⁸ *Correio do Povo*. 04/07/1961. Idem.

daqueles que na terra viviam e possuíam vínculos – parcela considerável do povo gaúcho na década de 1960 –, observemos a relevância de pronunciamentos dessa envergadura por parte das autoridades legitimadas como é o caso do Arcebispo de Porto Alegre.

Após colocar as *Ligas Camponesas* enquanto “agente subversivo”, o alerta é feito de quando e onde se manifestará o *mal* no Rio Grande do Sul, o local e a data são precisos, anuncia o Arcebispo: Porto Alegre, 25 de setembro de 1961 – nas palavras do Arcebispo através do “*Correio do Povo*” - o “1º Congresso Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Sul”³⁹. Consta que a ideia desse encontro seria para “cooptar camponeses”:

para destruir as instituições livres de nossa terra e aumentar a constelação dos satélites da Rússia com a República Popular do Brasil. Mas, sob o novo governo e a bandeira vermelha, os camponeses, agricultores e colonos trabalhariam para o Estado que seria o grande e único patrão, fazendeiro, usineiro e plantador.⁴⁰

Nesse sentido implanta a noção do “Estado Totalitário”, outro conceito presente no imaginário anticomunista brasileiro para explorar os medos, em especial dos camponeses em relação a um possível regime comunista. Segundo o imaginário construído em torno desse termo, a propriedade não passaria àquele que trabalhasse na terra, ao invés, passaria ao Estado “que escravizaria” os trabalhadores. A experiência de escravidão no campo era muito mais aproximada do Brasil, no entanto, a especulação desse medo que legitimamente perturbava os trabalhadores rurais, foi feito através dos anticomunistas engajados, como é o caso do Arcebispo Dom Vicente Scherer.

Com isso, podemos perceber a importância da temática e discussão em torno da questão agrária, mais especificamente, sobre a reforma agrária e a organização e mobilização do movimento camponês reivindicando terra e direitos aos trabalhadores do campo. Para os anticomunistas mais radicais, a mobilização

³⁹ *Correio do Povo*, 04/07/1961. p. 11.

⁴⁰ *Correio do Povo*, 04/07/1961, p. 11.

popular nos campos e cidades era o sinal da “ação de Moscou”. Para as “classes produtoras” somava-se a esse clima, a baixa produtividade das atividades agrícola e pecuária e os governos de tendências mais progressistas e nacionalistas no cenário regional e federal, Brizola e João Goulart, que favoreciam os planos de reforma agrária.

O anticomunismo gaúcho entre os anos 1961-1964, ao nosso entender, está diretamente ligado à questão agrária e aos debates e proposições a respeito de uma reforma agrária nacional desenvolvidos dentro desse contexto, imersos sob a lógica dualista e binária da razão de mundo gestada durante a *Guerra Fria*. Em outras palavras, que o anticomunismo é fomentado dentro do acirramento da luta de classes nacionalmente – sob o invólucro do conflito entre as duas grandes superpotências, e o binarismo nascido disso -, e, no âmbito estadual, as lutas pela terra – os direitos a associação dos trabalhadores, à propriedade da terra, os direitos trabalhistas, etc. – foram centrais dentre os anos de nosso recorte temporal para a formação de uma consciência de classe reacionária e anticomunista por parte do patronato estadual. Destacando que,

A consciência não deriva das relações de produção, nem vem da experiência diária, sendo antes resultado de uma intensa disputa ideológica na sociedade, que reflete também uma certa escolha de cada agente – individual ou coletivo. As próprias práticas dos agentes coletivos – partidos, movimentos, coletividades – alteram ou redefinem esta identidade continuamente. (LONER, 2001, p. 34)

E considerando que:

A noção de consciência nasce a partir do seu fazer, de sua elaboração da experiência, das ideias e da própria cultura burguesa, pela qual a classe retoma instrumentos e conteúdos já existentes, mas conferindo-lhe novo significado. É só através da consciência, de sua afirmação como classe, inclusive no nível do discurso, que a classe passa a existir. (LONER, 2001, p. 36).

São noções que nos são caras ao trabalho de pesquisa aqui desenvolvido, na investigação da tomada de consciência patronal diante dos conflitos sociais de seu tempo histórico e da influência da visão de mundo anticomunista que compunha o espectro ideológico capitalista do período em questão.

Com algumas das questões que alicerçam a pesquisa introduzidas, como o complexo de relações entre os anticomunismos dos anos 1960 a um quadro geopolítico internacional, que por sua vez, relacionam-se com as economias-políticas regionais e locais, ressignificando o próprio fenômeno de acordo com a forma que se desenvolvem os conflitos de classe e de como estes grupos e seus conjuntos se apropriam do discurso, do imaginário e das representações para formular a ação e mobilização anticomunista em determinados contextos. O anticomunismo enquanto um componente ideológico é, a esse modo, o elemento que nos permite, metodologicamente, perceber as escalas de difusão da ideologia – da macro-análise hemisférica à micro-análise regional, local - no que à época fora chamado “território ideológico” pela Doutrina de Segurança Nacional⁴¹, organizado principalmente enquanto um muro de contenção contra o avanço do “comunismo”.

Seria dizer que, a questão da geopolítica internacional e dos conflitos ideológicos que permearam a Guerra Fria é tão fundamental para nossa compreensão do período - sendo parte integrante de um mesmo movimento e processo -, quanto os conflitos em torno da questão agrária gaúcha com os proprietários rurais se arregimentando enquanto classe para “expurgar” esse “mal” do campo. Nos possibilita a perspectiva de que os conflitos mesmo que locais, encarnam e inserem-se em um movimento maior, de significado e representação planetário. A visão de mundo ocidental recriou, entre os anos do pós Segunda Guerra Mundial, um mundo bipartido – dualista - entre o bem e o mal, entre a cristandade e os *outros*, entre o *Oeste* e o *Leste*. E o forjar da realidade sob o império da ideologia capitalista, nos leva a refletir sobre uma das características

⁴¹ “A Doutrina de Segurança Nacional forneceu a base teórico-ideológica aos regimes repressivos estabelecidos no Cone Sul na segunda metade do século XX e também conferiu o alicerce necessário ao estabelecimento de um novo tipo de identidade nacional a esses países. A apropriação de símbolos constituídos como nacionais é recorrente em diversos momentos históricos e se trata por excelência de uma atividade política. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi consolidada através das interações entre o *National War College* e da ESG no campo militar, e do IBAD e do IPES no campo civil.” (OLEGÁRIO, 2018, p. 47).

próprias da ideologia, a possibilidade de criar algo “mais real que a própria realidade”⁴².

Ora, essa transposição ao *outro* é a fronteira e a zona limítrofe da ideologia. Esse *outro* por divergir das concepções de mundo anticomunistas era tratado enquanto um “elemento suspeito”, quem sabe um “agente do leste”, ou talvez “ateu materialista”. O que impressiona é a força com que se difunde tal concepção dentro do contexto da crise dos anos 1960 – *de apresentar-se não-comunista*. Isso nos leva ao trabalho de Rodeghero (2017) investigando sobre a recepção do anticomunismo em um grupo de leigos da Igreja Católica “destinatários da pregação anticomunista realizada pela Igreja” (RODEGHERO, 2017, p. 103). Segundo a historiadora:

O comunismo era algo aterrorizante porque combatia a religião. Sob o comunismo a Igreja não “teria vez”, não poderia atuar livremente. Nesse contexto, segundo Horacil, a pessoa também não teria liberdade e tudo isso seria ruim para o mundo, para a Igreja, para a humanidade. A impressão passada pela última colocação é a de o que não fosse bom para a Igreja não o seria para o mundo. Mas tal impressão se dissipa quando se lê uma tênue crítica que Horacil faz à postura que embasava o anticomunismo católico, qual seja a da instituição “querer tudo para si” [...] ⁴³ (RODEGHERO, 2017, p. 117-118)

⁴² Referência ao trecho: “Talvez uma comparação com a teoria freudiana do sonho seja útil nesse ponto. Freud assinala que, no sonho, deparamos com o núcleo sólido do Real precisamente sob a forma do “sonho dentro do sonho” – isto é, quando a distância em relação à realidade parece duplicada. De maneira mais ou menos homóloga, deparamos com o limite intrínseco da realidade social, com aquilo que tem que ser foracuído para que emerja o campo coeso da realidade, justamente sob a forma da problemática da ideologia, de uma “superestrutura”, de algo que parece ser um mero epifenômeno, um reflexo especular da “verdadeira” vida social. Estamos lidando, aqui, com a topologia paradoxal em que a superfície (a “mera ideologia”) está diretamente vinculada com – ocupa o lugar de, representa – aquilo que é “mais profundo que a própria profundidade”, mais real que a própria realidade.” (ŽIŽEK, 1996, p. 34-35).

⁴³ “À minha indagação se “chegavam a falar na escola também?”, Horacil respondeu:

- Não, acho que na escola não, mas na igreja, nos sermões, sim. Na igreja, a gente ouvia falar muito a respeito disso. A igreja, ela era assim, bastante diferente da ideia de hoje. Ela era assim, muito, não sei qual é o termo, mas ela queria tudo para si. Ela não queria que tu fosse de outra religião... Hoje, não. Hoje está aberta para o ecumenismo, e também ela dá, acho, uma certa liberdade de ideias pras pessoas que participam da igreja. Tu quer ser de um partido, tu quer ser de outro partido, tu pode ser o que tu for, desde que tu seja um cristão verdadeiro. A igreja te aceita como um verdadeiro cristão. Agora, parece que ela não está envolvida, não se preocupa que tu sejas de um partido ou de outro, tu ter uma ideia ou outra.

- Naquele tempo não era assim – afirmei, em concordância com o entrevistado, permitindo que ele desse continuidade ao seu raciocínio:

- Naquele tempo não. A Igreja, ela era exigente. Você tem que obedecer a doutrina e a doutrina é esta: não pode ser comunista, não pode ajudar em outra Igreja, não pode... Uma série de coisas que eram exigências bem sérias.” (RODEGHERO, 2017, p. 118).

Essa ideia de “sob o comunismo a Igreja não ‘teria vez’” é um temor presente no imaginário anticomunista católico, como destaca a autora. O interessante é um segundo relato extraído das entrevistas onde se concretiza o contato entre o “comunista real” e o “imaginário/imaginado”. Consta em sua transcrição da entrevista:

Perguntei:

- Aqui em Alegrete tinha pessoas que eram do Partido Comunista? Tinha...

- Tinha em Cacequi, - disse Nelson – em Cacequi que nós moramos, no interior, mas era município de Cacequi. Aqui tinha um que era declarado, que era o Dr. Policarpo Pereira da Costa.

- E existia o partido na época? – insisti. Será que quando tinha eleições eles concorriam às eleições?

- Isso eu não me lembro, respondeu Nelson, recebendo o auxílio da esposa.

- Eu tenho a impressão que eles não se declaravam – colocou Irma.

- Mas ele foi do diretório do partido, precisou Nelson.

- Esse Policarpo já faleceu? – perguntei.

- Já faleceu – confirmou Nelson. Muito bela pessoa. Uma coisa: todo aquele que é falado como comunista são umas pessoas de um trato fino, sabe?

- Ah, é? – disse eu.

- De um trato especial – disse Nelson. Um pessoal que a gente vai tratar e encanta a gente.

Tentei sumarizar a ideia:

- Mesmo que as pessoas tenham medo do comunismo, quando elas vão conversar com o comunista, elas gostam?

- Gostam, [são] umas pessoas de um trato! – insistiu meu interlocutor. (RODEGHERO, 2017, p. 114).

Essa passagem extraída dentre uma série de entrevistas que a autora realizou, nos mostra as diferentes nuances de como esse “comunista” é percebido nos cotidianos das pessoas em sociedade. Uma percepção é do “perigo” e da “ameaça” que habita em abstrato os imaginários, outra é a relação com os “comunistas reais” e destes com a sociedade. Não é ao acaso que os maiores mobilizadores do anticomunismo partem de estratos elevados da hierarquia social, tal como o empresariado e os proprietários de terras – que não necessariamente, se desassociam em seu caráter sócio-profissional.

Na sequência do texto, discutiremos um pouco nossa compreensão de ideologia, tentando abarcar o pensamento de alguns autores que se dedicaram ao tema e que tiveram influência sobre o processo de estudos e reflexões acerca do conceito nesta dissertação.

2.1.2 O conceito de ideologia

Para pensarmos o conceito de ideologia nos aproximaremos das abordagens de alguns estudiosos que trabalharam o tema em suas pesquisas. Dentre os estudos destacados enquanto responsáveis por nos auxiliar a pensar ideologia no mundo contemporâneo estão os de Michel Vovelle (2004), Slavoj Žižek (1996) e John Thompson (2011). Todos os autores se colocam em perspectiva de uma *concepção crítica da ideologia*; também é comum aos pensadores conceber ideologia entrelaçada com as relações de dominação. Para J. Thompson (2011): “Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*.”⁴⁴ Segundo o autor:

o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. (THOMPSON, J., 2011, p. 16)

Para o sociólogo, é importante pensarmos como o sentido é construído, o contexto social onde as formas simbólicas são empregadas e articuladas e de como é mobilizado através das formas simbólicas em contextos específicos. De “como o sentido é mobilizado para a manutenção de relações de dominação”⁴⁵, nas palavras do autor, dando ênfase à função das *mídias* dentro da cultura moderna, o que chama de processo de “*mediação*” – a relação dos modos de vida da/na modernidade permeados pelas “*mídias*”. Nesse ponto, adentramos o local onde se dão as forjas das realidades, onde realidade e ideologia separam-se por uma tênue linha; e seria possível verificar tal separação?

Segundo Žižek (1996), toda clivagem de uma ideologia contém algo que é foracluído, isto é, que quando se alicerça-dissipa uma ideologia dominante existem elementos essenciais para sua constituição e existência que estão, por assim dizer, “subterrâneos”. Mas o termo “excluído” não seria suficiente, pois, este algo que é

⁴⁴ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 16.

⁴⁵ Ibidem, p. 17.

deixado de fora é parte fundante do todo concretizado pela ideologia. É também deste autor que tiramos a constatação que nada escapa à ideologia. Mesmo a crítica à ideologia tende a retornar à ideologia. Para o filósofo:

uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o *modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade*.” (ŽIŽEK, 1996, p. 14)

São nuances importantes para a introdução dos estudos e pesquisa na temática e campo da ideologia. Sobretudo, que esta é estabelecida e permeada por relações de dominação e que “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”⁴⁶. E as relações com as *classes sociais*, e para alinhar com nosso objetivo e proposta, com as *classes dominantes*, é um dos eixos para compreender tais relações na era moderna.

Para enunciar o conceito de ideologia, nos aproximaremos do conceito elaborado por John Thompson (2011). Isso posto, pensando a importância das formas simbólicas para a constituição da realidade o autor propõe conceitualizar a ideologia:

em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações

⁴⁶ THOMPSON, J., op. cit., p. 76.

de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.” (THOMPSON, J. 2011, p. 79).

Ressaltando dois processos - inseridos num mesmo movimento - que ordenam os sentidos: “estabelecer e sustentar relações de dominação”, ou seja, que há intrínseco ao movimento a expansão e a manutenção desse processo. O leitor mais atento pode antever que estamos diante de uma ideologia concreta – e não uma discussão abstrata do conceito - em sua manifestação e existência durante o período moderno, mais precisamente ao longo do século XX. A noção de manutenção das relações de dominação nos remete a um outro conceito utilizado pelo autor, oriundo da tradição marxista, em especial através de Lukács, o conceito de *reificação* se aplica a tal perspectiva. Segundo J. Thompson:

Um quinto *modus operandi* da ideologia é a *reificação*: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. (THOMPSON, J., 2011, p. 87)

Daí o termo *naturalização*, e para Thompson esse elemento surge enquanto estratégia – “estratégia de *naturalização*”⁴⁷. Ainda, quando o estado de coisas é passível de ser “coisificado”, ou se apresente enquanto eterno e natural, tende-se a experiência a-histórica no seio das sociedades históricas.

Sendo assim, equanto Žižek (1996) tensiona a linha entre ideologia e realidade⁴⁸, Vovelle (2004), por sua vez, insere o conceito de *mentalidades* aos

⁴⁷ THOMPSON, J., op. cit., p. 88. E ainda, sobre os “*modus operandi* da ideologia”: Cf. “Tabela 1.2”, p. 81.

⁴⁸ “Mas, por que não existe realidade sem o espectro? Lacan fornece uma resposta precisa a essa pergunta: (o que vivenciamos como) realidade não é a ‘própria coisa’, é sempre já simbolizado, constituído e estruturado por mecanismos simbólicos – e o problema reside no fato de que a simbolização, em última instância, sempre fracassa, jamais consegue ‘abarcara’ inteiramente o real, sempre implica uma dívida simbólica não quitada, não redimida. Esse real (a parte da realidade que permanece não simbolizada) retorna sob a forma de aparições espectrais.” (ŽIŽEK, 1996, p. 26).

debates sobre *ideologias*. Segundo este último, a *história das mentalidades* seria “um alargamento essencial ao campo de pesquisa”⁴⁹, a definindo enquanto:

estudo das mediações e da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem. A esse nível, as contradições se diluem entre dois esquemas conceituais, cujos aspectos contrastamos: ideologia de uma parte, mentalidades de outra. (VOVELLE, 2004, p. 24)

Dessa forma, nos é possibilitado perceber as possíveis bifurcações metodológicas em relação às abordagens levando em consideração os conceitos de ideologia e mentalidades no contexto da pesquisa histórica. Nos aproximaremos em nosso trabalho da compreensão de que a ideologia opera enquanto um filtro de interpretação da realidade, que disputa as consciências, manipula e condiciona os sentidos. Manipula, referindo-nos a sua capacidade de moldar as realidades conforme seu arbítrio; condiciona, referente a organização e disposição social dos sentidos, da reificação da realidade como tal. Ainda, ideologia no sentido mais clássico do pensamento marxiano, de que as ideias dominantes de uma época, são, geralmente, as ideias da classe dominante dessa época, ou seja, que a ideologia não separa-se do processo de dominação das classes sociais, que por sua vez, é estrutural e possui longa duração histórica de sua construção. Nesse sentido, a ideologia “é uma inversão na realidade (em sua concretude)”⁵⁰, ou seja, a ideologia não como um efeito mental, mas das práticas, é nas práticas que acontece a inversão da realidade e apropriação ideológica.

⁴⁹ VOVILLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 25.

⁵⁰ GRESPAN, Jorge. **A dialética do avesso**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.14, 2002, p. 26-47.

2.2 O Rio Grande do Sul nos quadros da Guerra Fria: Introdução à estrutura agrária no início dos anos 1960

Entre os anos de 1961 e 1964 o estado do Rio Grande do Sul passava por uma conturbada crise permeada de lutas sociais – característico dos anos iniciais da década de 1960 -, em especial a luta pela terra, desencadeada por uma série de fatores. Nesse cenário, foi organizado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), que desde 1961 ascende ao plano central de discussão sobre a *reforma agrária*. A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) também se movimenta tanto no rearranjo da entidade como na mobilização e organização de estudos e proposições a respeito da temática agrária dentro das novas condições.

O estudo de 1960 de Claudio Accurso, republicado em 1982 pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), “*Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul*” traz considerações relevantes para adentrarmos a realidade histórica em questão. O estudo de 1965, no entanto, é mais abrangente, abarcando os anos 1949-1959 “com inferências indiretas até 1963”⁵¹.

O propósito dos dois textos convergem, segundo o economista: “Este trabalho tem uma única pretensão, que é de afirmar que estamos estudando pouco nossa realidade. E muitas das nossas deficiências tem origem exatamente nisso”⁵². Ainda no trabalho de 1960, que se introduz nos debates de seus contemporâneos, o autor lança luz sobre a economia gaúcha apresentando uma série de dados que compõem a estrutura agrária e, sobretudo, indicando seu principal problema, a relação da propriedade da terra com a produção capitalista. Essa hipótese é desenvolvida no documento de 1965, reconhecida, portanto, pela Comissão de

⁵¹ O estudo foi realizado com assessoria de três economistas, sendo: Cláudio F. Accurso, Arthur Candal e Arnaldo I. Veras. Continha ainda, os seguintes deputados enquanto Comissão Especial integrada: Nelson Marchezan (Presidente), Artur Bachini (Vice-Presidente), Darcilo Giacomazzi (Relator), Getúlio Marcantonio, Darcy Von Hoonholtz, Antônio Mesquita, Ari Delgado, Seno Ludwig (todos membros). Adir Leitzke (Secretário da Comissão Especial). In: ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Arnaldo I. **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, n. 16, 1965. (Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico). p.3. Cf. também sobre o referido documento: GASPAROTTO, op. cit., p. 111-113.

⁵² ACCURSO; CANDAL; VERAS, op. cit., p. 4.

Desenvolvimento Econômico encarregada pelos estudos acerca da estrutura econômica do estado.

A seguir, recortamos alguns extratos dos dados lançados no estudo dos anos 1960, que condizem com as relações econômicas do estado nas décadas de 1940 e 1950 e apresenta a conjuntura estadual que dará as condições para a crise enfrentada entre os anos de 1961-1964. A primeira tabela traz um quadro da “distribuição ocupacional”, ou seja, onde a mão-de-obra gaúcha se encontra localizada; a segunda tabela trata sobre a formação de renda no estado; a terceira tabela corresponde à taxa de incorporação de mão-de-obra no Rio Grande do Sul; a quarta e última tabela da sequência, corresponde à participação da formação da renda, destacando os setores primário e secundário⁵³.

Distribuição Ocupacional ⁽¹⁾ – 1957

Setores ⁽²⁾	%
Primário.....	58
Secundário.....	14
Terciário.....	28
Total.....	100

(1) Trata-se de uma estimativa, tomada com base nas modificações ocorridas entre 1940 e 1950. (2) Setor Primário: agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca. Setor Secundário: mineração e indústria de transformação geral. Setor Terciário: comércio, governo, transportes, profissões liberais e quaisquer outras atividades de prestação de serviços.

(ACCURSO, 1960, p. 44)⁵⁴

⁵³ “[...] podemos deixar à margem o setor terciário, pois o mesmo reflete o fluxo de bens que tem lugar nos setores primário e secundário.” (ACCURSO, 1960, p. 46).

⁵⁴ Em 1940, segundo o autor a configuração era a seguinte: Primário (70%), Secundário (10%), Terciário (20%). ACCURSO, op. cit., 1960, p. 44.

Formação de Renda – 1957

Setores	%
Primário.....	41
Secundário.....	15
Terciário.....	44
Total.....	100

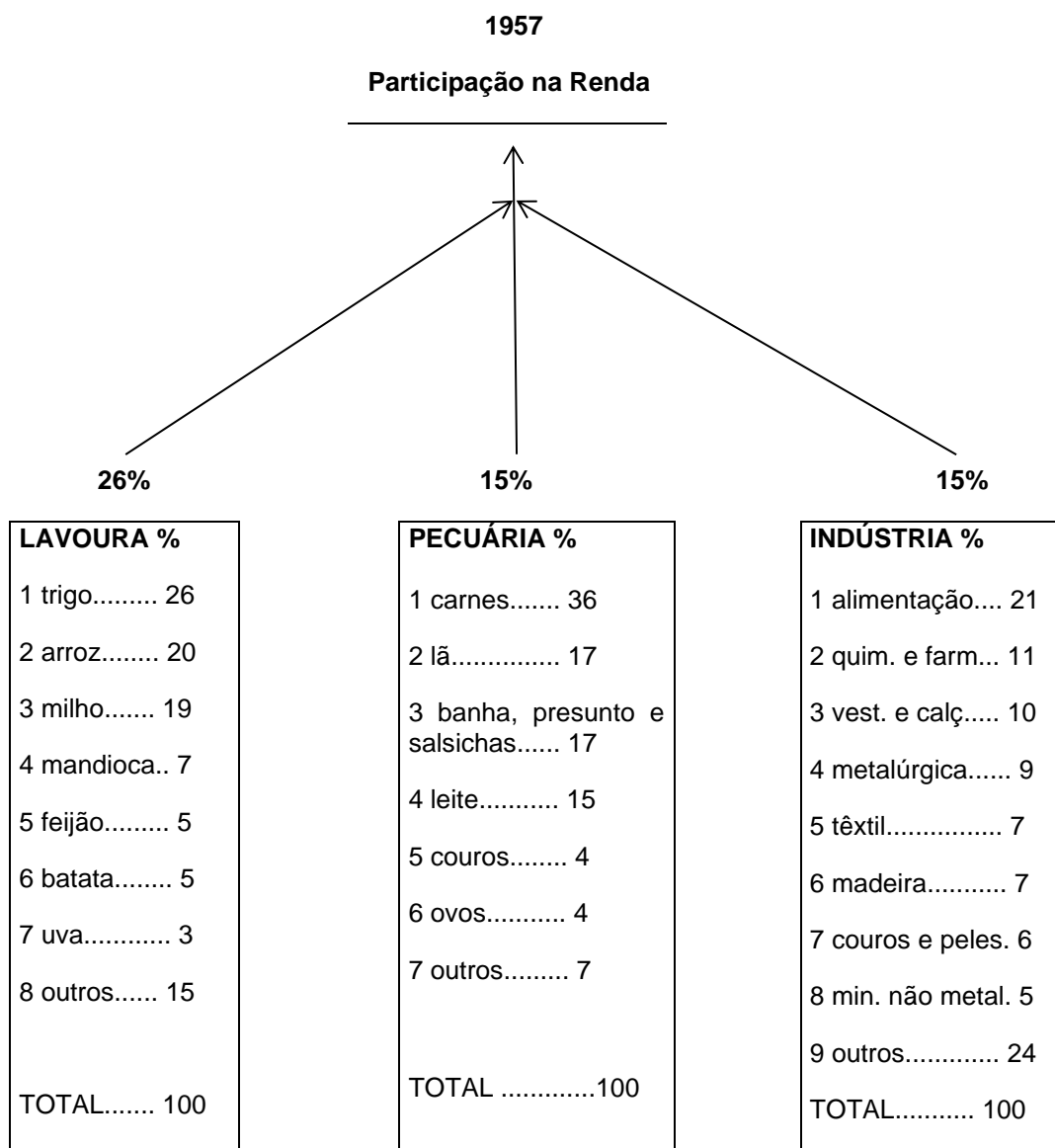
FONTE: Revista Brasileira de Economia, FGV – março de 1959.

(ACCURSO, 1960, p. 45)

Incorporação de Mão-de-Obra

Setores	TAXAS
Primário.....	1,5
Secundário.....	4,7
Terciário.....	5,0
Total.....	2,5

(ACCURSO, 1960, p. 46)



(ACCURSO, 1960, p. 47)

Os dados nos permitem vislumbrar o tamanho e importância da agricultura e da pecuária para a sociedade gaúcha, sendo parte fundamental de sua economia. Podemos observar a predominância do trigo, do arroz e do milho enquanto culturas desenvolvidas. O setor primário da economia incorporava 58% da mão-de-obra empregada conforme dados ainda da década de 1950 de Accurso, que se aproximam dos dados lançados para o ano de 1960 através de HERRLEIN e

CORAZZA (2007)⁵⁵, 56,7% da distribuição de ocupados no Rio Grande do Sul. Ou seja, a agricultura, a pecuária, silvicultura, caça e pesca, absorviam mais da metade do trabalho empregado no estado constituindo fração significativa da economia estadual, 41% do total, sendo a lavoura o setor de maior relevância – tanto economicamente como de inserção no processo de “modernização” da produção⁵⁶.

Essas questões são relevantes para compreendermos a inserção de ACCURSO (1960; 1965) nos debates acerca da “insuficiência agrária” como vinha sendo identificada no período pelo economista. Quais as causas e agentes dessa insuficiência econômica? De acordo com o Boletim publicado em 1965,

Nesse último decênio a incorporação de terra aumentou a um ritmo maior que o da produção, traduzindo uma produtividade decrescente por Ha. As principais culturas ou apresentam menor produtividade ou elevações insignificantes. [...]

A produção animal não ficou atrás. A densidade animal por Ha., a idade média de desfrute e o peso médio por animal, não sofreram qualquer modificação nas últimas décadas, descansando toda a atividade na capacidade natural dos campos. [...]

Ora, dar cobertura a uma produtividade que se reduz é garantir o “status quo” e, conseqüentemente, impedir qualquer modificação espontânea. O setor ineficiente consegue manter e até aumentar sua posição na Renda graças ao sistema de preços, ganhando por seu intermediário aquilo que não resulta do esforço produtivo. (ACCURSO; CANDAL; VERAS, 1965, p. 31-32)

Há um direcionamento da crítica aos setores da classe dominante agrária que concentraram terra e alicerçaram sua renda na expansão territorial. A esse modelo

⁵⁵ HERRLEIN, Ronaldo; CORAZZA, Gentil. **Indústria e Comércio no Desenvolvimento Econômico (1930-1985)**. In: **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de Volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 140. O estudo divide em setores “agropecuário, industrial e serviços”.

⁵⁶ Sobre o período compreendido entre 1930-1985 no Rio Grande do Sul, Fontoura escreve que “a lavoura e a pecuária passaram pela experiência do projeto de modernização, modelo que procurou vincular a produção agrícola à expansão do capitalismo industrial no campo.” FONTOURA, Luiz. **Agricultura: Da Associação à Modernização**. In: **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de Volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p.136.

FONTOURA (2007) chamou de *pecuária tradicional*, onde a atividade se desenvolveu a partir “do extrativismo, ou preia do gado chucro”⁵⁷ e que,

desde a sedentarização do gaúcho em sua estância, a experiência direta vem sendo transmitida de geração em geração, com poucas modificações, formando e mantendo hábitos e costumes que se tornaram tradicionais.

Do ponto de vista da relação homem-natureza, a pecuária tradicional é caracterizada pela pouca capacidade de intervenção do homem sobre os agentes naturais que atuam no processo de produção. (FONTOURA, 2007, p. 121)

Esse modelo contrastava com a perspectiva modernizante da agricultura defendida à época. O setor que se opunha a inserção do capital na sua produção – e o que disso acarreta; a inserção ao processo de circulação capitalista – seria identificado enquanto a representação do arcaico nos campos gaúchos. Fontoura dá destaque para a desconfiança dos setores agropecuários em relação ao mundo urbano, em especial ao financiamento dos bancos através de crédito aos produtores e a função de estabelecer suas terras como garantia no negócio firmado. Ainda segundo o autor, “os primeiros a se tecnificarem foram produtores que já dominavam a linguagem urbana dos negócios bancários e comerciais”⁵⁸, a partir da metade da década de 1940.

Nesse momento, não participavam da mecanização da lavoura os produtores familiares ou “colonos”, como eram conhecidos, pois não conhecendo a linguagem dos negócios capitalistas que se instalavam, viam com desconfiança o novo sistema de produção, pois além dos trâmites bancários, a entrada no novo sistema implicava hipoteca da terra. Isso significava a possibilidade da perda da mesma, como de fato muitas vezes veio a acontecer com esse grupo de produtores. (FONTOURA, 2007, p. 131)

Temos, portanto, uma pecuária com dificuldades de inserir-se no processo modernizante da estrutura de produção, questões como investimentos para sanidade animal e manipulação genética (inseminação artificial) eram longínquas e

⁵⁷ FONTOURA, op. cit., p. 121.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 131.

isoladas em estâncias e fazendas que eram tomadas enquanto experimentos. Por falta de conhecimento no trato com os rebanhos, casos de desgaste do solo devido ao pastoreio dos rebanhos se deram, por exemplo na região de Alegrete. O alerta a respeito desse caso feito por Antônio Saint Pastous de Freitas⁵⁹ é lembrado por Fontoura (2007), confirmando as preocupações do ruralista poucas décadas depois. Estes, dentre outros fatores, vão impactar os índices econômicos da produtividade regional no começo da década de 1960, tão criticado por Accurso. Para o economista:

No que diz respeito ao setor agrícola constatou-se a inviabilidade da continuação de seu crescimento extensivo, fato que vem ocorrendo há cerca de 10 anos e que foi ocultado por um movimento favorável de preços, que permitiu aos proprietários agrícolas um volume absoluto de renda elevado, o que evitou uma tomada de consciência do fenômeno.

Com maior intensidade aplica-se esta conclusão a pecuária, que transferiu via mecanismo de preços as consequências de sua baixa produtividade.

As causas deste insatisfatório crescimento da produção agropecuária gaúcha acham-se intimamente ligadas ao problema da propriedade da terra, isto é, revestem-se de características estruturais que tornam inócuos os instrumentos tradicionais de estímulo à produção (crédito, preço...). (ACCURSO, 1960, p. 4)

O incentivo ao crédito era pauta e reivindicação dos setores ruralistas nas proposições acerca da reforma agrária estadual, no entanto o que Accurso destaca é, que a insuficiência econômica e o “insatisfatório crescimento da produção agropecuária” estavam ligados ao “problema da propriedade da terra” tornando “inócuos os instrumentos tradicionais de estímulo à produção (crédito, preço)”. O percurso da crise do modelo produtivo gaúcho se esboça no quadro sobre a taxa de crescimento da economia do estado. Segundo o boletim de estudos a “pecuária e a lavoura tinham, em 1960, níveis de produção menores em 20% e 7%, respectivamente, que em 1956”⁶⁰. Consta ainda que a “recuperação de 1961 não

⁵⁹ Nascido em 11 de fevereiro de 1892. Presidente da FARSUL na gestão 1961-1963, pecuarista, formado em medicina.

⁶⁰ ACCURSO; CANDAL; VERAS, op. cit., 1965, p. 31.

transmitiu o mesmo impeto em 1962 e 1963, embora anuncie-se uma excelente safra no corrente exercício”⁶¹.

Taxas de Crescimento da Economia Gaúcha (médias anuais)

	1949/60	1949/53	1956/60
TOTAL.....	4,9	8,6	0,3
Setor Primário.....	3,8	9,8	-3,0
Setor Secundário.....	5,4	9,5	1,7
Setor Terciário.....	5,2	7,2	2,8

(ACCURSO; CANDAL; VERAS, 1965, **QUADRO II**, p. 18)

Vemos que entre os anos de 1956 e 1960 há um impacto no setor primário da economia gaúcha; no início da década de 1950 a taxa de crescimento era de 9,8 ao ano, terminando a década (1956/60) com uma taxa de -3 ao ano. Isso nos leva a pensar que a crise dos anos 1960 se gestou durante as décadas anteriores, em especial durante os anos 1950 quando do esgotamento da fronteira agrícola dentro do estado, estagnando o “crescimento” do processo em curso e acirrando os conflitos agrários e o processo de luta pela terra no sul do Brasil⁶².

Os trabalhos de Accurso aqui utilizados são, ao nosso entender, importantes para a interpretação das condições do debate à época, em especial no que tange aos dados levantados sobre a realidade econômica do estado. No entanto, não poderíamos deixar de perceber que as pesquisas do economista, no contexto da

⁶¹ ACCURSO; CANDAL; VERAS, op. cit., 1965, p. 31.

⁶² “A partir dos anos 40, com o fechamento da fronteira agrícola do Estado, devido, principalmente, aos incentivos dados à produção de trigo, elevou o preço das terras, o que dificultou sua aquisição por parte das camadas camponesas. Disto resultou um maior fracionamento das pequenas propriedades agrícolas”. (BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha: Ação Político-Ideológica da Igreja Católica no Movimento Camponês do Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado), Curso de Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986. p. 88).

Guerra Fria, tem lado e alinhamento ideológico bem definidos. As forças “arcaicas” são relacionadas com o atraso apenas quando não se manifestam a favor do processo de “modernização” do campo, das técnicas ou do trabalho. Em outras palavras, o arcaico só se torna empecilho quando impede o novo ciclo de relações capitalísticas, quando torna-se barreira para a própria expansão e reprodução do capital. E é exatamente essa inserção de capital no campo, fazendo com que a propriedade da terra sirva e impulse o processo de acumulação capitalista, a proposição de organização racional da estrutura agrária indicada pelo autor.

Ora, ao que parece, a grande concentração de terras⁶³ – e os latifundiários - seriam um empecilho ao próprio desenvolvimento da acumulação capitalista – e do próprio sistema – na região. Retomando alguns pontos importantes para compreendermos as condições que abarcam a crise dos anos 1960: o esgotamento da fronteira agrícola no estado sob a qual se sustentava o crescimento econômico e somado a isso os baixos índices de produtividade, especialmente da pecuária.

Segundo estudo da FEE (Fundação de Economia e Estatística) de 1978, a maior ocupação de terras em área no estado, em 1960, se dava entre as propriedades de 10 à 100 ha (6.717.311 ha), de 100 à 1.000 ha (6.908.653 ha) e de 1.000 à 10.000 ha (6.594.995 ha), com o primeiro grupo contendo 252.465 estabelecimentos registrados, o segundo com 24.480 estabelecimentos e o terceiro com 3.074 registros. Podemos constatar uma maior concentração de terras nos estabelecimentos do segundo e terceiro grupos, ocupando cerca de 62,34% da área total, concentrados em 27.554 estabelecimentos. Importante destacar ainda, os grupos de até 10 ha, com 526.768 ha e 100.132 estabelecimentos e, os acima de 10.000 ha, com 911.679 ha e 48 estabelecimentos registrados, 47 entre 10.000 ha e 100.000 ha e 1 acima de 100.000 ha. Os últimos dados ilustram o latifúndio sul-rio-

⁶³ “Apesar de suas particularidades – a terra é um bem limitado, não se pode fabricá-la e seu monopólio privado implica existência de uma renda fundiária – a propriedade da terra não deixa de ser um instrumento de riqueza. Quer aceitemos ou não, ela permanece (e continuamente se renova) como importante fonte de acumulação e como garantia de exploração e de poder.” BRUNO, R. **O ethos da propriedade rural**. 2007, p. 62.

grandense e o quadro de desigualdades em relação à propriedade privada da terra no começo dos anos 1960⁶⁴.

(Número de estabelecimentos e área por grupo de área no Rio Grande do Sul em 1960)

Grupos de área (ha)	Área (ha)	Número de estabelecimentos	% da área total ocupada
--- 10	526 768	100 132	2,432
10 --- 100	6 717 311	252 465	31,013
10 --- 20	1 502 791	110 162	6,938
20 --- 50	3 305 406	113 659	15,26
50 --- 100	1 909 114	28 644	8,814
100 --- 1 000	6 908 653	24 480	31,896
100 --- 200	1 633 781	12 005	7,543
200 --- 500	2 689 645	8 744	12,417
500 --- 1 000	2 585 227	3 731	11,935
1 000 --- 10 000	6 594 995	3 074	30,448
1 000 --- 2 000	2 669 927	1 945	12,326
2 000 --- 5 000	2 800 005	960	12,927
5 000 --- 10 000	1 125 063	169	5,194
10 000 ---	911 679	48	4,209
10 000 --- 100 000	787 679	47	3,636
100 000 ---	124 000	1	0,572
Total	21 659 406	380 199	100 %

(Fonte: FEE, 1978, p. 41)

⁶⁴ FEE (FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA). **25 anos de economia gaúcha. Vol.3. A agricultura do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1978, p. 41. Para um quadro com a evolução da concentração e distribuição de terras no estado ver: "Quadro 1" na página 41 do estudo da FEE.

As discussões em torno da questão agrária do estado riograndense nos anos iniciais da década de 1960 mostram sobretudo, que alguns setores faziam questão de afirmar que não abririam mão de privilégios e/ou regalias, em especial no que diz respeito à propriedade privada da terra - recurso que alcançou seus limites, daí o impacto em uma economia que estava diretamente vinculada à produção dos proprietários e às famílias a eles “agregadas”⁶⁵.

Conforme Oliveira, “Nesse ponto, uma reflexão deve ser feita sobre o papel do capital estrangeiro no Brasil e sobre as relações entre um capitalismo que se desenvolve aqui com o capitalismo internacional”⁶⁶. O autor complementa:

Não há dúvida que a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não há dúvida, também, que em muitas etapas, principalmente na fase agro-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão do capitalismo no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo desta. Mas o enfoque que se privilegia aqui é o de que, nas transformações que ocorrem desde os anos 1930, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial. (OLIVEIRA, 2013, p. 74)

Oliveira destaca que entre 1961 à 1963 foram os anos acentuados da crise legada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), indicando o aumento da taxa de exploração do trabalho enquanto uma das vertentes para o esforço de *acumulação*. Com isso, a deterioração do salário real das classes trabalhadoras e a problemática em torno do *nível de vida* – em contraposição ao salário – e o padrão

⁶⁵ Segundo o estudo de 1965: “Num extremo encontra-se que 0,8% das propriedades abarcam 36% da área e, no outro, 55% das propriedades somam 24% da área. No primeiro grupo estão as propriedades com mais de 1.000 Ha e, no segundo, as de menos de 20. [...] Cerca de 85% da população empregada no setor primário localiza-se num estrato cuja propriedade média é de 24 Ha, o que diz bem suas limitadas possibilidades. [...] No que tange à distribuição da propriedade cabe dizer que é ela que origina o grande número de arrendatários, dando instabilidade a milhares de agentes econômicos e evitando práticas mais racionais na agricultura. Só no arroz 75% da área de cultivo é arrendada [...]. Se a agricultura tem na base física a limitação externa para seu crescimento extensivo, tem na distribuição atual da propriedade um obstáculo interno, institucional, capaz de anular boa parte do intento de solução.” (ACCURSO; CANDAL; VERAS, 1965, p. 34).

⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 74.

de bem-estar para a formação de uma consciência de classe. Conclui portanto, que dentre os anos 1961/63 até a crise de 1964 a “luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as:”⁶⁷

Aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em pólos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contenedores até então mesclados num pacto de classes. A luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção. (OLIVEIRA, 2013, p. 91)

São questões, portanto, que permeiam o processo histórico pesquisado, sendo estas amplas e complexas e que vão além do próprio objeto de estudo desenvolvido. Nos coube salientar alguns pontos e perspectivas que, a nosso entender, auxiliam na reflexão sobre a realidade analisada. Ou seja, que os rearranjos locais e regionais, tanto quanto os estruturais e continentais (hemisféricos) inserem-se num mesmo processo de mútua relação-interferência e ainda, que cada caso é específico, como destaca OLIVEIRA (2013) quando refere-se ao caso brasileiro e sua especificidade interna, natureza de sua própria organização.

2.3 Ruralismo sul-rio-grandense e os conflitos agrários

O presente subcapítulo visa introduzir a nossa compreensão acerca do ruralismo no Rio Grande do Sul dos anos 1960 e sua inserção nos debates políticos através de sua entidade de classe, a FARSUL (Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul), no contexto do governo Leonel Brizola dentre os anos 1961-1962.

No Rio Grande do Sul a FARSUL, criada em 1927, “agrupava centenas de associações rurais cuja base social era muito diversa”⁶⁸ dada a não regularidade da sindicalização rural, ocorrida apenas após a promulgação do Estatuto do

⁶⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 91.

⁶⁸ GASPAROTTO, op. cit. p. 14.

Trabalhador Rural em 1963. Isso “fazia com que as associações reunissem tanto grandes quanto pequenos e médios proprietários, trabalhadores rurais, arrendatários, etc.”⁶⁹. No entanto, mesmo “que a base social representada pela Farsul fosse bastante variada, os estudos acadêmicos produzidos apontam que, historicamente, a entidade se constituiu como porta-voz dos interesses dos grandes proprietários ou produtores do estado” (GASPAROTTO, 2016)⁷⁰.

Como vimos, os primeiros anos da década de 1960 são permeados por crises no âmbito político e econômico. No Rio Grande do Sul o MASTER desde 1961 já vinha mobilizando os camponeses no interior do estado de forma mais ativa. O suporte do governador Leonel Brizola do então PTB impulsionava a organização que cresceu nesse período, tanto em números de agricultores sem-terra como de ações (manifestações, acampamentos, etc.). Segundo GASPAROTTO (2016) dialogando com os estudos de Córdula Eckert:

O movimento se amparava na Constituição Estadual e adotava estratégias que buscavam evitar confrontos com a lei. Os acampamentos ocorriam nas estradas que serviam de limite às propriedades reivindicadas, que geralmente eram eleitas em função de seus baixos índices de aproveitamento e do elevado número de camponeses sem terra na área. (GASPAROTTO, 2016, p. 145)

Denotando o caráter legalista das ações do movimento que estavam amparados pela constituição estadual em sua organização e reivindicação. Sobre as “transformações experimentadas pelo movimento [Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER]” no “que diz respeito à sua articulação tanto em nível estadual quanto nacional”:

Em junho de 1961 ocorreu o primeiro encontro de agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul, reunindo representantes das diversas associações existentes. Uma das pautas deste evento era a organização de um congresso estadual, impulsionado pelo anúncio da realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu meses depois em

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ “[...] tanto a constituição da FARSUL como entidade de representação estadual dos grandes proprietários fundiários, nos anos 20, quanto o posicionamento público da entidade acerca do problema fundiário da Reforma Agrária, nos anos 60, constituem-se em momentos privilegiados de produção de experiências sociais e políticas de grandes proprietários fundiários no Rio Grande do Sul.” (HEINZ, 1991, p. 49-50 apud GASPAROTTO, 2016, p. 14-15).

Belo Horizonte. Neste contexto, ingressaram no movimento membros do Partido Comunista, o que também gerou algumas disputas internas e mudanças nas suas orientações. (GASPAROTTO, 2016, p. 144)

Os movimentos de luta pela terra no período, tal como o Master, não eram homogêneos, possuindo no interior de sua composição e organização correntes divergentes e em disputa pela sua direção. De acordo com Carolina Ramos (2011), consta que:

As divergências e concordâncias entre os distintos movimentos dos trabalhadores rurais acerca da estrutura agrária do país explicitaram-se na realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, em 1961. Participaram deste Congresso associações ligadas à ULTAB – principal organizadora do evento -, as Ligas Camponesas, membros do MASTER, bem como alguns sacerdotes. Entre os trabalhadores presentes destacaram-se as categorias de posseiros, assalariados e arrendatários. Cabe ressaltar ainda que o Congresso foi financiado por recursos do governo federal e do governo do estado de Minas Gerais, o que revela a importância conferida às organizações dos trabalhadores rurais, bem como a tentativa de controlar e cercear suas ações e propostas. (RAMOS, 2011, p. 46)

As mobilizações em busca da reforma agrária fomentaram muita discussão e debates no período. Como destacado nas citações acima, congressos regionais e nacionais de trabalhadores rurais estavam em curso e em vias de construção. No Rio Grande do Sul, em novembro de 1961 foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) através do decreto nº 12.812, e na sequência (janeiro de 1962) foi oficializado o programa “Projetos de Reforma agrária e desenvolvimento econômico-social (PRADE). O “propósito era implantar núcleos de colonização em diversas regiões do estado, oferecendo-lhes suporte dos órgãos estatais numa perspectiva de modernização da produção agrícola e pecuária”⁷¹. Ainda em 1960 era criada a CETH (Comissão Estadual de Terras e Habitação) e de acordo com Gasparotto a comissão produziu um levantamento das propriedades com áreas superiores a

⁷¹ HARRES, Marluza Marques. **Movimentos Sociais Rurais**. In: **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 248.

2.500 Ha, além de criar um Grupo de Trabalho, o GT 14⁷², responsável por elaborar um documento tecendo considerações sobre a questão agrária estadual denominado “questão de justiça social e desenvolvimento econômico”, explicitando a ideia de “democratização da propriedade”, enfatizando seu caráter não subversivo.

A luta camponesa foi um dos fatores concretos para a reorganização patronal. O medo da organização dos agentes subalternizados da sociedade gaúcha, em especial do setor agrário da sociedade, em conjunto com a disposição dos governos estadual e federal em discutir a reforma agrária, foi um componente fundamental da articulação entre os proprietários de terras de norte a sul do país. O patronato rural sul-rio-grandense não se difere nesse sentido, se constitui e apresenta características e interesses próprios, assim como projetos alicerçados sob sua perspectiva dominante.

Compreendemos o patronato rural enquanto classe social dominante, se reconhecendo enquanto tal no processo de tomada de consciência de sua posição no acirramento dos conflitos sociais, ou seja, no ascender da luta de classes. De acordo com Ana Beatriz Loner,

Embora a classe deva ter uma referenciação na base econômica da sociedade, ou seja, constituir-se a partir de um agrupamento de indivíduos que ocupam o mesmo lugar na esfera produtiva, isso não define sua existência, apenas configura a possibilidade, a partir da qual ela pode ou não alicerçar-se.

[...]

Assim entendido, a construção de uma classe é um processo permanente, pois está continuamente sendo organizada, desorganizada e reorganizada pelo processo de luta de classes. (LONER, 2001, p. 38-39).

Para E. P. Thompson, classe “é (ou deveria ser)”:

⁷² O GT era formado pelos seguintes membros: Paulo Schmidt, Paulo Schilling, Cibilis da Rocha Viana, José Castelano Rodrigues, Walter Tschiedel e Áureo Elias, que era vinculado à Farsul. GASPAROTTO, op. cit., p. 122. Nota 420.

uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão "econômica" quanto "cultural"; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. Disso decorre que a determinação "em última instância" pode abrir seu caminho igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres. (THOMPSON, E. P. 2001, p. 260)

E foi do contexto de acúmulo de experiências dos anos 1940 e 1950 que pode florescer os conflitos no campo entre um campesinato organizado e reivindicativo com amparo - ou pelo menos certo grau de suporte, do Estado - e um patronato exigente da manutenção das relações de privilégios, sobretudo, na questão da propriedade da terra e no controle do trabalho no campo durante os anos 1960. É nesse cenário que as ideologias agem na disputa pelas consciências. A radicalidade da concepção de "ameaça comunista" ganha corpo ao longo dos anos, de forma crescente até o golpe de 1964.

Em janeiro de 1962, no município de Santa Maria houve uma grande demonstração de força do ruralismo gaúcho, como salienta GASPAROTTO (2016). O encontro ficou conhecido como "*Concentração Rural de Santa Maria*", um "*conclave*" para os ruralistas no período. Gasparotto (2016) dá destaque ao componente simbólico dessa manifestação ruralista, sua expressão diante da sociedade gaúcha e brasileira demonstrando seus interesses perante a questão agrária nacional. Ainda segundo o estudo, a autora aponta que no dia 6 de janeiro a concentração "contava com 1.300 convencionais inscritos".

É onde se encontra o anticomunismo com o ruralismo sul-rio-grandense, diante e no seio das relações produtivas, permeado pelo espectro ideológico da Guerra Fria e imerso sob o cenário de crise da estrutura agrária do estado. Somado a isso, o crescimento das organizações de esquerda e o processo de sindicalização

dos trabalhadores rurais⁷³, que abriria um novo campo de disputa no que tange à organização dos trabalhadores no campo. Acrescentando que o anticomunismo patronal expresso pelo ruralismo sul-rio-grandense dentre os anos 1961/62 contém a presença das vertentes manifestadas pela ALPRO, pela Doutrina Social da Igreja (DSI) e pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), pretendendo a “modernização” do processo produtivo, a “humanização” do trabalho e das condições do trabalhador rural e, por fim, a neutralização “das ideologias estranhas” e o enfrentamento do “inimigo interno”. Nesse movimento se expressavam diferentes vertentes dos anticomunismos dispostos nos anos 1960.

Esse processo inseria-se na projeção de um novo ciclo de acumulação capitalista, onde a inserção do capital no campo era fundamental para a estratégia transnacional articulada. A FARSUL, nesse contexto, tem papel importante na mobilização dos interesses patronais e do ruralismo no estado e vai se inserir ao lado do processo de dominação hemisférico, alinhando-se às doutrinas externas para constituir o domínio interno.

Através da análise do “*Correio do Povo*”, nos primeiros meses de 1961, acompanhamos a questão agrária a partir de eventos e manifestações de setores que já se inserem no debate sobre o conceito de *Reforma Agrária*. Destacando os pronunciamentos do episcopado do estado do Rio Grande do Sul, de ruralistas engajados no debate e de entidades e instituições como a CRB (Confederação Rural Brasileira) e o IBAD⁷⁴. Até junho/julho de 1961 a FARSUL não se destacava nos debates acerca da temática da reforma ou colocando pautas na questão agrária regional, aparecendo manifestações da entidade na defesa de questões acerca do preço de produtos, enfim, questões de menor porte dentro dos debates estaduais; não inserindo-se diretamente na discussão sobre a reforma agrária. Em fevereiro de

⁷³ Os direitos trabalhistas estabelecidos pela CLT na década de 1940, não se estendiam aos trabalhadores rurais. Apenas em 1963 seria constituído o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo os direitos trabalhistas para o campo, inclusive com o direito a sindicalização do trabalhador rural.

⁷⁴ *Correio do Povo*. 16/04/1961. “**Primeiro objetivo da Reforma Agrária: O Homem**”. p.15. A matéria comenta e divulga o “Simpósio sobre Reforma Agrária, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Ação Democrática”.

1961 em artigo assinado por Sylvio da Cunha Echenique⁷⁵, eram esboçadas pelo ruralista algumas críticas à classe rural do estado. De acordo com a fonte:

A classe rural parece que ainda não entrou nos debates. Pelas suas características peculiares não é gregária, a sua força é desarticulada, a sua expressão é difusa e retardada, ou omissa.

Na minha referência não há recriminação. Apenas constato um aspecto visceral da mentalidade agrária brasileira, espelho fiel do seu baixo nível de cultura e de conagração, mesmo acima do pariato rural, que parece ser a única meta da propagada reforma agrária.

Penso que ela é útil e necessária, não apenas para o proletariado rural, mas também para os minifundiários, os parvifundiários e até para os que, como eu, são ruralistas dotados de valor positivo nas atividades econômicas da exploração da terra. Não menciono os latifundiários, que são nitidamente nocivos à sociedade.⁷⁶

O autor do artigo coloca ainda que, a ideia de “partilha da terra” antes ficou a encargo dos “comunistas” e que os “príncipes da Igreja Católica” começaram a defender tal ideia, também, como os “comunistas”, na base da pregação. O alvo dessa “pregação” é o que chamou de “pariato rural”, “que parece ser a única meta da propagada reforma agrária”⁷⁷. É ainda, a primeira vez que encontramos um “ruralista” se distinguir de um “latifundiário” durante o processo de análise das fontes, indicando a negatividade carregada na noção de latifúndio/latifundiário neste marco. Conclui seu artigo enunciando as três medidas, na sua visão, necessárias para o embasamento da reforma agrária: “Educação, Assistência Técnica e Crédito. Falhando qualquer delas, falharão as demais. Só a posse da terra, não conduz à prosperidade nem gera a felicidade”⁷⁸. Essa concepção irá permear os debates em torno do conceito de reforma agrária durante todo o ano de 1961.

A FARSUL aparece no plano central da questão agrária através do “*Correio do Povo*” a partir das eleições da nova diretoria (1961-1963) composta pela chapa

⁷⁵ (1898-1985). Político, escritor e ruralista pelotense. Foi prefeito de Pelotas entre 1944-1945 e eleito deputado federal em 1950. Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC), gestões 1943-1945 e 1945-1947.

⁷⁶ *Correio do Povo*. 10/02/1961. “**Ainda a Reforma Agrária**”. p. 4.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

de Antônio Saint Pastous de Freitas⁷⁹ enquanto presidente. Em julho de 1961, são divulgadas as congratulações nas páginas do jornal sobre a posse de Pastous e o ruralismo gaúcho:

[...] a eleição de Saint Pastous mostra que o ruralismo rio-grandense já decidiu o rumo a seguir, nessa verdadeira cruzada de renovação de espírito e de métodos, no que concerne à valorização do homem e à dignificação do trabalho dos campos.

[...] O que se convencionou chamar de reforma agrária constitui uma aspiração de justiça social a que a classe rural não se mostra insensível. Antes a compreende e generosamente a aceita.

[...] O que a classe rural teme e desse temor, justificadamente, adverte os governantes verdadeiramente responsáveis, é que, sob a aparência de reforma agrária, sejam introduzidos na vida rural novos elementos de anárquica desintegração e desestímulo à produção organizada. A reforma agrária ou, mais precisamente, a reorganização da vida rural brasileira deve começar por uma revolução no interior do homem. Dir-se-á que essa revolução é demorada e só logrará êxito através de duas ou três gerações.⁸⁰

O trecho foi extraído do artigo de autoria de Salgado Martins, ruralista vinculado à FARSUL e professor da Faculdade de Direito da UFRGS, tendo assumido a direção desta por duas vezes entre a década de 1950 e o início dos anos 1960. É o princípio do que na “Carta de Santa Maria” se chamou de “o despertar da posição contemplativa” da classe rural – dominante – do estado do Rio Grande do Sul. A passagem demonstra a satisfação com a eleição de Saint Pastous por parte de setores ruralistas do estado, identificando-a enquanto renovação da classe frente aos problemas contemporâneos. Pode-se notar também, a noção de que a “reorganização da vida rural brasileira” dar-se-ia no longo prazo, perpassando “duas ou três gerações”.

A partir desse momento, da constituição da nova gestão, a atuação da FARSUL no estado é constante e propositiva no que tange à questão da reforma

⁷⁹ (1892-1976), Alegrete. Médico e pecuarista, foi um intelectual orgânico do ruralismo gaúcho. Membro Sócio-fundador do IPESUL. Reitor da UFRGS (1943-1945).

⁸⁰ *Correio do Povo*. 26/07/1961. “**Decisão da classe rural**”. p.4.

agrária. Há nesse sentido uma mudança no acompanhamento da entidade, que passa a preencher o periódico de notícias sobre seus posicionamentos.

Entre os anos 1961 e 1962 a classe rural dominante através de sua entidade transitaria entre a negação da necessidade de mudança na estrutura agrária estadual ao reconhecimento da crise e de que a mudança era uma necessidade, e mais, que ela ocorreria, como era intuído por ruralistas mais esclarecidos. Na observação de que ela iria ocorrer a questão passaria a ser que tipo de mudança seria essa, qual a dimensão dessa mudança, e esse foi um debate que teve forte adesão dos setores ruralistas. Impedir que essa mudança fosse levada a cabo pelas forças progressistas foi um dos quesitos para as formulações que nasceram dentro deste marco pelas forças patronais aglutinadas. Outro fator importante estava relacionado ao tipo de “reforma” que seria proposta. Haveria concessões por parte dos grupos dominantes? Quais as relações entre o poder econômico e o Estado? São questões que nos permitem adentrar em um campo de disputas complexas, que denota a não homogeneidade da classe dominante agrária no que tange a questão agrária no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A contenda estava aberta.

3 Capítulo II – Os debates em torno da questão agrária através do “Correio do Povo”: a luta de classes no Rio Grande do Sul

No presente capítulo buscamos através do “*Correio do Povo*” nos anos 1961 e 1962, analisar os debates em torno da questão agrária no periódico, acompanhando a inserção da FARSUL e seus intelectuais e dirigentes na discussão, assim como textos de opinião de periodistas “da casa” tratando do tema. Para tal, passamos a um estudo quantitativo do jornal, para na sequência delimitarmos mais qualitativamente os usos do periódico enquanto fonte para nossa pesquisa.

Para o ano de 1961 foram classificados e analisados 116 itens no “*Correio do Povo*”, entre artigos, notas, editoriais e reportagens a respeito da questão agrária, correspondendo ao período compreendido entre janeiro e novembro deste mesmo ano. Já para o ano de 1962 foram classificados cerca 250 itens, de mesma natureza (artigos de opinião, editoriais, reportagens, etc.), no entanto, foi dada prioridade analítica para o mês de janeiro (1962), classificando e analisando um total de 68 itens. Esses dados nos demonstram um salto quantitativo de artigos, editoriais e reportagens produzidas em torno dos debates sobre a reforma agrária. O que poderia explicar tal fato são os eventos ocorridos durante o mês de janeiro de 1962, tanto a concentração ruralista de Santa Maria, como as ocupações de terras no estado, em especial o caso da fazenda Sarandi, em Nonoai, e do Banhado do Colégio, no município de Camaquã. Somando-se a isso as atividades do MASTER e sua participação na luta em torno da reforma agrária.

Isso posto, é importante que façamos algumas considerações teórico-metodológicas acerca do “*Correio do Povo*”. A primeira delas é algo já apontado por Nogueira (2009) em sua tese de doutorado, sobre a relevância das agências noticiosas para estudar os anticomunismos nos periódicos durante a Guerra Fria.

As agências noticiosas, basicamente, eram as fontes, proprietárias e distribuidoras das notícias para os periódicos nacionais. Conforme Nogueira (2009), as “notícias enviadas aos jornais brasileiros traziam em seu corpo muito das concepções culturais e ideológicas de seus autores”⁸¹, ou seja, que as notícias internacionais publicadas em periódicos como o “*Correio do Povo*” já vinham com o filtro do olhar de quem as produzia, neste caso específico, com o filtro da

⁸¹ NOGUEIRA, Maristel. **O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise**. Tese (doutorado). Porto Alegre: PUC-RS, 2009. p. 47.

“Associated Press”, agência estadunidense de notícias. Note-se que, notícias sobre a guerra fria e a situação internacional ocupavam diariamente diversas páginas do periódico, incluindo suas capas.

São relevantes também, as reflexões de CAPELATO (2015) para pensarmos o jornal enquanto empresa, e as contradições que essa relação estabelece no seio da mídia corporativa que insere-se nos debates de interesse público, sem deixar de abrir mão dos interesses privados próprios do grupo proprietário do jornal. Conforme a autora,

Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a “mercadoria política”. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública”. (CAPELATO, 2015, p. 122)

Isso nos permite refletir sobre o papel dos editoriais, espaço de destaque no periódico onde se expressam as opiniões da empresa e de seus proprietários acerca da vida política nacional. De mesmo modo os articulistas, aqueles autores que, à convite, expressam opiniões “próprias”, mas que vão de encontro com a linha editorial do periódico. Podendo até mesmo divergir quando esse for o interesse “da casa”.

Este capítulo está dividido em três partes: “O período organizativo das classes no campo”, onde esboçamos os primeiros momentos em torno da discussão acerca da problemática agrária, a inserção do patronato rural nos debates e de como a tomada de consciência por parte das classes dominantes rurais se dá de forma gradual e é construída ao longo do tempo. Neste subcapítulo abordaremos essencialmente as matérias que circularam durante o ano de 1961, relacionando-as ao contexto histórico em curso; em “O marco do posicionamento das classes em disputa” trataremos dos eventos ocorridos em janeiro de 1962, dividido em três partes, “A “Concentração de Santa Maria” através do “*Correio do Povo*”, “As ocupações: Sarandi” e “Banhado do Colégio” e “VI Conferência Rural”. Estes eventos de janeiro de 1962 são fundamentais, segundo nossa compreensão, para interpretar a disposição da luta de classes no Rio Grande do Sul e a configuração do

anticomunismo patronal em torno da questão agrária; no último subcapítulo, intitulado “O olhar da ideologia dominante: a política agrária de Brizola sob o espectro do anticomunismo”, damos ênfase nas abordagens anticomunistas presentes no periódico sobre o governo de Leonel Brizola (PTB). São levadas em consideração manifestações de ruralistas, periodistas do “Correio” e de lideranças das entidades patronais do estado acerca da política agrária do governo Brizola, identificada à época enquanto “ações subversivas e demagógicas”, dado o apoio do governo às manifestações dos agricultores sem-terra. Este subcapítulo tem uma abordagem mais ampliada, podendo perpassar todo o recorte temporal, de janeiro de 1961 à outubro/novembro de 1962.

3.1 O período organizativo das classes no campo

Dos dados coletados nas matérias, vinculado ao debate sobre a questão agrária, destacaremos uma breve síntese em relação à temática do anticomunismo no periódico, como se expressou tal fenômeno e como identificamos tais manifestações. Disso pudemos constatar o “ciclo da conjuntura”, para usarmos a terminologia braudeliana, acompanhando os “acontecimentos” (“acontecimento”, “longa duração” e “ciclo de conjunturas”)⁸², como por exemplo a inserção da FARSUL nos debates, o interesse da entidade patronal em definir caminhos e projetos relacionados a questão agrária, mais especificamente na tentativa de elaboração de uma proposta de reforma agrária para o estado do Rio Grande do Sul.

Outro grupo que irá aparecer ativo nas discussões sobre o “mundo agrário” é o clero sul-rio-grandense, mesmo e apesar de nosso foco de pesquisa estar apontado para os ruralistas e sua entidade mater, o clero nos fornece *chaves* para a interpretação do que é o anticomunismo manifestado no Rio Grande do Sul nesse período. Ao meu entender o anticomunismo do patronato rural, mesmo carregando especificidades suas, não pode ser compreendido isolado do anticomunismo católico, como também do expresso pelas classes empresariais mais envolvidas nos

⁸² BENSÄID, Daniel. **A semântica dos tempos históricos**. In: Tempos históricos e ritmos políticos. Revista História & Luta de Classes nº 9 – junho de 2010.

negócios urbanos. Há esse tripé na composição ideológica do anticomunismo gaúcho, o urbano e o rural – na dialética própria e característica dessa relação – e o religioso. Nesse ponto, surgem algumas convergências de projeto; a relação urbano-rural é permeada pelo incentivo da intromissão/introdução do capital no campo (na terra) e a noção de Estado ganha o aspecto “cristão”, permeado pelo conceito de civilização ocidental em ameaça. “Cristandade” e “democracia” serão estandartes civilizatórios levantados no período; em diversas matérias os conceitos/noções aparecem tanto para justificar a defesa dos valores “ameaçados” quanto para apontar um caminho de superação às injustiças capitalistas – daí a relevância dentro das discussões do termo “justiça social” – e a ameaça de destruição do que fora até então conquistado, representado pelo bloco comunista e na “potencial revolução”.

Já em janeiro de 1961, encontramos no “*Correio do Povo*” o manifesto dos bispos do estado do Rio Grande do Sul a respeito das discussões sobre a Reforma Agrária no estado. Segundo a perspectiva do clero gaúcho o “socialismo e o comunismo [...] recusam ao homem a propriedade da terra. O capitalismo não lhe recusa, mas, não raro, lhe inutiliza todo o esforço para alcançá-la.”⁸³ É um apelo à intervenção do Estado na questão, pois:

contra o socialismo e o comunismo, e para a diminuição e correção dos excessos do capitalismo, o Estado pode e deve assegurar a todo homem, qualquer que seja, o direito a aspirar a um trato de terra, para estabelecer a sua casa e dele tirar a sustentação de sua família.⁸⁴

Podemos observar a complexidade das relações sociais existentes, e sobretudo dos significados diversos do que é identificado enquanto “socialismo” e/ou “comunismo”. Para amenizar os “excessos do capitalismo” e não deixar que o “comunismo” aconteça, o clero gaúcho se insere nos debates a respeito da reforma agrária, identificando o problema agrário enquanto um fator representativo da brecha na ordem vigente, a saber, a situação de pobreza e miséria das massas camponesas e dos trabalhadores rurais no interior do estado, ao passo que a estrutura agrária é contestada a nível nacional pelos movimentos camponeses

⁸³ *Correio do Povo*. 20/01/1961. “**Opinam sobre a Reforma Agrária os bispos do Rio Grande do Sul**”. p.18. Contracapa.

⁸⁴ *Correio do Povo*. 20/01/1961. Idem.

emergentes⁸⁵. Aos olhos das classes em contenda, inclusive das dirigentes, é essa umas das questões principais que tocam os projetos de reforma agrária – o que fazer com essas massas de agricultores? Tendo em vista que no Nordeste do país já estavam organizadas nesse momento (1961) as chamadas *Ligas Camponesas*, esse fato, sem dúvidas, deixou os proprietários de terras brasileiros em estado de alerta⁸⁶.

Durante o ano de 1961 está presente a referência às *Ligas Camponesas* no “*Correio do Povo*” enquanto algo de destaque dentro do Brasil na relação dos conflitos agrários, e ao seu modo vão permear as discussões e o próprio imaginário relacionado às lutas e conflitos no campo nos anos seguintes. A Revolução Cubana, desencadeada em 1959, é um outro fator que se fará presente na constituição do que é o “perigo” agrário, sob a perspectiva das classes dirigentes. O “perigo” de “cubanização” do Brasil é apresentado para a arregimentação dos sentidos em diversos momentos dentre os anos 1961-1964, e vai além, sendo fundante do regime ditatorial pós-64.

Também é perceptível a não homogeneidade da esfera ideológica anticomunista; para além das diferentes matrizes (nacionalismo, catolicismo e o liberalismo) foi identificado uma disputa entre vertentes de um anticomunismo mais “esclarecido” contra vertentes mais “obscurantistas”.

O artigo especial assinado por Gustavo Corção⁸⁷ expressa essa contenda, o autor identifica que o livro “Reforma Agrária Questão de Consciência” de autoria de

⁸⁵ Ampliaremos tal discussão no tópico segundo deste capítulo.

⁸⁶ Em 1964 foi lançado um documentário com forte apelo anticomunista relacionado às mobilizações camponesas no nordeste brasileiro. “The trouble land”, título que em tradução livre seria algo como “terra problemática/terra problema”, foi rodado durante 25 dias, acompanhando a questão agrária na Zona da Mata em Pernambuco. As filmagens ocorreram no ano de 1961 e mostra a miséria dos camponeses, a exploração dos latifundiários personificado na pessoa de Constâncio Maranhão e de como a presença dos comunistas, também personificado, na figura de Francisco Julião, se “aproveitavam” das condições em que se encontravam os trabalhadores rurais. Destaque para a mensagem do documentário, que ao passo que condenava as ações dos inimigos dos EUA, os “comunistas”, também discorre sobre o arcaico sistema representado nos grandes latifundiários. O combate ao “comunismo” refina-se à retórica do desenvolvimento das condições econômicas demonstrando o forte interesse e apelo estadunidense sobre a questão agrária brasileira. Podemos ver Francisco Julião em 1961, Celso Furtado em entrevista na SUDENE e o latifundiário Constâncio Maranhão com seu revólver demonstrando a “força da lei”, na sua concepção. A produção foi realizada pela rede ABC (American Broadcasting Company) e lançado em 1964. Para uma investigação acerca do documentário ver artigo de Urariano Mota, “Brazil: the troubled land” ou A cineasta que veio da CIA”, originalmente publicado no Portal Vermelho. Disponível em: << <https://jornalggn.com.br/historia/brazil-the-troubled-land-ou-a-cineasta-que-veio-da-cia/> >>. Acesso em: 06/04/2020.

⁸⁷ *Correio do Povo*. 19/01/1961. “Reforma Agrária questão de consciência”.

Dom Antônio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Plínio Correa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas manifesta essa vertente “obscurantista”, contestando a versão dos autores, que segundo Corção, estabelecem distorções tanto para o que imaginam ser a “esquerda” quanto a “direita”, e que esta interpretação serviria apenas para manter o status quo e legitimar a desigualdade. Para o articulista a saída estaria no processo de desenvolvimento técnico para alcançar melhores índices sociais – o que seria um caminho “esclarecido” para a superação das desigualdades sistêmicas.

Essas perspectivas encontram-se sintetizadas em artigo de maio de 1961, assinado por João Didonet Neto⁸⁸. E escreve o articulista:

Sustenta-se que a reforma agrária deve consistir, principalmente, na industrialização da agricultura, na difusão do ensino, na assistência técnica e na concessão de crédito aos agricultores, e não na divisão das terras, e que a tendência universal da agricultura é para a grande unidade de produção centralizada, altamente capitalizada e dotada de ampla assistência técnica. [...]

Certamente poucos têm hoje clara consciência reflexa de que a mais madura fórmula social do mundo moderno é a cristã. O liberalismo está-nos para trás das costas e o comunismo marxista é a grande fenda que estamos superando. Na frente há o cristianismo com tudo quanto há de legítimo nos dois sistemas.⁸⁹

Vemos que através da citação temos a defesa de modelos para o processo de desenvolvimento da região e para o sistema político que organizará isso. A “unidade de produção centralizada, altamente capitalizada e dotada de ampla assistência técnica”, em detrimento da “divisão de terras”, é a vertente discursiva que ganha corpo ao longo dos meses nas páginas do “*Correio do Povo*”. Essa perspectiva se apresenta como solução e resolução do problema agrário, em especial contra a proposta de reforma agrária nascida da luta camponesa no estado, encabeçada pelo MASTER.

⁸⁸ “De acordo com Fabiano Engelmann, Didonet Neto fazia parte de um grupo de juristas “que publicavam livros, estreitamente vinculados ao catolicismo” (ENGELMANN, 2004, p. 105 apud DOMINGOS, 2009, p. 127).

⁸⁹ *Correio do Povo*. 27/05/1961 – “**A Reforma Agrária, a doutrina da Igreja e o direito moderno**”, p.4, p. 14.

Ainda nesse artigo de Didonet Neto é mencionado o livro de Proença Sigaud, “Reforma Agrária Questão de Consciência”, assim como os medos e fantasmas do comunismo materializados na URSS, China e Cuba. Evidenciando dessa forma o sentido anti-cristão e anti-democrático do *socialismo*, segundo as concepções anticomunistas de *socialismo*. Conforme o articulista:

Urge tomar medidas objetivas para não sermos tragados pela nova civilização materialista, rôlo compressor que invade e domina os continentes. E saibamos que país subdesenvolvido pode ser ocupado facilmente pelos inimigos da civilização cristã e da democracia.⁹⁰

Esse trecho expressa a síntese do porquê do interesse do desenvolvimento regional. As mobilizações populares eram um prenúncio de “colapso”, terreno fértil às ideias compreendidas pelos anticomunistas como “subversivas”. Há também a noção de iminente “invasão” por estes “inimigos da civilização cristã e da democracia”. Ou seja, o artigo é rico no que tange ao simbólico da compreensão anticomunista do comunismo “real” e do “imaginário”, e dos usos destes.

No periódico também é notável os intelectuais ruralistas escrevendo sobre a questão agrária do estado. A mobilização dos movimentos sociais do campo durante esse primeiro ano de investigação permanece, em certo sentido, oculta dentro do periódico, a não ser como menção de “agitação” e de infiltração de “agentes subversivos” no campo. Notório também, é o acompanhamento do governo Kennedy e seu interesse em “enviar missão a esta fração continental, tendo em vista conhecer as áreas, a braços com a fome e a má nutrição, para as quais remeter os alimentos norte-americanos, que se caracterizam pela abundância”⁹¹.

Os textos publicados pelos porta-vozes do ruralismo permeiam as discussões do ano, de janeiro à finais de novembro de 1961. O acompanhamento das questões internacionais para com a questão agrária brasileira – e regional, conseqüentemente - também são uma constante, em especial após o encontro ocorrido em Montevideu

⁹⁰ *Correio do Povo*. 27/05/1961 – “**A Reforma Agrária, a doutrina da Igreja e o direito moderno**”, p.4, p. 14.

⁹¹ *Correio do Povo*. 16/02/1961 – “**Em torno da Reforma Agrária**”, p.4.

em agosto deste ano, dando origem a um plano diretivo para as nações Latino-Americanas signatárias do acordo. Tal documento ficou conhecido como “Carta de Montevideú”.

Após as eleições de chapa para a nova direção-presidência da FARSUL, entre junho e julho de 1961, aumenta a participação de forma gradual das forças ruralistas no periódico. Manifestações acerca dos problemas agrários, opiniões sobre o conceito e a forma-conteúdo com que deveria ser lidada a reforma agrária estadual começam a ser produzidas e circular com maior frequência. O indicativo desse aumento da produção intelectual em torno do tema é evidenciado através da ampliação do acompanhamento das atividades da FARSUL pelo periódico “*Correio do Povo*”, sendo o segundo semestre do ano de 1961 mais expressivo nesse sentido. Nos dias 13 e 23 de julho de 1961, é noticiado que a FARSUL defendia os interesses dos plantadores gaúchos de soja no Rio de Janeiro⁹² e a primeira reunião da nova diretoria⁹³. Já o mês de agosto começa com a publicação do manifesto de posição dos ruralistas de Pinheiro Machado⁹⁴; consta algumas considerações ao que chamam de “revisão agrária” elaborando como modelo a ser estudado a “reforma paulista”. Contém os “votos” dos ruralistas do município em documento produzido pelos mesmos. Segundo o publicado consta que

- a) A classe ruralista de Pinheiro Machado reconhece como oportuna e necessária a revisão agrária do país, respeitadas as peculiaridades regionais e mantidas em sua plenitude as garantias da propriedade definidas na Constituição Federal
- b) [...] manifesta a sua conformidade aos princípios e métodos ali estabelecidos e a recomenda como padrão” – sobre a “revisão agrária do Estado de São Paulo.
- d) [...] visto entender que é dever de todo o ruralista esclarecido e patriota participar do esforço para a criação de índices sociais e econômicos mais compatíveis com a dignidade humana, na vida rural brasileira.” São os ‘votos’.⁹⁵

⁹² *Correio do Povo*. 13/07/1961 – “**FARSUL defende no Rio interesses dos plantadores de soja**”. p. 26.

⁹³ *Correio do Povo*. 23/07/1961 – “**Reuniu-se pela primeira vez a nova diretoria da FARSUL**”. p. 14.

⁹⁴ *Correio do Povo*. 01/08/1961 – “**Ruralistas de Pinheiro Machado tomam posição em face da projetada Reforma Agrária**”, p.15.

⁹⁵ *Correio do Povo*. 01/08/1961. Idem.

Poderíamos problematizar sobre a questão do “modelo paulista”, qual seu significado para os ruralistas gaúchos? Ao que me parece a questão fundamental é a relação dos grupos de colonização promovidos pelo estado em terras tidas como públicas, inserindo mão de obra e o capital na terra com o apoio do governo. No entanto, a questão é mais complexa que isso. Nesse trecho “visto entender que é dever de todo o ruralista esclarecido e patriota participar do esforço para a criação de índices sociais e econômicos mais compatíveis com a dignidade humana, na vida rural brasileira”, indago se o intuito era promover uma maior e melhor condição de vida para os povos do campo – aí inclui-se demais populações não-ruralistas – ou se apenas se vislumbraria a elevação das condições da classe e para a classe, naquele promovido discurso da criação da classe média rural, contida inclusive, na “Carta de Montevideú”.

Nas páginas do “*Correio do Povo*” do dia 02 e 03 de agosto é relatado sobre a organização do Grupo de estudos da FARSUL sobre o tema da reforma agrária – supervisionado por Lourenço Mário Prunes (desembargador do Rio Grande do Sul)⁹⁶. Dos encaminhamentos, consta que “dos debates pudessem ser recolhidas sugestões que conduzissem, em tempo hábil, ao estabelecimento de normas de conduta da classe rural [...]”. É destacado alguns nomes que participam do grupo como também das entidades: D. Vicente Scherer, os deputados Mário Mondino (PDC) e Romeu Scheibe (PSD), cel. Adolfo Manta, desembargador Eloy José da Rocha, representante do secretário da Agricultura – professor Jorge de Oliveira e o economista Francisco Onofre⁹⁷. Entre as entidades: Arquidiocese de Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, Serviço Social Rural e ASCAR. Na minha percepção em relação à análise das fontes é por entre estas semanas que o “ciclo organizativo” da FARSUL começa a ganhar espaço midiático dentro do periódico, denotando a

⁹⁶ Prunes, conforme o mapeamento da CETH (Comissão Estadual de Terras e Habitação) era proprietário de 2.511 ha no município de Alegrete. As atividades do Grupo de Trabalho estariam divididas em duas fases, conforme afirmou Saint Pastous: a primeira consistia em promover, em caráter público, uma ampla discussão sobre o tema e a segunda se destinaria à realização de um estudo aprofundado acerca do mesmo. (GASPAROTTO, 2016, p. 125).

⁹⁷ Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre e um dos principais ideólogos da FAG (Frente Agrária Gaúcha), entidade criada para disputar a organização dos trabalhadores rurais no estado do Rio Grande do Sul com o MASTER; Mário Mondino, deputado estadual pelo PDC na 4ª legislatura (1959-1963); Romeu Scheibe, deputado estadual pelo PSD na 4ª legislatura (1959-1963).

mobilização das forças da classe agrária dominante para “solucionar o problema agrário”.

O quadro a seguir, traz uma lista de documentos classificados dentre as fontes que versam sobre *anticomunismo* e/ou *ruralismo*, não necessariamente abordando os dois eixos simultaneamente. A classificação se deu pelo potencial das matérias para a análise do ciclo dos acontecimentos. Isso inclui a construção discursiva e prática das ações por parte do ruralismo gaúcho no que se refere ao tema da reforma agrária – ou, a modificação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul. Note-se que, em certo ponto é indistinguível a proposição de reforma agrária ruralista do combate ao “comunismo”, ou seja, a organização patronal em torno de um projeto agrário é em si anticomunista – negando em especial, a possibilidade de desapropriação de terras pertencentes à estancieiros e fazendeiros.

(Quadro da relação de fontes classificadas entre julho-novembro de 1961 com as temáticas em torno dos eixos anticomunismo, ruralismo e questão agrária no *Correio do Povo*)

30/07/1961	"Reforma Agrária", p. 4.
01/08/1961	"Ruralistas de Pinheiro Machado tomam posição em face da projetada Reforma Agrária", p. 15.
08/08/1961	"Projeto de Ref. Agrária a ser votado no Congresso", p. 24.
08/08/1961	"Ponto de vista da FARSUL: Reforma Agrária dentro dos postulados do regime normal, natural e sensato", p. 24.
09/08/1961	"Reforma Agrária: Crédito agrícola será o tema da próxima reunião da FARSUL", p.6.
09/08/1961	"Crédito agrícola será o tema da próxima reunião da FARSUL", p. 6.
12/08/1961	"Reforma Agrária", p.6.
13/08/1961	"Reforma Agrária: 1º seminário de estudos do clube soroptimista" (61316), p.18.
17/08/1961	Nota da FARSUL - "Reforma Agrária", p. 6.
17/08/1961	"A Reforma Agrária e os interesses do Rio Grande do sul", p. 7.
17/08/1961	"Estudo das repercussões da Reforma Agrária na economia rio-grandense", p. 11.
22/08/1961	Pronunciamento do arcebispo: "Ligas camponesas adotam métodos que imitam táticas dos comunistas", p. 17.
22/08/1961	"FARSUL manterá posto de informações no recinto da 29ª exposição nacional", p.10.
24/08/1961	"Inicia-se na próxima segunda-feira a IV Concentração de Associações Rurais", p. 13.
25/08/1961	"Assembleia da FARSUL", p. 6.
17/10/1961	"Antes a Reforma Agrária hoje do que a Revolução Agrária amanhã", p. 17.
18/10/1961	"Observações sobre a iniciativa do governo de São Paulo no setor da Reforma Agrária", p. 7.
25/10/1961	Reforma Agrária: "Coordenador dos estudos desligou-se da federação das associações rurais", p. 18.
27/10/1961	"Estado não pode agir contra Ligas e agricultores sem terra", p. 15.

29/10/1961	"Divisão de terras não é Reforma Agrária", p. 48.
31/10/1961	"(...) Agrária é uma inadiável necessidade", p. 12.
01/11/1961	"Bases e diretrizes da Ref. Agrária no Brasil", p. 18.
02/11/1961	"Bases e diretrizes da Ref. Agrária no Brasil", p. 18.
04/11/1961	"Bases e diretrizes da Ref. Agrária no Brasil", p. 18.
10/11/1961	Opina o presidente da FARSUL: "Antes de ser da terra propriamente dita, a Ref. Agrária é um problema de educação", p. 16.
14/11/1961	Terra e Homem: "O senhor Nestor de Moura Jardim lança o plano da fundação da paz rural", p. 28. *
15/11/1961	"Governo do Estado criou ontem o instituto gaúcho de Ref. Agrária", p. 24.

Essa tabela expõe as matérias do “*Correio do Povo*” selecionadas entre o segundo semestre de 1961 e demonstra a diversificação do espaço ocupado dentro do periódico. Conforme o número das páginas nos evidencia, os debates se encontravam em editoriais, em colunas de opinião, em informes e em colunas de reportagens e artigos especiais.

Podemos identificar através da análise das fontes que havia no período a defesa da grande propriedade, um embate contra o “atraso” e a favor da “modernização” do campo pelos setores dominantes. Como já discutimos anteriormente, “atrasado” e “moderno” compreendidos/comprometidos dentro dos marcos da expansão sistêmica do capital.

Passemos a questão dos pronunciamentos do mês de novembro, dos quais destacamos o trabalho de Carlos de Brito Velho⁹⁸, publicado e dividido em três edições do periódico⁹⁹. Na primeira edição publicada, 1º de novembro de 1961, o autor traz alguns dos princípios que organizam e fundamentam a ideologia da classe dominante agrária. Em suas palavras:

Mostrados, assim, brevemente, os fundamentos ideológicos de nossa repulsa à situação rural vigente no Brasil, compreendemos, pelo exposto no princípio, haver um estado de deficiência de produção e

⁹⁸ Com formação em medicina pela URGS em 1934, fez suas pós no exterior. Foi eleito parlamentar constituinte da Assembleia Constituinte de 1947 pelo Partido Libertador no estado do RGS. Político e professor. Fonte: << http://www.al.rs.gov.br/diario/diarios_antteriores/981203/morre.htm >>.

⁹⁹ *Correio do Povo*. 01/11/1961 – “**Bases e diretrizes da Reforma Agrária no Brasil**”, p. S/I; *Correio do Povo*. 02/11/1961 – “**Bases e diretrizes da Reforma Agrária no Brasil**”, p. 18; *Correio do Povo*. 04/11/1961 – “**Bases e diretrizes da Reforma Agrária no Brasil**”, p. 18. No final de 1961, uma série de convidados compuseram uma coluna especial sobre a questão agrária no estado do Rio Grande do Sul. O texto de Carlos Brito Velho foi publicado ao longo de três dias no periódico.

de errada distribuição da propriedade que comporta um nome – **“Questão Agrária”**: a terra não produz o que deveria produzir – “Questão Agrária”; a terra não produz o que é preciso que ela produza – “Questão Agrária”.

Questão agrária, como vemos, significa má organização agrária, falta de ordem no mundo agrário, distorção do “dever ser” agrário, numa palavra - morbidez da situação agrária.¹⁰⁰

Há no texto uma definição, portanto, de “questão agrária”, compreendida enquanto um problema/problemática a ser superado através da organização agrária estadual. Mas quais os “princípios”? Segundo o autor a “reforma se fará por bem ou por mal; ou para o bem ou para o mal do Brasil”¹⁰¹, ou através do uso da violência ou através do impulso dos democratas “com justiça, a todos” e se resguardando “as liberdades”¹⁰². A principal questão nesse trecho seria em relação a supressão da propriedade privada, daí os princípios definidos em garantir esse direito – o de propriedade privada dos meios de produção - e a “repulsa à situação rural vigente no Brasil”¹⁰³. Depois de fazer uma exposição conjuntural dos quadros do pós-guerra e indo até Aristóteles, manifesta noções sobre as *classes médias*. Essa é uma noção muito defendida dentro das proposições de reforma agrária que partem das classes dominantes, não apenas as rurais do RGS, mas também as transnacionais, como por exemplo o contido nas diretrizes para a reforma agrária na América Latina na “Carta de Montevideu”. Sobre as classes médias, escreve o autor, que é “evidente” que

[...] a comunidade civil mais perfeita é a que existe entre os cidadãos de uma condição média, e que não pode haver Estados bem administrados fora daqueles nos quais a **classe média** é numerosa e mais forte que todas as outras, ou pelo menos mais forte que cada uma delas...¹⁰⁴

¹⁰⁰ *Correio do Povo*. 01/11/1961. “**Bases e diretrizes da Reforma Agrária no Brasil**”, p. S/l.

¹⁰¹ *Correio do Povo*. 01/11/1961. Idem.

¹⁰² *Correio do Povo*. 01/11/1961. Idem.

¹⁰³ *Correio do Povo*. 01/11/1961. Idem.

¹⁰⁴ *Correio do Povo*. 01/11/1961. Idem.

Essa concepção vai de encontro a uma noção de criar uma classe média rural para a superação do problema agrário estadual, diminuindo assim os índices de desigualdades brutais predominantes no cenário brasileiro do início dos anos 1960. Essa “solução” encontrada pelos grupos dominantes, apresentava-se como uma forma de remediar os conflitos no campo, e sobretudo, uma saída capitalista para a questão da distribuição de terras e de renda no mundo rural, que até então encontravam-se concentradas na forma da grande propriedade fundiária. Para isso, a superação das condições “arcaicas” de produção pela introdução de capital no campo. O segundo ensaio publicado vai ao encontro a esse tema, detendo-se sobre a questão do maquinário e de acesso aos recursos para adquiri-los.

Além de deter-se sobre o poder de compra de um agricultor norte-americano em comparação com o sul-rio-grandense¹⁰⁵, o segundo ensaio preocupa-se com a educação - formação técnica - dos agricultores, a alfabetização dos trabalhadores e integração ao sistema de circulação capitalista. Comenta a respeito da construção das vias de acesso às propriedades agrícolas como fundamental a esse processo. Para o autor,

Curar os organismos e prevenir a enfermidade é a primeira tarefa. Em seguida, educar para o trabalho, alfabetizar, instruir e ministrar os conhecimentos técnicos indispensáveis. Sem isso, de nada adiantará a divisão e distribuição de terras, porque embora dadas de graça, não encontrarão quem as saiba e possa cultivar.¹⁰⁶

Dois pontos a serem ressaltados: primeiro, a presença da ideia de distribuição de terras, sendo justificada através do argumento de que “embora dadas de graça, não encontrarão quem saiba e possa cultivar”, usando de exemplo uma experiência de colonização ocorrida em Alegrete na década de 1940 que supostamente teria padecido desses problemas – o de ser disponibilizada terra a “gente inapta”, esse era o argumento em construção. Por fim, qual é a primeira tarefa identificada,

¹⁰⁵ Segundo o autor: “Uma camioneta “Pick-up” de 1.500 quilos custa para os americanos apenas 6 bois, enquanto que, para nós, corresponde a mais de 100 bois...”. (*Correio do Povo*. 02/11/1961, p. 18).

¹⁰⁶ *Correio do Povo*. 02/11/1961, p. 18.

conforme o autor? “Curar os organismos e prevenir a enfermidade”, uma leitura que se associa a sua perspectiva sócio-profissional muito próxima da leitura que faz Saint Pastous, ambos, não por acaso, médicos formados na capital do estado do Rio Grande do Sul. Onde a terra estaria enferma de alguns “males” e os “doutores” estariam trabalhando na “cura”.

E nesse sentido me parece que o alicerce ideológico contava com essa construção de narrativa, que por sua vez, iria permear o universo simbólico atravessando as esferas discursivas, dos imaginários e das representações. Mas que narrativa é essa que estipulava a ideologia? Uma percebida e nascida do próprio real, contendo em seu núcleo motriz uma “grande luta”, do bem contra o mal. Grande parte das manifestações patronais pela reforma agrária e modificação da estrutura fundiária estadual encontravam-se nesse plano maior de enfrentar o grande “avanço comunista”, desta vez entre os países subdesenvolvidos. A tomada de posição patronal, dessa forma, ganha conotações de “contra-insurgência” e antirrevolucionária, com forte apelo a um rosto humano (a “humanização” das relações) à exploração capitalista.

A última parte do texto de Carlos Brito Velho é publicada no dia 04 de novembro de 1961; entre o que é abordado acabei destacando apenas alguns pontos onde se expressam as referências de sua cosmovisão em relação ao homem, a terra e o trabalho. Em uma passagem cita um largo trecho de um texto de Ruy Cirne Lima, falando sobre as leis agrárias de D. Fernando (transcrito das “Crônicas dos Reis de Portugal” redigidas por Duarte Nunes de Leão) onde compara as preocupações com o que chama de “bem comum e o interesse social”¹⁰⁷ no período moderno com “atualizações de noções vividas antigamente”¹⁰⁸.

Segundo o autor, tal legislação do medievo poderia servir de inspiração ao “legislador brasileiro do futuro, caso as medidas mais brandas, agora sugeridas, se revelarem, na prática, incapazes de mover ao atendimento das exigências do bem comum”¹⁰⁹. Fica a questão, se o bem comum seria o respeito a vontade do monarca (do estado?), ou na atualização da fábula, dos patrícios? O que ficou evidente, é que devido a uma condição compreendida enquanto “necessidade” o autor atribui ao

¹⁰⁷ *Correio do Povo*. 04/11/1961, p. 18.

¹⁰⁸ *Correio do Povo*. 04/11/1961. Idem.

¹⁰⁹ *Correio do Povo*. 04/11/1961. Idem.

“bem-comum” o parâmetro de medida para que os índices desejáveis sejam alcançados, seja como na crônica aristocrática de Portugal, seja na resolução da *questão agrária* sul-rio-grandense. Em ambos os casos, daí o anacronismo propiciado pelo autor, a questão da lei estipulando àqueles que possuem um pedaço de terra o “constrangimento de lavra-la”, ou seja, a perspectiva de uma reforma que corrija as questões pendentes, que atenda “as exigências do bem comum”¹¹⁰.

Na sequência se aproxima da abordagem sobre a proposta de reforma agrária de Nestor Duarte¹¹¹, e tece críticas a proposta de projeto de Coutinho Cavalcanti que também tramitava na Câmara, chamando-a de “Alcorão” dos “reformistas cubanos”¹¹². O texto de Carlos Brito Velho termina com o seguinte trecho: “e implantar, no país, uma estrutura agrária que atenda aos apelos insistentes da Igreja – Mater et Magistra.”¹¹³

No dia 14 de novembro o “*Correio do Povo*” foi atrás de Nestor de Moura Jardim¹¹⁴, a conversa foi publicada no periódico na coluna “Terra e Homem” com o título “O senhor Nestor de Moura Jardim lança o plano da fundação da paz rural”¹¹⁵. Na introdução da entrevista, Nestor de Moura Jardim se manifesta em relação a outros pronunciamentos publicados e posições públicas recentes, como a de Ruy Cirne Lima, Carlos de Brito Velho, Lourenço Mário Prunes e o presidente em exercício da FARSUL, Kurt Weissheimer. Respondendo ao “*Correio do Povo*”: “Isso mostra líderes da mais alta respeitabilidade, atuando em diferentes setores [...]” que “trazem ao povo sua palavra de orientação”¹¹⁶. Fala também sobre a desigualdade social entre seus contemporâneos, que segundo este, “não é apenas no campo”, afirma. “Deveriam [...]”, sugere aos leitores do periódico, “olhar para as periferias das cidades [...]”, argumentando que mesmo com condições técnicas e científicas ainda

¹¹⁰ *Correio do Povo*. 04/11/1961, p. 18.

¹¹¹ Jurista, político e parlamentar baiano.

¹¹² *Correio do Povo*. 04/11/1961, p. 18.

¹¹³ *Correio do Povo*. 04/11/1961. Idem.

¹¹⁴ Membro do Conselho deliberativo da FARSUL a partir de julho de 1962; Possuía 200 de 2.000 ações da “Sularroz S.A.”, empresa proprietária de mais de 3 mil ha de terra em Camaquã; proprietário de 4.207 ha de terras em Camaquã. Para ver os laços de parentesco e as relações entre a diretoria da FARSUL e a direção de empresas de exploração agrária no Rio Grande do Sul, ver: Gasparotto, op. cit., 2016, p. 85-87, 97, 99.

¹¹⁵ *Correio do Povo*. 14/11/1961 – “**Terra e Homem: O senhor Nestor de Moura Jarim lança o plano da fundação da paz rural**”. p. 28.

¹¹⁶ *Correio do Povo*. 14/11/1961. Idem.

havia a fome e o frio entre as pessoas. Daí coloca a questão de “como chegar à justiça social” sem cometer injustiças? É quando passa a introduzir sua proposta.

Notável que as relações abarcam as questões sociais e trazem consigo uma construção discursiva afinada com os problemas concretos da realidade. Eu tenho identificado alguns destes autores enquanto uma vertente “esclarecida” e/ou “ilustrada” do anticomunismo, que estariam tentando construir o predomínio de sua força – na estrutura fundiária – através de propostas que tomam os conceitos de “justiça social” e “humanização do trabalho” incumbidas pelas encíclicas papais dos finais do XIX até o presente momento do XX (1961). O combate a desigualdade é uma questão chave para a *Guerra Fria*, as reformas no capitalismo nascem desse conflito, a alternativa ao sistema não poderia ser mais tentadora que o próprio sistema. Tínhamos em novembro de 1961 a sombra da Revolução Cubana sobre as Américas, a retomada da política externa independente reaproximando Brasil da URSS, os ultimatos soviéticos sobre Berlim – gestando a cisão da cidade, com o início da construção do muro ainda em 1961 – e a vantagem soviética na corrida espacial, fascinando o mundo com o feito de Gagarin em abril de 1961. Eis alguns indícios que me parecem revelar o real medo do Ocidente, compreendendo este através das classes dominantes do hemisfério – multinacionais por natureza. O medo era o da superação do sistema secular capitalista e da supressão do domínio religioso, este já milenar.

Voltando ao documento, Nestor de Moura Jardim expõe cinco pontos da Fundação, o programa relacionado a “Paz Rural”, propondo agir na desigualdade gerada pelo sistema fundiário riograndense. Sobre a região de fronteira propõe em termos mais práticos de ação:

Há um equívoco em pensar que a grande empresa é, necessariamente, sinônimo de injustiça social. Quando bem organizada, moderna e dirigida com espírito social e construtivo, a grande empresa torna-se um veículo notável de realização do ideal da paz social. É a tarefa que a Fundação se propõe exercer na fronteira rio-grandense.¹¹⁷

¹¹⁷ *Correio do Povo*. 14/11/1961. p. 28.

Sobre sua proposta de reforma, coloca que é um trabalho de “sugestão”, aberta a construção dos demais interessados no tema, para “trazer também a sua ajuda para uma obra comum, que é a grande obra da elevação das condições de vida do ruralista brasileiro, sob os princípios eternos do Cristianismo e da democracia” ¹¹⁸.

Começa a ficar mais claro e evidente que o projeto em busca de favorecer o ruralista brasileiro, e não os povos do campo e trabalhadores rurais, mesmo que, houvesse a abertura de algumas concessões. Mas isso não era algo homogêneo dentro do movimento ruralista, nem mesmo dentro de sua entidade mater. Nestor de Moura Jardim, assim como Lourenço Mário Prunes, que havia elaborado um anteprojeto que, conforme Gasparoto (2016, p. 127), “forçaria uma “reativação econômica de todas as propriedades e, ao mesmo tempo, a gradativa redução ou extinção dos grandes domínios mal explorados ou mal aproveitados””, tinham uma perspectiva mais aberta nesse sentido de favorecer os empregados rurais, mesmo não partindo para a defesa da democratização da propriedade rural. Isso não era consensual no seio do ruralismo sul-rio-grandense. Havia setores dentro do ruralismo que não admitiam “mudanças” significativas, mesmo que insignificantes dentro de uma perspectiva estrutural. Isso levou a saída de Prunes da coordenação do Grupo de Estudos da FARSUL, cedendo o posto para Manuel Luzardo de Almeida¹¹⁹.

Essa perspectiva torna-se mais evidente quando no dia seguinte da publicação da entrevista com Nestor de Moura Jardim, é divulgada a notícia da criação do IGRA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária) pelo governo de Leonel Brizola (PTB), responsável pelo estudo, proposta e aplicação da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul. A tendência aderida pelo governo estadual, em conjunto com os movimentos sociais camponeses, tinha como ponto fundamental a distribuição de terras via Estado.

¹¹⁸ *Correio do Povo*. 14/11/1961, p. 28.

¹¹⁹ Para acompanhar os desdobramentos do Grupo de Estudos da FARSUL ver: GASPAROTTO, op. cit., 2016, p. 126-129.

Desse modo, o patronato sul-rio-grandense tomava medidas para se posicionar e estar à frente das discussões acerca das reformas sociais que passavam a centralidade da vida política nacional. O ruralismo, portanto, se estabelecia enquanto movimento político e ideológico das classes dominantes do setor agropastoril, buscando por um lado, estar ativo nos debates sobre o que seria a reforma agrária e, por outro, garantir a manutenção do *status quo* e dos privilégios de um grupo social beneficiado historicamente com a exploração dos povos do campo.

3.2 O marco do posicionamento das classes em disputa

O primeiro mês do ano de 1962 foi um marco nas mobilizações políticas das classes sociais do campo sul-rio-grandense. Tivemos os eventos ruralistas à nível regional e nacional no mês de janeiro, a *Concentração de Santa Maria* e a *VI Conferência Rural* – organizada pela CRB – organizando as classes dominantes no campo e articulando-as entre os estados da Federação. E neste mesmo marco, as duas ocupações de terras – utilizando a tática de *acampamento* - que ganharam dimensão e notoriedade no debate público (ocupação da Fazenda Sarandi e a ocupação na área conhecida como Banhado do Colégio, em Camaquã) repercutindo ao longo do ano nos debates acerca do problema agrário. Foi um momento, sobretudo, de demonstração do acúmulo de experiência organizativa nas lutas políticas em torno de distintos projetos e propostas acerca da problemática *Reforma Agrária*.

3.2.1 A “Concentração de Santa Maria” através do “Correio do Povo”

A *Concentração de Santa Maria*, ocorreu entre os dias 06 e 07 de janeiro de 1962 no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O evento ganhou destaque nas páginas do “*Correio do Povo*” e seria compreendido enquanto um marco organizativo da classe patronal rural estadual. Do encontro originou-se a “Carta de

Santa Maria”, um manifesto ruralista, e uma “Carta de Princípios” que seria encaminhada para a *VI Conferência Rural* que ocorreria na última semana do mês de janeiro na cidade do Rio de Janeiro, sediada no Maracanãzinho.

Na edição de sábado, dia 06 de janeiro, o “*Correio do Povo*” fez uma cobertura da instalação da “concentração dos ruralistas”¹²⁰, onde denota certo clima de expectativa com o evento. Acompanhou os telegramas das Associações Rurais estaduais apoiando o evento, como o “interesse de todo o país”¹²¹, descrevendo a presença da imprensa nacional, entre as quais, as revistas “Manchete” e “Visão”, “Revista do Globo” e “Correio da Manhã”. “[...] além dos jornais pôrto-alegrenses, rádio-emissoras desta capital e equipes cinematográficas, evidenciam bem a importância atribuída ao encontro dos ruralistas rio-grandenses”¹²². A “Carta de Princípios” é lida durante a sessão solene da “concentração ruralista” (noite de domingo); no periódico ela é publicada no dia 09 de janeiro de 1962, terça-feira, sob o título “Carta de Princípios do ruralismo”. Segundo Salgado Martins, que tem trechos de sua fala durante a sessão de leitura da “Carta” transcrita na matéria do “Correio”, este documento

é uma mensagem dos ruralistas do Rio Grande aos homens responsáveis pelo país e endereçado na certeza de que não se consumará uma modificação na estrutura agrária sem que seja ouvida a palavra dos construtores de nossa riqueza agrária, os quais, não opondo resistência à cristianização, querem justiça social.¹²³

José Salgado Martins era membro de longa data da FARSUL, ocupando a presidência da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início dos anos 1950 (1951-1953), e professor de Direito na UFRGS nos anos 1960. Em seu pronunciamento destacado, podemos observar elementos que sintetizam algumas razões das mobilizações patronais em torno da reforma agrária estadual.

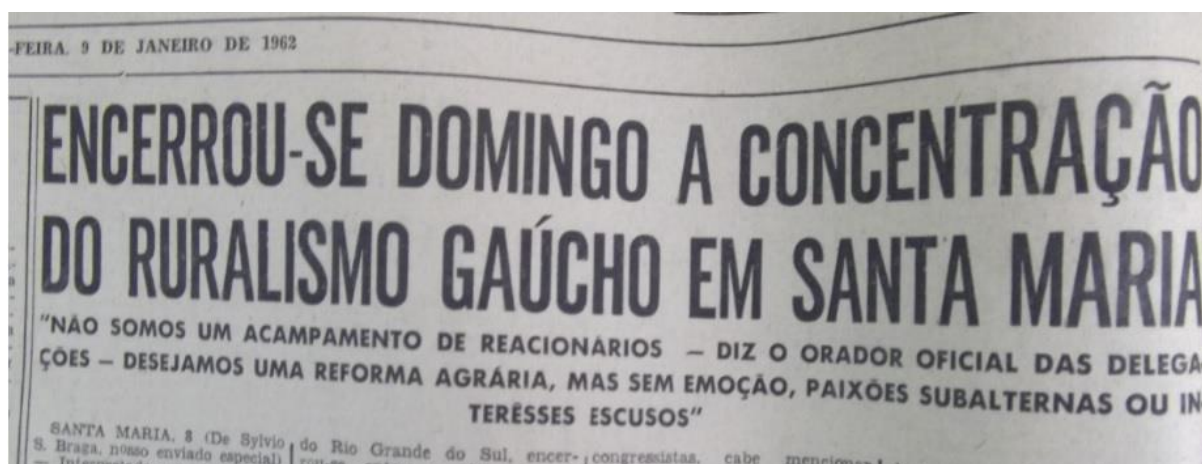
¹²⁰ *Correio do Povo* - 06/01/1962 – “**INSTALA-SE HOJE EM S. MARIA A CONCENTRAÇÃO DOS RURALISTAS**”, p. 16.

¹²¹ *Correio do Povo* - 06/01/1962. Idem

¹²² *Correio do Povo* - 06/01/1962. Idem.

¹²³ *Correio do Povo* - 09/01/1962 – “**Carta de princípios do ruralismo**”, p. 20

Um primeiro ponto a ressaltar está no trecho: “de que não se consumará uma modificação na estrutura agrária sem que seja ouvida a palavra dos construtores de nossa riqueza agrária”, deixando a entender que as classes proprietárias estavam reivindicando seu espaço decisório acerca da política econômica; no entanto, na sequência do texto consta: “não opondo resistência à cristianização, querem [os ruralistas] justiça social”. Era, portanto, admitida a reforma agrária por parte de setores ruralistas desde que, estabelecidas dentro dos parâmetros “democráticos”, “cristão” e “Ocidental”. E isso é uma questão importante para compreendermos suas movimentações estratégicas enquanto classe social que tomava consciência de si e para si, em um momento onde as classes antagonistas ficavam mais evidentes. O sentido do conceito de “reforma agrária” é um dos eixos dos debates a respeito do tema, ganhando maior centralidade durante o ano de 1962, ano de eleições para o governo do estado do Rio Grande do Sul.



(*Correio do Povo*, 09/01/1962)

Ainda na edição do dia 09 de janeiro, o artigo do enviado especial, Sylvio S. Braga do “*Correio do Povo*”, para acompanhar e fazer a cobertura do evento traz as “palavras do orador”, durante a sessão solene da “Concentração de Santa Maria”, contendo o pronunciamento de Gregório Beheregaray¹²⁴:

¹²⁴ Ruralista com vínculo à Associação Rural de Uruguaiana, ocupou postos dentro da FARSUL na década de 1960. Membro da UDN no Rio Grande do Sul.

Tenho a certeza de que nossas palavras e nossas aspirações não morrerão na estreiteza desta sala, tendo como acústica a cadeia de morros que levarão um eco ao Parlamento e ao Governo da República, para dizer que nasce daqui uma vontade única na defesa de interesses que consideram sagrados. Esta assembleia não é um acampamento de reacionários, mas de homens curtidos pelo trabalho fecundo e que desejam uma reforma agrária sem emoção, paixões subalternas ou interesses escusos, mas que atenda às esperanças da Nação brasileira; uma reforma agrária que brotasse por tais sentimentos encontraria na Carta de Santa Maria a afirmação dos nossos propósitos e das nossas intenções.¹²⁵

O orador reafirmava o posicionamento dos ruralistas enquanto movimento político organizado das classes rurais dominantes e na defesa de seus interesses, inclusive na disputa que se abria diante dos grupos sociais antagonistas. Esse é um dos fatores principais da disputa em torno da reforma agrária, organizar através do Estado a estrutura agrária. E isso significaria a transformação das classes sociais implicadas no processo. Nesse sentido, penso que a “Concentração de Santa Maria” foi um importante momento na construção da classe rural dominante no estado do Rio Grande do Sul, com um passo na tomada de consciência de sua classe e da ação articulada em função de seus interesses¹²⁶. Sobre esse episódio, Gasparotto (2016) destaca que o pronunciamento de Beheregaray foi direcionado ao então governador do estado Leonel Brizola, alertando

¹²⁵ Na matéria elaborada pelo enviado especial, consta a lista que compunha a mesa de encerramento: Dr. Antônio Saint Pastous de Freitas, presidente da FARSUL; Gen. Osvino Ferreira Alves, representante do presidente da República; Eng. Leonel Brizola, presidente de honra; Gen. Olympio Mourão Filho, comandante da 3ª divisão de infantaria; Dr. Mariano Beck, representante da Assembleia Legislativa do Estado; Dr. Francisco Brochado da Rocha, secretário do interior; Dr. Miguel Sevi Vieira, prefeito de Santa Maria; Dr. Oscar Gomes, Juiz de Direito de Santa Maria; Pe. Pedro Beltrão, representante do Arcebispo Metropolitano; Dom Vitor Sartori, Bispo de Santa Maria; Dr. Pantaleão Lopes, presidente da Câmara de Vereadores de SM; Dr. Mariano Rocha Filho, Reitor da Universidade de Santa Maria; Dr. Horácio Caio Pereira de Souza, presidente da Associação Rural de Santa Maria; Brigadeiro Rube Canabarro Lucas, presidente da FECOLAN; Balbino de Souza Mascarenhas, ruralista; Sr. Fernando Machado Vieira, presidente da Associação Rural de Cruz Alta. *Correio do Povo* - 09/01/1962 – “**Encerrou-se domingo a concentração do ruralismo gaúcho em Santa Maria**”, p. 20.

¹²⁶ “Advogando a organização de um “Movimento Ruralista” com poderes para influir decisivamente no resultado das eleições de âmbito federal, estadual e municipal, quer diretas ou indiretas, o sr. Aristides Milano defendeu a tese de que o ruralismo do País, organizando como força política de grande poderio e exercida em padrões de elevada ética, abandonaria a posição de defesa em que se encontra e lançar-se-ia a uma ofensiva enérgica, orientada no sentido da salvaguarda de seus interesses.” *Correio do Povo*. 10/01/1962 - “**Concentração de Santa Maria: Recomendação aprovada com subsídios deverá alcançar repercussão nos meios políticos**”, p. 18.

o governador sobre a disposição dos ruralistas em defender os seus interesses, da mesma forma como teriam, meses antes, lutado para resguardar a democracia e a liberdade. Ele se referia ao episódio da Legalidade, iniciado em 26 de agosto de 1961. (GASPAROTTO, 2016, p. 141)¹²⁷.

Dessa vez, a preocupação dos ruralistas estava na crescente mobilização dos trabalhadores rurais e das condições proporcionadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul para que os camponeses reivindicassem seus direitos, sobretudo o direito à propriedade privada da terra. Desde 1961 vinha se construindo, por parte do patronato, uma “perspectiva alternativa” para reforma agrária, se distanciando da noção de “democratizar a propriedade” e se aproximando com as doutrinas de “modernização” da economia.

Na mesma edição do “*Correio do Povo*”, terça-feira dia 09 de janeiro de 1962, há algumas manifestações dos deputados na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS) com destaque para os discursos do deputado Heitor Galant (PL) sobre a “concentração ruralista”. Segundo as páginas do periódico:

Transmitiu então ao Plenário a grande impressão recebida daquela importante assembleia geral dos ruralistas da nossa terra, que ali se reuniram com o alevantado objetivo de examinar os magnos problemas que dizem respeito não só com os homens do campo como também com os superiores interesses do Estado.

Um dos problemas mais relevantes que ali se discutiu foi esse que está não só emocionando mas até apaixonando os brasileiros nessa quadra verdadeiramente dramática da vida do país, que é a reforma agrária.

[...]

O objetivo da reunião, disse o senhor Galant, não foi apenas defender os direitos e vantagens de uma classe mas o de examinar com o espírito alto esses problemas, a fim de que as soluções que sejam dadas não sejam aquelas que estão sendo reclamadas impatrioticamente por agitadores ou demagogos de que é tão fértil a

¹²⁷ Durante o período da *Legalidade*: “Embora não declare abertamente o apoio à posse de Goulart, a nota deixa antever sua posição em relação à questão, especialmente ao se referir às crises “a que foi arrastado o Rio Grande”. Como naquele momento a maior parte do estado se colocava ao lado da Legalidade e da posse de Goulart, pode-se supor que a entidade também se situava próxima a essas forças, junto às quais cumpriria o seu “dever”. Além disso, é preciso considerar a adesão de alguns integrantes destacados da Farsul ao movimento, como é o caso de Batista Luzardo, que se incorporou às forças civis que guarneciam o Palácio Piratini.” (GASPAROTTO, 2016, p. 142).

nossa época. Os ruralistas do Rio Grande aspiram também por uma revisão na estrutura agrária do país, com o objetivo de incrementar a produção rural, de valorizar o homem do campo e de assegurar a todos os que trabalham, a todos os que regam a terra com o suor do seu rosto, aqueles direitos, aquelas prerrogativas inalienáveis aos homens que realmente servem com o seu esforço e civismo o nosso país.¹²⁸

Como vemos, a matéria sobre o discurso do deputado do Partido Libertador reforça as prerrogativas do encontro ruralista de Santa Maria, demonstrando apoio parlamentar ao movimento. E na denúncia/apelo de que as soluções para o problema agrário sul-rio-grandense não sejam dadas “impatrioticamente por agitadores ou demagogos de que é tão fértil a nossa época”, reside o discurso que se fundamenta no pressuposto de que há um grupo nocivo atentando contra as conquistas da “civilização”, nesse sentido, reforça a defesa dos valores, afirmando-se – à si e aos seus – sobre a negação do “outro”. Este é o cerne das proposições de reforma agrária que partem do seio das classes patronais, combater as alternativas que nasceram junto às lutas dos sem-terra e impedir uma possível radicalização revolucionária pelas massas camponesas despossuídas. Os fantasmas das revoluções cubana e chinesa, permearam os imaginários liberais, conservadores e reacionários, em especial, em função do papel dos camponeses naquelas experiências revolucionárias.

Esse é um aspecto que não pode ser desconsiderado quando buscamos compreender a ideologia anticomunista destas frações de classe e de como se materializa e se difunde em seu contexto específico. A ressignificação do fenômeno frente à luta concreta das classes no campo, através da perspectiva ideológica do patronato, vai operar no sentido de transformar a organização e a luta dos trabalhadores em “ameaça comunista” e “subversão à ordem”.

Já a “Carta de Princípios” do ruralismo sul-rio-grandense, publicada na edição do dia 09 de janeiro oriunda da “Concentração rural de Santa Maria”, traz um

¹²⁸ *Correio do Povo* - 09/01/1962 – “**Congratulações na Assembleia com o êxito da reunião dos ruralistas**”, p. 20.

apanhado da compreensão das classes rurais acerca da problemática agrária e social que se apresenta. Segundo o documento:

Cumpra a grande Assembleia de Ruralistas, a mais numerosa e a mais representativa de quantas já se realizaram, na história do ruralismo rio-grandense, o dever de precisar a significação do que se convencionou chamar “Reforma Agrária”, que seria mais adequadamente designada, como “Organização Agrária”, “Humanização Agrária” ou “Valorização da Vida Agrária”. Mas, como o termo “Reforma Agrária” ganhou universalidade e passou a representar tudo o quanto concerne à modificação e renovação da atual estrutura agrária do país, lhe deve ser atribuído um conteúdo que corresponda à realidade do problema, em toda a sua riqueza e complexidade.

Reforma agrária é o conjunto de normas e medidas destinadas a modificar e renovar a estrutura agrária, nas suas relações entre o homem, a terra e a comunidade, constituindo os elementos fundamentais para promover a crescente valorização do homem e alcançar, cada vez mais, a elevada função social da terra, respeitados os direitos primordiais da pessoa humana, dentro da concepção democrática, cristã e ocidental.¹²⁹

Ou seja, formula uma interpretação do conceito de reforma agrária para orientar sua classe. Essa interpretação exclui a *modificação* e *renovação* das relações de *propriedade* da terra, focando no *homem*, na *terra* e na *comunidade* enquanto objetos da chamada “modernização”, só assim seriam “respeitados os direitos primordiais da pessoa humana, dentro da concepção democrática, cristã e ocidental”. O direito “inalienável e primordial” de propriedade privada - dos meios de produção – ganhava, deste modo, tonalidades sacrossantas.

Já nos discursos da Assembleia Legislativa do dia 09 de janeiro, encontramos o pronunciamento do deputado Lauro Leitão (PSD) sobre a formação da “Liga Nonoaiense de Agricultores Sem Terra”, primeira menção que destacamos acerca dos conflitos na Fazenda Sarandi. Segundo o deputado, haviam duas correntes disputando o tema da reforma agrária,

¹²⁹ *Correio do Povo* - 09/01/1962 – “**Carta de princípios do ruralismo**”, p. 20.

Uma delas preconiza uma solução racional e harmônica, uma solução que venha atender a realidade brasileira. Outra corrente, a que estão filiados também os comunistas que no fundo, desejam é a supressão da propriedade privada, outra corrente, repito, preconiza a solução noutros termos.

[...]

Foi organizada no Brasil a “Liga dos Agricultores Sem Terra” chefiada pelo Deputado **Julião**, que se dizia inicialmente simplesmente socialista, mas que há pouco **se declarou comunista convicto**.

[...]

No Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, também foi organizada a “Liga de Agricultores Sem Terra”. E principalmente, Sr. Presidente, no Município de Nonoai, como muitos devem ter conhecimento foi formada a “Liga Nonoaiense de Agricultores Sem Terra”. Nós sabemos, Sr. Presidente, que no Rio Grande existe terra para quem quiser trabalhar. [...]

Verifiquei, ontem, Sr. Presidente, que em vários Municípios da Região Serrana reina a intranquilidade em face dessa “Liga de Agricultores Sem Terra”, inclusive, ao que se diz, apoiada pelo Governo do Estado. Dizem, ainda, que pretendem, brevemente invadir a Fazenda do Sarandi, a Fazenda do Sr. “Nenê” Berthier, bem como as reservas do Estado nos Municípios de Nonoai e Sarandi. Venho à tribuna, por isso, para fazer uma advertência ao Governo do Estado, especialmente para que tome as providências cabíveis, a fim de que este atentado contra a propriedade privada e contra o patrimônio do Estado não se consume, porque, Sr. Presidente, se realmente, efetivar-se, o responsável maior por tal fato será o próprio Governador do Estado... (Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 09/01/1962, 3º extraordinária, discurso do deputado Lauro Leitão)

O pronunciamento do deputado pedessista se dá em meio ao começo do ciclo de ocupações de terras utilizando a tática de acampamentos que permearia os anos entre 1962 e começo de 1964 no estado do Rio Grande do Sul. Mas já destaca distintas vertentes de compreensão sobre a reforma agrária, em sua forma e em seu conteúdo. Uma que se pretende enquanto a correta para “atender a realidade brasileira” e outra que diz ser a que estão “filiados os comunistas que no fundo, o que desejam é a supressão da propriedade privada”. Uma que segundo o autor “preconiza a uma solução racional e harmônica” e outra que “preconiza a solução noutros termos”, se referindo aos estudos sobre a distribuição de terras via Estado de propriedades improdutivas.

Em seu discurso é feita a referência à Francisco Julião, “chefia” e organizador da chamada “Liga dos Agricultores Sem Terra” no Brasil¹³⁰, além de mencionar a fundação da “Liga dos Agricultores Sem Terra” no estado do Rio Grande do Sul, provavelmente se referindo ao MASTER, e da “Liga Nonoaiense de Agricultores Sem Terra” no município de Nonoai, alertando aos demais deputados que na região serrana do estado “reina a intranquilidade”. Com isso, põe o governo do estado no centro da questão, indagando sua participação no florescimento de associações de agricultores sem-terra na região, compreendendo isso como um problema.

Importante salientar, temos uma série de palavras/expressões que compõem designações das classes dominantes rurais ao período de ascensão das classes subalternizadas do campo sul-rio-grandense às discussões econômico-políticas de Estado. Essas referências pertencem a um corpo discursivo articulado com a ideologia dominante, ou seja, a ideologia aderida e difundida pelas classes patronais. Entre essas expressões, encontramos muitas variações para “agitação/agitadores”, “comunismo/comunista”, “subversão/subversivo”, “demagogia/demagogo” e “tranquilidade/intranquilidade”. Apesar de seus diferentes significados, dependendo de seus usos e usuários, as expressões destacadas serviram para representar um problema. “Comunista” neste sentido, utilizado enquanto terminologia pejorativa.

Passamos para o seguinte trecho, oriundo da carta do Cel. Flodorardo Silva¹³¹ - introduzido ao público leitor como “*ruralista gaúcho*” - ao Presidente João Goulart, publicada no “*Correio do Povo*” do dia 11 de janeiro de 1962. A carta expressa e aborda alguns desses aspectos que destacamos anteriormente. É relevante,

¹³⁰ Para ler sobre a situação de Pernambuco nesse recorte temporal e a luta em torno da questão agrária no estado, ver a dissertação de Pablo Francisco de Andrade Porfírio, “**Pernambuco em perigo: Pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)**”. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2008.

¹³¹ No relatório da CETH, o cel. Flodoardo Silva aparece catalogado enquanto proprietário com mais de uma gleba acima de 2.500 ha, contabilizando duas propriedades no município de Uruguaiana, uma com 8.101,32 ha e, outra com 2.505,88 ha, totalizando 10.607,20 ha de terra. Conforme estudo da FEE de 1978, Flodoardo Silva não estaria categorizado entre os proprietários com estabelecimentos acima de 10.000 ha, sendo suas propriedades divididas em dois estabelecimentos abaixo dos 10 mil hectares. Isso nos possibilita adentrar na problemática metodológica de vislumbrar a totalidade de terras sob o controle de um indivíduo, sendo possível a divisão entre distintos estabelecimentos (empresas agrícolas), sob o controle de uma empresa de exploração agrícola onde o proprietário aparece como sócio, ou até mesmo sob tutela de familiares.

sobretudo, para analisarmos como estava sendo feita a leitura de realidade por parte de setores dominantes organizados através do ruralismo,

“[...] dá-nos a esperança e, por que não dizer, a convicção de que o governo, já percebeu o quanto de subversivo e de agitação levam essas fórmulas reformadoras, concebidas em clima emocional, estimuladas por desajustamentos sócio-econômicos, que não tem origem na vida rural, mas que servem para os agitadores propagar suas ideologias exóticas, contrárias ao espírito cristão e democrático do povo brasileiro.

A atual economia rural brasileira está necessitando, não de reformas, mas de estímulo e incentivos, de cooperação técnica e de crédito, de escolas e de estradas, de assistência médica e sanitária, de aposentadoria para os homens do campo – até hoje abandonados – porque o que lhe compete fazer e o que deve realizar ela sabe, eis que outra coisa não tem feito senão cumprir a sua missão: alimentar e vestir o Brasil e proporcionar divisas de que tanto precisa o país para sair da fase de *subdesenvolvimento*.” [grifos meus]¹³²

Temos, portanto, o reconhecimento da condição de subdesenvolvimento dos países latino americanos, em especial do Brasil. No entanto, a preocupação é em se opor às “ideologias exóticas” que segundo o autor da carta, se aproveitam dos “desajustamentos sócio-econômicos que não tem origem na vida rural”. Para se precaver contra a potencial “subversão”, o caminho não seria reformas sociais, mas “estímulo e incentivos, de cooperação técnica e de crédito, de escolas e de estradas, de assistência médica e sanitária, de aposentadoria para os homens do campo” e mais uma série de medidas que entravam no escopo da “modernização” do mundo agrário brasileiro. O próprio Cláudio Accurso, já indicava em 1965 que as reformas nas estruturas eram necessárias, pois através de incentivos às “classes produtoras” apenas, já não era suficiente para superar o quadro econômico estadual no começo da década¹³³. Sobre a “ameaça comunista”, consta na carta do Cel. Flodoardo Silva:

Devemos ter presente o que está passando com os povos asiáticos, africanos e muitos do continente europeu, que sofrem com a

¹³² *Correio do Povo*. 11/01/1962 – “**Ruralista gaúcho envia carta ao presidente João Goulart**”, p.13.

¹³³ ACCURSO; CANDAL; VERAS, op. cit., 1965, p. 4.

infiltração comunista. Contam-se por milhões as criaturas afogadas em sangue e os que sobrevivem, ficam enlutados, humilhados e desmoralizados para toda sua existência.

Quando falamos de comunismo – bárbaro e sanguinário – não queremos nos referir, em sentido pejorativo, à grande massa do povo russo, visto que devemos considerá-lo o mais infeliz e sofredor dos povos contemporâneos: vivem atrás da cortina de ferro, amordaçados e despersonalizados pela ferocidade do regime bolchevista.¹³⁴

E sobre o desejo de expurgo:

Creemos que é chegado o momento de se votar uma lei de emergência, para que sejam expulsos para os seus países de origem todos os estrangeiros fichados como agitadores e propagadores de ideologias exóticas, que contrariam o regime democrático que os brasileiros escolheram para sua conveniência política.

Quanto aos nacionais, contaminados pelo convívio com aqueles agitadores, devemos recuperá-los para que sejam úteis ao regime ou isolá-los do nosso meio, como elementos perturbadores da tranquilidade e paz sociais.

O que é inegável é que esses elementos, preocupados unicamente com agitações, não podem e não devem – pela sua formação antidemocrática – influir nos estudos que se vem fazendo para a reforma agrária, porque seus propósitos são bem conhecidos e seus objetivos mais que reconhecidos.

[...]

Terminando V. Exa. com os agentes subversivos, que simbolizam o sangue, o luto e a intranquilidade, poderá dar por finda sua missão de governante, para aguardar no coração o símbolo da gratidão do povo brasileiro. Será um exemplo que o Brasil dará a todos nossos irmãos do continente americano e de todo o mundo.¹³⁵

São trechos que ilustram bem a questão do imaginário acerca da União Soviética e do suposto “sofrimento” causado pelo “regime bolchevista”. O autor da carta faz uma leitura que aproxima-se com o que MOTTA (2000) chamou de “agentes patológicos” do imaginário anticomunista, associando o “comunismo” com doenças, vírus, pragas, pestes¹³⁶, chegando a sugerir que se caso o governo de

¹³⁴ *Correio do Povo*. 11/01/1962 – “**Ruralista gaúcho envia carta ao presidente João Goulart**”, p.13.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ MOTTA, op. cit., 2000, p. 78-81.

João Goulart terminasse “com os agentes subversivos, que simbolizam o sangue, o luto e a intranquilidade, poderá dar por finda sua missão de governante”, deixando subentendido a sua perspectiva e expectativa acerca da ação do Estado no campo das lutas sociais.

Em contraponto a estes “perigos” reafirmam-se os usos da defesa dos valores “democráticos” e “cristãos” como bandeiras erguidas pelas classes proprietárias na manutenção do *status quo* e na permanência da ordem estabelecida. As proposições ditas em defesa da “democracia” não necessariamente possuíam um conteúdo democrático, ou sequer qualquer compromisso com princípios e valores do conceito de democracia. O que estava em construção e permeou esses anos iniciais da década, foi o uso e apropriação dos estandartes “ocidentais/ocidentalizantes” para a defesa do direito à propriedade privada, legitimando seu domínio e vinculando-o ao *progresso*.



(“PRESIDENTE DA FARSUL – Trouxe, ontem à noite, a gentileza de sua visita ao “Correio do Povo”, o professor Antônio Saint Pastous de Freitas, que foi recebido pelo dr. Breno Caldas, diretor desta folha. O presidente da FARSUL referiu-se ao êxito alcançado pela concentração ruralista de Santa Maria e agradeceu ao trabalho de cobertura que a ela dedicou este jornal. Adiantou o ilustre visitante que a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul tem, agora, os seus olhos voltados para a VI Conferência Rural Brasileira, que se realizará no Rio de Janeiro, à qual a representação gaúcha deverá levar importante contribuição, em nome da classe rural deste Estado.” *Correio do Povo*. 12/01/1962, p. 16)

3.2.2 As ocupações: Sarandi

A notícia sobre o acampamento nas margens da “Fazenda Sarandi” se deu no dia 12 de janeiro, pelo “*Correio do Povo*”, quando dado o reporte: “*Mil homens de Nonoai se prestam para invadir terras de Sarandi*”¹³⁷. Já no dia 14, ou seja, dois dias após anunciado o acampamento é noticiado através do “*Correio do Povo*” o decreto nº 13.034, de 13 de janeiro de 1962¹³⁸, que estabelecia a desapropriação de área da fazenda. Segundo GASPAROTTO (2016):

A propriedade havia sido ocupada no dia 11 de janeiro, quando um grupo de famílias sem terra deslocou-se de Nonoai até uma das estradas que cortavam a fazenda, sob a liderança do prefeito da cidade, Jair de Moura Calixto. Este era petebista e primo do governador, o que contribuiu para associarem a ação dos sem-terra a Brizola. Os acampados exigiram que o governo desapropriasse a fazenda e distribísse os lotes para as famílias lá reunidas. Dois dias depois, em 13 de janeiro, a área foi desapropriada.¹³⁹

O decreto mobilizou os deputados estaduais, que estabeleceram uma comissão para averiguar a situação do acampamento na “Fazenda Sarandi”. Segundo informações do prefeito de Sarandi Ivo Sprandel (PSD) ao periódico via telegrama, o movimento era ordeiro e constatou a presença de mais de mil

¹³⁷ *Correio do Povo*. 12/01/1962 – “**Mil homens de Nonoai se prestam para invadir terras de Sarandi**”, p. 16.

¹³⁸ *Correio do Povo*. 14/01/1962 – “**Por Decreto de ontem: Desapropriada pelo governo a área da fazenda Sarandi**”, p. 44.

¹³⁹ GASPAROTTO, op. cit., 2016, p. 143.

agricultores com suas famílias na estrada acampados¹⁴⁰. As manifestações dos deputados e o relato feito por parte dos enviados à Nonoai pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Luciano Machado e Lauro Leitão representando a bancada do PSD, foram publicadas no dia 16 de janeiro nos destaques das sessões em curso na ALRGS¹⁴¹. É destaque os pronunciamentos de Mauro Mondino (PDC) e Poty Medeiros (UDN) que, segundo o “Correio”, caracterizaram a ação do governo e do governador enquanto “demagógica”. Na sequência vem a publicação do discurso do deputado Luciano Machado (PSD) anunciando que “encontram-se acampados à margem da estrada Passo Fundo – Nonoai cerca de 1.300 “agricultores sem terra”, sob o comando do senhor Jair Calixto, Prefeito do município de Nonoai.”¹⁴² Conforme o relato:

estão reunidos e acampados em barracas e ranchos de madeira, à margem da estrada e à beira de um capão, na Fazenda Sarandi, entre Passo Fundo e Nonoai, algumas centenas de pessoas, que se dizem “agricultores sem terra”.

O fato é inédito na história rio-grandense, tem alcançado larga repercussão e já fez sentir suas consequências.

Vive aquela região do Estado momentos de expectativa e um certo ambiente de temor, porque ninguém sabe o rumo que poderão tomar esses acontecimentos. O comércio, por exemplo, se retrai. E os proprietários e criadores temem a violência, o abuso e a expropriação. Há, enfim, um mal-estar geral, profundamente danoso ao desenvolvimento de um Estado como o nosso, que necessita de paz e garantias para aumentar sua produção e vencer suas dificuldades.¹⁴³

Falando aos agricultores acampados, o deputado se propôs a: “emprestar minha [sua] colaboração como membro do Poder Legislativo para o estudo imediato

¹⁴⁰ *Correio do Povo*. 14/01/1962 - “**Deputados estiveram em contato com os agricultores de Nonoai**”, p. 44.

¹⁴¹ *Correio do Povo*. 16/01/1962 – “**O caso Sarandi e Nonoai: Severamente criticado o governo pelo seu ato de desapropriação de terras**”, p. 22.

¹⁴² *Correio do Povo*. 16/01/1962 – “**O caso Sarandi e Nonoai: Severamente criticado o governo pelo seu ato de desapropriação de terras**”, p. 19.

¹⁴³ *Correio do Povo*. 16/01/1962 – “**O caso Sarandi e Nonoai: Severamente criticado o governo pelo seu ato de desapropriação de terras**”, p. 19.

de uma solução justa, legal e humana”¹⁴⁴. E à ALRGS, o deputado explica o acampamento: “Lá tudo funciona como num acampamento militar. Até bem pouco passavam a churrasco. Agora organizaram duas cozinhas com grandes panelões. Fomos recebidos cordialmente. Esse é o quadro em rápidas pinceladas”¹⁴⁵, comenta.

O pronunciamento do deputado ocupa diversas colunas da página, constando uma breve história da propriedade em questão; conta o deputado que a propriedade pertenceu “primitivamente” ao Barão de Antonina, sogro do Dr. Luiz de Campos Vergueiro, filho do Regente do Império, Senador Nicolau Vergueiro, em vida cedeu a propriedade a seu filho Dr. Luiz de Campos Vergueiro. Com a morte do capitão passou aos herdeiros, os filhos Nicolau e Isaura, que por volta de 1903 venderam aos castelhanos Dom Julio Mailhos, Dom Henrique Lapido e Dom Mourinho. Atualmente (1962) as 4 (das 23-24) léguas pertencentes aos Lapidos pertencem ao senhor Ernesto José Anoni¹⁴⁶, prefeito de Carazinho. Os outros 2/3 permanecem com Mailhos e Mourinho (cerca de 6 léguas cada). E ainda, um trecho que parece sintetizar a questões em torno da visão de mundo do deputado pedecista sobre a questão agrária regional:

Só um governo atrabiliário, irresponsável, demagogo, criminoso, demolidor do patrimônio público e privado, completamente destituído do sentimento do justo, avesso à Lei, cometeria o erro de entregar uma propriedade dessas, apressada e desordenadamente, sem método de exploração, sem classificação das glebas, sem análise do solo, sem conservação das suas riquezas, a 1.300 homens de foice e machado para derrubar matas virgens e madeiras de lei, destruí-las pelo fogo e transformar as terras em pouco tempo em desertos e delas saírem mais pobres do que entraram, por falta de orientação, instrução agrária e assistência.¹⁴⁷

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Sobre o conflito pela terra na região e a ocupação da fazenda Anoni pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ver o documentário “Terra para Rose” (1987), de direção de Tetê Moraes.

¹⁴⁷ *Correio do Povo*. 16/01/1962 – “**O caso Sarandi e Nonoai: Severamente criticado o governo pelo seu ato de desapropriação de terras**”, p. 19.

Podemos observar com as passagens destacadas do informe da desapropriação e da situação do acampamento que há certo incômodo por parte de setores da oposição ao governo em função do decreto do dia 13 de janeiro. Os adjetivos atribuídos ao governo na descrição do deputado após o decreto de desapropriação são elucidativos do caráter da construção ideológica sobre o evento ocorrido. O que significa “um governo atrabiliário, irresponsável, demagogo, criminoso, demolidor do patrimônio público e privado, completamente destituído do sentimento do justo, avesso à Lei”, ou seja, o inverso dos valores éticos e morais; que sentido gera tal pronunciamento? É justamente após o caso Sarandi que uma intensa campanha ideológica começa a recair sobre as ações de Brizola. São difundidas insinuações de que Brizola teria agido por interesse próprio no caso Sarandi e, acusações que permeariam o período eleitoral, atribuindo a ação do governo à interesses particulares do governador e sua suposta “atitude demagógica”.

Na página do editorial do dia 16 de janeiro, há talvez a primeira entonação nesse sentido. No “Especial para o *Correio do Povo*” assinado por Dámaso Rocha¹⁴⁸, o articulista escreve sobre a estratégia do governador e a situação da “Fazenda Sarandi”. Segundo o autor,

Não é preciso ser bacharel em Direito para perceber o que há de falso, de supérfluo, de vacilante nos considerandos com que pretenderam justificá-lo [o decreto de desapropriação]. Até a tão massacrada encíclica “Mater et Magistra” foi invocada. São arrolados, em estilo ligeiro de reportagem, os fatos que o noticiário dirigido vem narrando há algum tempo. Sobre a situação atual da propriedade (penúltimo considerando), que seria um arremedo de motivação jurídica do decreto, pois que a lei complementar ainda não existe, é uma confusa fuga ao preceito constitucional. Ei-lo: “Considerando que as peculiaridades da região, de onde se origina o presente apêlo, pelas necessidades locais de aumento de produção, aproveitamento do braço agrícola e fixação do homem à terra aconselham o Poder Público a promover logo um plano especial de colonização adequado ao seu desenvolvimento econômico”. Uma farsa, como se vê.” (grifos meus)¹⁴⁹

¹⁴⁸ Segundo DOMINGUES (2015, p.198), a relação de Dámaso Rocha com o *Correio do Povo*: “seus vínculos tinham origem ainda na década de 1930”.

¹⁴⁹ *Correio do Povo*. 16/01/1962 – “**A Rebelião de Nonoai (Especial para o “Correio do Povo”)**”, p. 4.

“Uma farsa, como se vê”, assim define o decreto de desapropriação da “Fazenda Sarandi”. Em especial, diante do trecho que destacou do decreto: “de onde se origina o presente apêlo, pelas necessidades locais de aumento de produção, aproveitamento do braço agrícola e fixação do homem à terra”. Para o articulista, os interesses no caso Sarandi pelo governo eram outros. Antes de expressar sua visão acerca do governador do estado, dissipa boatos sobre uma possível represália de Brizola e Jango, que durante o governo Dorneles teriam tentado comprar a fazenda Sarandi. Segundo consta em seu texto, Brizola e João Goulart,

[...] teriam ameaçado os proprietários até com a desapropriação, sem nada conseguir. É uma versão que anda por aí. Não a endosso. O propósito além de subalterno, seria sem proveito. Sou de opinião que o motivo foi simplesmente político. Deseja o sr. Brizola, antes de deixar o governo, armar-se de títulos que o credenciem a uma liderança popular, com que pretende investir contra os “padrões tradicionais” da política brasileira, como anuncia com frequência. Com essa façanha já são três os galardões populistas a exibir: escolarização do Rio Grande, encaução de uma subsidiária da Bond and Share e a divisão de um “latifúndio” (de proprietários estrangeiros) entre agricultores sem terra...

Eis a que se reduz a rebelião de Nonoai.”¹⁵⁰

A passagem sintetiza a forma com que a luta política se expressa no estado do Rio Grande do Sul. O atrelamento do movimento dos agricultores sem terra ao governador é praticamente natural para o articulista, e assim o é também, para aqueles que usam a terminologia anticomunista que tem por base a negação e desqualificação do outro, desconsiderando as especificidades das realidades concretas. Nesse sentido, articula uma narrativa que admite Brizola enquanto um perigo, que pretende “armar-se de títulos que o credenciem a uma liderança popular, com que pretende investir contra os “padrões tradicionais” da política brasileira”, colocando o governador do estado enquanto ameaça à ordem vigente. Para Dámaso, “são três os galardões populistas a exibir: escolarização do Rio Grande,

¹⁵⁰ *Correio do Povo*. 16/01/1962 – “**A Rebelião de Nonoai (Especial para o “Correio do Povo”)**”, p. 4.

encampação de uma subsidiária da Bond and Share e a divisão de um “latifúndio” (de proprietários estrangeiros) entre agricultores sem terra”. É justamente nos feitos públicos e notórios enquanto estadista, que o articulista encontra o problema.



(Foto do acampamento na estrada, à beira da “Fazenda Sarandi”. *Correio do Povo*. 12/01/1962. p. 16)



(*Correio do Povo*. 12/01/1962. p. 16)

Cabe salientar que Sarandi foi um marco na luta política pela terra no Rio Grande do Sul dos anos 1960. A partir do evento, temos um novo cenário e momento dos conflitos sociais no campo, destacando os acampamentos e a crescente mobilização camponesa no estado. Novas questões entram em curso, como por exemplo, a esperança e a possibilidade de conseguir a posse da terra através da luta, para os trabalhadores rurais e agricultores sem terra, como também, o fantasma de “invasões” e “atentados contra a propriedade privada” para os setores proprietários. O incentivo do governo aos movimentos dos agricultores, acatando a mobilização e decretando a desapropriação da fazenda soava como um alarme para os setores ruralistas, em especial, aqueles agremiados em torno da FARSUL.

Na edição do dia 19 de janeiro temos as repercussões sobre o pedido de inquérito sobre a desapropriação da “Fazenda Sarandi” e o acompanhamento do “*Correio do Povo*” das discussões dentro da Assembleia Legislativa. Nessa ocasião é destacado o pronunciamento de Luciano Machado (PSD), alegando: “sentimos que, provavelmente, intenções ocultas foram as causas da precipitação dos

acontecimentos”¹⁵¹; subentendendo que haviam interesses ocultos na causa dos acontecimentos recentes. Já o deputado Hólvio Jobim (PSD), vai além e indaga sobre o caráter e as intenções do governo do estado com o ocorrido em Sarandi / Nonoai entre os dias 11 e 13 de janeiro, consta a manifestação do deputado na ALRGS, transcrita para o “Correio”:

Mas o que é que se pretende do Rio Grande do Sul, srs. Deputados!? Que clima de agitação é este que se tem fundamentado no Estado, numa repetição daquilo que assistimos por ocasião da decantada “guerrinha” da legalidade? Será que o sr. Governador do estado acostumou-se a fazer “guerra” e a convulsionar a opinião pública? Será que se apaixonou e gostou da técnica da agitação? Tudo está a indicar que sim. E o que quer dizer o sr. Governador com “abalar as velhas estruturas do País?” Quer a derrubada do direito de propriedade? Quer investir contra princípios basilares da Constituição Brasileira?¹⁵²

Podemos observar que, ao analisar pontos centrais do discurso proferido como “agitação”, “ameaça do direito de propriedade privada”, “atentado contra constituição”, mesclam-se diversas concepções de ameaça, sempre em tom acusatório e, nesse sentido, mesmo que os eventos ocorridos não necessariamente tenham atentado contra essas prerrogativas, a pecha que a ideologia dominante constrói contra aqueles que buscam alternativas através de reformas ou revoluções é suficiente, por vezes, tanto para dificultar como para macular a trajetória, a organização e os movimentos e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto sujeitos de sua própria história. O deputado Hólvio Jobim, que na ocasião chegou a declarar que a apresentação de “uma Emenda Constitucional no Congresso, que permite a desapropriação mediante o pagamento em apólices, é um passo largo para o comunismo”¹⁵³, encerra seu discurso deixando material à taquigrafia da Casa, documento contendo “a manifestação dos quatro ex-chanceleres do Brasil que se pronunciaram positivamente contra essa farsa da

¹⁵¹ *Correio do Povo*. 19/01/1962 – “**Requerida ontem na Assembleia: Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a desapropriação de terras**”, p. 7.

¹⁵² *Correio do Povo*. 19/01/1962 – “**Requerida ontem na Assembleia: Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a desapropriação de terras**”, p. 7.

¹⁵³ *Correio do Povo*. 19/01/1962 – “**Requerida ontem na Assembleia: Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a desapropriação de terras**”, p. 7.

política da autodeterminação para beneficiar Cuba comunista”¹⁵⁴, referindo-se à *política externa independente* e o reatamento diplomático com os países do “bloco comunista”, em especial a URSS e Cuba. Para o deputado:

Não há meio termo: ou somos democratas ou não somos. O que não podemos é, em hipótese alguma, estar concordando com uma política orientada neste sentido e permitindo, e aplaudindo manifestações como esta que hoje se anuncia, nesta Capital, de um comício em defesa de Cuba.¹⁵⁵

Temos, portanto, a evidência da relação da questão agrária brasileira e sul-rio-grandense estar intrinsecamente conectada com a lógica da *Guerra Fria* e seus conflitos. Sob os conflitos rurais no Rio Grande do Sul foi colocado o véu desta disputa. No cerne das lutas sociais, para os movimentos da classe trabalhadora, se abriram tanto as perguntas necessárias quanto as possibilidades de transformações de suas condições de vida. De outro lado, essa “janela de oportunidades” para os trabalhadores e os despossuídos, e é a hipótese que temos trabalhado, parecia real e plausível para os setores da classe dominante que se dispunham na contenda, visto suas inúmeras referências às revoluções e a violência, assim como os usos do anticomunismo nas mais variadas esferas da vida.

Ainda no dia 19, na página do editorial do “*Correio do Povo*”, na coluna chamada “Correio Rural”, há considerações sobre a desapropriação da “Fazenda Sarandi”, sobre as condições da propriedade e da exploração dos recursos locais¹⁵⁶. Chama a atenção uma menção a uma reportagem publicada no dia 14 de janeiro no “*Correio do Povo*” intitulada “**Estagiário da Escola Superior de Guerra: Reforma Agrária não é para o Brasil**”¹⁵⁷. É uma entrevista com o Dr. João Gualberto Teixeira de Mello, Promotor de Justiça de Cachoeira do Sul, ex-diretor técnico do

¹⁵⁴ *Correio do Povo*. 19/01/1962 – “**Requerida ontem na Assembleia: Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a desapropriação de terras**”, p. 7.

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ *Correio do Povo*. 19/01/1962 – “**A desapropriação das fazendas de Sarandi**”, p. 4. (*Correio Rural*).

¹⁵⁷ *Correio do Povo*. 14/01/1962 - “**Estagiário da Escola Superior de Guerra: Reforma Agrária não é para o Brasil**”, p. 44.

Departamento de Institutos Penais e também colaborador do “*Correio do Povo*”¹⁵⁸. Na reportagem, o entrevistado, defende que o país havia saído de sua fase de *subdesenvolvimento* e entrado na condição de “em desenvolvimento”, e quando perguntado sobre a Reforma Agrária, esboça algumas considerações sobre a colonização dos territórios centrais do Brasil (Belém-Brasília; Acre-Brasília), cujos, estariam sob a ameaça da imposição forçada de colonização, segundo sua ótica, “devido a expansão dos povos asiáticos”. E completa:

A reforma agrária se faz necessária em países superpovoados. Não é o nosso caso. Precisamos do precioso elemento humano dos campos para preencher os espaços vazios do nosso vasto território e ainda atender a demanda de mão-de-obra que a industrialização nas cidades reclama.¹⁵⁹

Essa tese sobre a ocupação do território central do país é corroborada pelo “*Correio Rural*” de 19 de janeiro, pois, “dentro de cinco anos a integridade nacional estará ameaçada pela exploração populacional dos povos asiáticos”¹⁶⁰. Parece já estar em curso o germe dos planos de colonização e expansão da fronteira agrícola para, por um lado, resolver o problema do esgotamento da fronteira interna (estadual), e por outro, deslocar geograficamente os conflitos sociais. As considerações do promotor de justiça, tendo em vista, que estão alicerçadas segundo as doutrinas construídas dentro da ESG, nos é relevante para perceber quais imperativos ideológicos se sobrepujam na hierarquia da ideologia que estava sendo alicerçada dentro do aparato de Estado.

¹⁵⁸ Segundo a lista de diplomados publicada, além de João Gualberto Teixeira de Mello, havia outros 3 indivíduos que integravam a ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) no RGS. Consta que: “Fundada há 11 anos, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, a E.S.G. examina, anualmente, a conjuntura nacional para depois executar um planejamento tendo em vista a *Segurança Nacional*. Trata-se de um estudo desapassionado que tem em mira unicamente a realidade. O conceito de *Segurança Nacional* é muito amplo. Abrange os campos econômico, político, psico-social e militar. Assim sendo o planejamento é completo, porque civis de todas as profissões e militares dos três ramos das Forças Armadas se empenham em um esforço único – a verdade.” (*Correio do Povo*. 14/01/1962. p. 44). [grifos meus].

¹⁵⁹ *Correio do Povo*. 14/01/1962 - “**Estagiário da Escola Superior de Guerra: Reforma Agrária não é para o Brasil**”, p. 44.

¹⁶⁰ *Correio do Povo*. 19/01/1962 – “**A desapropriação das fazendas de Sarandi**”, p. 4. (*Correio Rural*).



Correio do Povo. 19/01/1962 - **“Convocados pelo governador, estão em POA os donos da Fazenda Sarandi – Os srs. Roberto e Gaston Mailhos e Ulisses Ferriolo, chegados ontem à noite, vão se avistar hoje com o sr. Leonel Brizola – os diretores da empresa expropriada, admitem a possibilidade de acordo, “mas um acordo justo e razoável” – declarações do procurador da firma à imprensa”**, p. 16.

3.2.3 “Banhado do Colégio” e “VI Conferência Rural”

A *VI Conferência Rural*, foi um evento nacional que congregou os ruralistas dos diferentes estados da Federação. Foi organizada pela CRB (Confederação Rural Brasileira) e contou com a presença das distintas entidades patronais regionais, como a FARSUL (Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul). Aconteceu nos dias 24 e 25 de janeiro na cidade do Rio de Janeiro, sediada no espaço do Maracanãzinho. Segundo GASPAROTTO (2016, p. 150), a reunião

aglutinou cerca de 4.000 (quatro mil) pessoas em sua sessão de encerramento, contando com a presença do Presidente da República João Goulart.

No dia 20 de janeiro foi publicada entrevista com o prof. Dr. Antônio Saint Pastous de Freitas¹⁶¹, antes da liderança ruralista viajar até São Paulo para debater sobre “Reforma Agrária” na TV à convite do presidente das Federação de Associações Rurais do Estado de São Paulo, Clovis Salles¹⁶², e também, participar no Rio de Janeiro da VI Conferência Rural organizada pela Confederação Rural Brasileira (CRB).



(Correio do Povo. 20/01/1962. p. 16.)

Nessa ocasião, é expressa as expectativas do presidente da FARSUL em relação a VI Conferência Rural, demonstrando também a importância que a delegação dos ruralistas sul-rio-grandenses ocupava dentro do encontro de ruralistas brasileiros. Na voz do presidente da entidade mater do ruralismo sul-rio-grandense,

¹⁶¹ *Correio do Povo*. 20/01/1962 - “Por livre iniciativa: FARSUL antecipar-se-á aos reclamos do homem do campo”, p. 16.

¹⁶² *Correio do Povo*. 19/01/1962 - “FARSUL”, p. 6.

a exemplo do que já foi realizado no Rio Grande do Sul, será proposto, também, que nos outros Estados se procure efetivar a aglutinação das classes econômicas, para constitui-las num organismo conjunto e solidário, com tendência a reivindicar a liderança no estudo e nas soluções dos assuntos da economia rural.¹⁶³

Temos, portanto, a orientação e a iniciativa para a organização das classes dominantes brasileiras, considerando a experiência desenvolvida no Rio Grande do Sul, o líder ruralista sugere que “nos outros Estados se procure efetivar a aglutinação das classes econômicas, para constitui-las num organismo conjunto e solidário”, com o intuito de “reivindicar a liderança no estudo e nas soluções dos assuntos da economia rural”¹⁶⁴. Esse movimento atua naquilo que chamamos de *construção da classe*¹⁶⁵. O ruralismo sul-rio-grandense, chegava ao Rio de Janeiro com o acúmulo de considerações promulgadas na “Carta de Santa Maria”, documento que alicerçou os princípios organizativos das classes patronais no Rio Grande do Sul. A pedido do presidente da Confederação Rural Brasileira, passaria por Saint Pastous o texto final da VI Conferência Rural Brasileira¹⁶⁶. Os encarregados de assessorar nesta tarefa foram Manuel Luzardo de Almeida, Jayme da Silva Tavares, Glicério Alves e Batista Luzardo¹⁶⁷.

Na véspera do início da VI Conferência Rural no Rio de Janeiro estava posto no editorial do “*Correio do Povo*” do dia 23 de janeiro de 1962: “Este tema – “reforma

¹⁶³ *Correio do Povo*. 20/01/1962 - “**Por livre iniciativa: FARSUL antecipar-se-á aos reclamos do homem do campo**”, p. 16.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ A obra de Loner, referenciada no primeiro capítulo desta dissertação abarca de forma brilhante este fenômeno, acompanhando a construção da classe operária em Pelotas e Rio Grande, região sul do Rio Grande do Sul no começo do século XX.

¹⁶⁶ *Correio do Povo*. 20/01/1962 - “**Por livre iniciativa: FARSUL antecipar-se-á aos reclamos do homem do campo**”, p. 16.

¹⁶⁷ Manoel Luzardo de Almeida, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e presidente do Conselho Regional de Economia; Jayme da Silva Tavares, era membro do grupo B de representação da FARSUL dentro da Comissão Mista estabelecida entre governo e a entidade em fevereiro de 1962; Glicério Alves, diretor da Farsul entre 1953 e 1954 e proprietário de uma área de mais de 3 mil hectares em São Sepé; e Batista Luzardo foi embaixador do Brasil na Argentina na década de 1940, diplomata e político. Este último possuía 10.172,07 ha de terra no município de Uruguaiana, conforme o registro no mapeamento da CETH.

agrária” – está, com efeito, dando margem, em nosso país, às mais desenvolvidas e insólitas manifestações e procedimentos, do mais puro cunho demagógico”¹⁶⁸.

Justamente pelas circunstâncias que, “à merveille”, as ensejam e se mostram admiravelmente à feição do carreirismo político, pois tudo, na realidade, conspira em prol desse tipo de demagogia.

[...]

Mas o motivo talvez mais influente para, a par de propósitos realmente construtivos e de estudos e debates do mesmo teor, se desencadearem temporais demagógicos em torno do “status” do nosso rurícola, vamos encontrá-lo nos ventos revolucionários e demolidores que varrem o Planeta. Notadamente, no Hemisfério Ocidental, na sugestão da legenda e das barbas de Fidel Castro.¹⁶⁹

Há nessa circunstância, pelo menos três situações relacionadas entre si e que gostaria de destacar. Primeiro, a questão da Reforma Agrária; segundo, a postura do governo em função de sua política agrária no estado; terceiro, a denúncia sobre o iminente perigo da subversão. Nesse trecho temos a evidência de algo que notamos em diversos outros momentos das pesquisas nas fontes e temos ressaltado, que é a articulação das perturbações da ordem de âmbito interno com os “perigos” e “ameaças” externos do Estado-Nação. Sutilmente, ou não, o anticomunismo alicerçou concepções que se orientavam através da *negação*. E essa “orientação” colocava, em determinadas situações, sob o mesmo espectro, a luta entre o ocidente capitalista e as repúblicas soviéticas e comunistas e a luta dos povos por sua emancipação e melhores condições.

É uma questão e um fator importante, pois, as classes dominantes não podiam negar, à época, a desassistência aos trabalhadores rurais por parte do Estado brasileiro. Ao não poder negar necessitavam criar alternativas para “harmonizar” e “tranquilizar” o campo. Dentro dessa concepção, forjada através da ideologia, a ideia central seria “aumento de produtividade e humanização do

¹⁶⁸ *Correio do Povo*. 23/01/1962 – “**Reforma e demagogia**”, p. 4.

¹⁶⁹ *Idem*.

rurícola”- as metas centrais a serem atingidas”¹⁷⁰. Essa perspectiva iria plasmar as visões de mundo dos setores ruralistas de diferentes vertentes.

No mesmo dia em que o “*Correio do Povo*” noticiava sobre o início da VI Conferência Rural, trazendo os informes das mesas e opiniões de ruralistas de outros estados, ressaltando sua articulação e “o objetivo de resolverem seus problemas numa atmosfera de entendimento, onde as forças estranhas não pudessem influir nas deliberações que vão tomar” ¹⁷¹, publicava-se a notícia do acampamento de agricultores sem terra na área conhecida como “Banhado do Colégio” localizada no município de Camaquã, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Na coluna “Opinião UH”, no periódico “*Última Hora*”¹⁷², era feito o relato do que se passava no interior de Camaquã:

Ontem, os camponeses se revoltaram. Acamparam no Banhado do Colégio e apelaram para o Estado. Querem pagar pela terra. Mas pagar ao Estado, que sempre foi o dono dela. Com eles, está o padre Léo Schneider, pastor e defensor dos homens sem terra. Cravou uma cruz no acampamento e ficou à espera da decisão do governo. Decisão que não tarda e que só pode ser uma: terra para os que trabalham na terra. É o direito sagrado dos homens do campo, que o Rio Grande do Sul está mostrando ao Brasil como dever ser compreendido e respeitado.¹⁷³

Já no “*Correio do Povo*”, a notícia do dia 24 de janeiro sobre o caso “Banhado do Colégio” situa as condições da localidade e dos acontecimentos e dá um

¹⁷⁰ *Correio do Povo*. 23/01/1962 – “**Reforma e demagogia**”, p. 4.

¹⁷¹ “Procurando ir ao encontro do desejo da sua classe, que é o de assegurar seus direitos impostergáveis e garantir uma situação digna aos homens do campo, isto é, aos verdadeiros lavradores, muitos dos quais não conhecem a vida das cidades, os ruralistas antes do início de sua conferência, articulam-se com seus companheiros do norte, centro e sul do Brasil, com o objetivo de resolverem seus problemas numa atmosfera de entendimento, onde as forças estranhas não pudessem influir nas deliberações que vão tomar.” (*Correio do Povo*. 24/01/1962 - “**Reforma Agrária, o principal tema: No Rio de Janeiro, instala-se hoje a VI conferência rural**”, p. 14).

¹⁷² O jornal criado na década de 1950 por Samuel Weiner, nasceu no Rio Grande do Sul nos anos 1960, e tinha um forte apelo ao nacionalismo, ao populismo e ao varguismo. No Rio Grande do Sul buscava apoiar e dar ênfase ao governo de Leonel Brizola, assim como às mobilizações dos sem terra no estado gaúcho. Para uma mais ampliada da atuação do periódico, ver: HOHLFELDT, Antônio; BUCHUP, Carolina. **Última Hora, populismo nacionalista nas páginas de um jornal**. Porto Alegre: Sulina, 2002. E para uma leitura analítica do anticomunismo nas páginas do jornal ver a já mencionada tese de Nogueira (2009) – “**O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise**”.

¹⁷³ Última Hora. 24/01/1962 – “**Opinião de UH: Banhado do Colégio**”, p. 3.

apanhado geral sobre o andamento do caso da “Fazenda Sarandi”. É informado que 1.500 (mil e quinhentos) agricultores se mobilizaram para o acampamento numa área de 49.000 ha (quarenta e nove mil hectares) e que estes são os mesmo que ocupam as terras em regimes de parcerias com os latifundiários¹⁷⁴. No dia 25 de janeiro, é relatada a estada por Porto Alegre do 1º vice-presidente da Associação Rural de Camaquã Renato Centeno, passando pela capital rumo à VI Conferência Rural no Rio de Janeiro¹⁷⁵. Na mesma matéria há carta do advogado representante dos proprietários, o sr. Valdir Borges, à João Caruso¹⁷⁶. O advogado diz não dispor da documentação da totalidade dos 49 mil hectares, mas afirma conhecimento das propriedades de Fernando Chaves Kroeff, Julio Corbetta, Edmundo Pereira Sant’Ana, Nestor de Moura Jardim, Maria Izabel Berta Dornelles, Maria Inês Blessmann Berta e Antônio Carlos Blessmann Berta¹⁷⁷.

Vale notar que, devido ao caráter de nossa fonte – o periódico de circulação diária – os acontecimentos do dia 24 de janeiro, são noticiados no dia 25, e os do dia 25 no dia 26. Isso faz com que a notícia dos acampamentos no Rio Grande do Sul tomem a atenção dos ruralistas concentrados na cidade do Rio de Janeiro. O “*Correio do Povo*” da edição do dia 26 dá destaque a essa perspectiva, publicando o discurso de Batista Luzardo e na sequência relatando a chegada à Conferência do vereador de Camaquã Sílvio Luíz Pereira Silva acompanhado do 1º vice-presidente da Associação Rural de Camaquã, Renato Centeno Crespo, portando o aviso: “Camaquã fora invadida por dois mil homens”¹⁷⁸. Conforme a manifestação atribuída

¹⁷⁴ *Correio do Povo*. 24/01/1962 - “**Surge em Camaquã outro movimento para o loteamento de terras**”, p. 7.

¹⁷⁵ *Correio do Povo*. 25/01/1962 - “**Solicitada tropa federal para Camaquã: Reagem os proprietários contra a pretendida divisão de suas terras. Associação Rural daquele município classifica o fato como “atitude demagógica do governo do estado” – contestação às declarações do Sr. João Caruso.**”, p. s/p.

¹⁷⁶ João Caruso Scuderi era Secretário da Agricultura do governo Brizola. Era apontado como participante da “ala radical” do PTB. Em 1963 foi nomeado presidente da recém criada SUPRA (Superintendência da Política Agrária), cargo que ocupou poucos meses devido a resistência de setores ruralistas que o consideravam “comunista infiltrado” no aparato do Estado.

¹⁷⁷ Destes proprietários, apenas os dados referentes a Nestor de Moura Jardim aparecem no mapeamento da CETH, proprietário de 4.207 ha de terras em Camaquã, possuía 200 de 2.000 ações da “Sularroz S.A.”, empresa proprietária de mais de 3 mil ha de terra em Camaquã.

¹⁷⁸ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Denuncia o sr. Batista Luzardo: Governo do estado planejou ocupação da Fazenda Sarandi**”, p. 11.

a Crespo: “Camaquã foi atingida profundamente em seus princípios democráticos pelo governo do Estado.”¹⁷⁹ Já o vereador comenta que

A alegação dos invasores era a de que tratavam de terras do governo, onde se haviam instalado indevidamente latifúndios, numa insinuação ridícula e desrespeitosa à História do Rio Grande do Sul.

[...]

Ao que fui informado, toda espécie de gente encontrada na periferia da cidade, sem ocupação e destino, foi arrebanhada pelos organizadores da invasão de Camaquã e é para essa malta que o deputado Paulo Micarone prega a revolução.¹⁸⁰

O pronunciamento do vereador deixa transparecer sua posição ao comentar a possibilidade da população ser convocada para o ato de ocupação. Válido colocar que, através da narração do periódico acerca dos episódios, detectamos a existência de uma tonalidade emergencial sobre o caso, desde como o vereador e o 1º vice-presidente da Associação Rural de Camaquã foram introduzidos na assembleia ruralista até os trechos destacados de suas manifestações no encontro. O alarme de ameaça soava diante de um auditório de 4.000 pessoas. Na sequência, trago a transcrição do pronunciamento do sr. Batista Luzardo feito na VI Conferência Rural Brasileira e publicado no “*Correio do Povo*”:

Estejam todas as forças vivas do país, sobretudo o governo federal, as Forças Armadas, o Poder Judiciário e as forças espirituais, representadas por todas as confissões religiosas cristãs atentas para o que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul. Não acredito que, diante da situação, não se mostrem seriamente preocupadas as forças do Terceiro Exército, comandadas pelo ilustre general Penha Brasil, com a orientação do governo do nosso Estado, principal fomentador das agitações. Quero, neste momento, dirigir um sincero apelo ao governador Leonel Brizola para que medite sobre a gravidade da situação que ele próprio está criando.

Realmente – prosseguiu o conhecido estancieiro gaúcho – o que se passa no Rio Grande do Sul, com o apoio do governo do Estado e, principalmente, do sr. Leonel Brizola, constitui uma situação

¹⁷⁹ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Denuncia o sr. Batista Luzardo: Governo do estado planejou ocupação da Fazenda Sarandi**”, p. 11.

¹⁸⁰ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Denuncia o sr. Batista Luzardo: Governo do estado planejou ocupação da Fazenda Sarandi**”, p. 11.

sumamente séria e, pelo que ouvi na inauguração da VI Conferência Rural Brasileira, terá ruidosa repercussão no cenário nacional. A Federação Rural Rio-grandense e as demais associações de classe do meu Estado já lançaram seu protesto contra essa iniciativa perigosa de favorecer as ocupações de fazendas, sob o pretexto de dar terras a quem não as tem. Todo mundo sabe perfeitamente que a ocupação da Fazenda Sarandi foi cuidadosa e previamente combinada entre o prefeito de Sarandi e o governador Leonel Brizola. Para que se tenha uma ideia das coisas, relato o que ocorreu no dia 19 último, quando durante três horas, o chefe do executivo gaúcho conversou com uma comissão de representantes da FARSUL, tendo à frente seu presidente, o professor Saint Pastous e na qual eu me incluía. Depois de a[b]ordar genericamente o tema da reforma agrária, o sr. Brizola informou que a desapropriação da Fazenda Sarandi era parte de um plano elaborado pelo governo do Estado, quando o então presidente Jânio Quadros lhe pedira um planejamento dos problemas gaúchos, a fim de que pudesse obter recursos da União para solucioná-los.

Disse que o governo estadual se empenhava firmemente para dar estímulo, por todos os meios, às associações rurais de agricultores sem terras, criando as condições necessárias para a reforma agrária. Foi o próprio governador quem confessou: incumbira o prefeito de Encruzilhada, sr. Milton Soares, seu correligionário e amigo, da tarefa de reunir agricultores sem terra. Mas foi mais adiante o governador Brizola, explicando a ocupação da Fazenda Sarandi. Contou que o prefeito Moura Calixto, seu primo-irmão, ao tomar conhecimento dos planos do governo quanto à possível desapropriação daquela fazenda, apressou-se a movimentar os agricultores inscritos na associação dos “sem-terra”, de modo que, uma vez efetivada a medida, fossem esses e não outros os beneficiados com a distribuição dos lotes...

Cumpre, a essa altura, salientar que o ruralismo do Rio Grande do Sul não se opõe, antes propugna pelo acesso à terra, de todos os brasileiros que nela trabalham, ou revelam aptidão para as atividades agro-pastoris. Condena, porém, o processo pôsto em prática, demagógicamente, pelo sr. Brizola, criando a intranquilidade e ferindo a segurança e os direitos garantidos pela nossa Constituição, principalmente agora, quando se realiza, no Rio a maior conferência de ruralistas jamais organizada, com a finalidade precípua a que deve obedecer a uma reforma agrária de verdadeira inspiração democrática.

O perigo que tal atitude envolve consiste, especialmente, na possibilidade de que este movimento se alastre pelo país. E teríamos, então, um clima verdadeiramente revolucionário, sob o qual não seria possível a efetivação das reformas econômico-sociais tão necessárias à nação.

É com sinceridade absoluta – conclui suas declarações o embaixador Batista Luzardo – sem outro pensamento senão o de um gaúcho que deseja o bem estar de sua terra e de sua gente, que faço este apelo: que o governador Leonel Brizola procure, com a autoridade serena de que se deve revestir um responsável pela ordem pública, contribuir para que as paixões se amainem e voltem a reinar no Rio Grande do

Sul as garantias que a Constituição democrática assegura a todos nós.”¹⁸¹

Ele começa convocando as forças materiais, em especial o “Terceiro Exército”, e espirituais, “representadas por todas as confissões religiosas cristãs”¹⁸² para olharem com atenção o que ocorria no estado do Rio Grande do Sul. Em seu apanhado geral pelos diversos acontecimentos, destaca-se a forma com que culpabiliza pessoalmente o governador Leonel Brizola por favorecer as ocupações e incentivar o clima de “intranquilidade” através da “demagogia”, correndo o risco “de que este movimento se alastre pelo país”¹⁸³. Sobretudo, como argumenta, diante da “maior conferência de ruralistas jamais organizada, com a finalidade precípua a que deve obedecer a uma reforma agrária de verdadeira inspiração democrática”¹⁸⁴. Há confusão ao se referir a “Milton Soares”, na verdade o embaixador se referia a Milton Serres Rodrigues (PTB), delegado de polícia e prefeito de Encruzilhada do Sul, também presidente do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) no período. É importante destacar a relevância do “*Correio do Povo*” durante a VI Conferência Rural Brasileira, tornando-se artigo procurado para obter informações sobre os acampamentos no Rio Grande do Sul.

¹⁸¹ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “Denuncia o sr. Batista Luzardo: Governo do estado planejou ocupação da Fazenda Sarandi”, p. 11.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.



(*Correio do Povo*. 26/01/1962. p. 11)

A edição do dia 26 de janeiro do “*Correio do Povo*” acompanha a sessão de encerramento da VI Conferência Rural, com a mesa composta por Iris Meimberg, presidente da CRB, Antônio Saint Pastous, presidente da FARSUL e Batista Luzardo, recepcionando o Presidente da República João Goulart e o Primeiro Ministro Tancredo Neves. Analiso a seguir mais alguns destaques desta edição do periódico, como a manifestação do presidente da CRB¹⁸⁵ e a reportagem feita sobre o “Banhado do Colégio”¹⁸⁶. O trecho a seguir é elucidativo sobre a percepção entre os ruralistas das necessidades de mudanças na estrutura agrária do país, parte publicada do pronunciamento de Iris Meimberg, presidente da CRB:

Interpretando o seu modo de ver e sentir, queremos declarar de modo a sermos ouvidos em todos os quadrantes nacionais, que não somos contrários à ascensão sócio-econômica dos nossos melhores e

¹⁸⁵ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Presidente da CRB manifesta o firme propósito de defesa intransigente e decisiva da propriedade**”, p. 11.

¹⁸⁶ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Lavradores de Camaquã querem comprar terras que julgam pertencer ao Estado**”, p. 16.

indispensáveis colaboradores, isto é, os trabalhadores arrendatários e parceiros que se constituem na mais importante viga de apoio às nossas atividades. Não concebemos estéreis lutas de classe na área rural.

Estamos dispostos a impedi-las apelando para indispensáveis modificações na estrutura social e jurídica que podem ser levadas a efeito num clima de entendimento inspirado na sabedoria cristã que impera na nossa gente. E essa consciência de Deus tem permitido, entre nós realizar conquistas transcendentais num ambiente de festiva confraternização, enquanto que essas mesmas vitórias noutros países são obtidas em lutas fratricidas, lavadas em sangue e lágrimas desde o primeiro instante.¹⁸⁷

Como podemos observar, não negam que há necessidades dos parceiros e arrendatários “que se constituem na mais importante viga de apoio às nossas atividades”¹⁸⁸, mas colocam a postura reformista submetida à lógica de manutenção do *status quo*, admitindo “modificações na estrutura social e jurídica” apenas sob o pretexto de impedir as lutas de classe no campo. Essa é uma das características do conceito de “Reforma Agrária” cunhada entre o patronato. No Rio Grande do Sul, em especial, a partir de 1963 com o governo Meneghetti, essa perspectiva vai se acentuar na escalada repressiva sobre os movimentos sociais rurais com o intuito de através do aparato estatal silenciar as lutas e as reivindicações dos trabalhadores organizados. No mesmo fragmento, é colocado que a passagem à modernidade em outros “países são obtidas em lutas fratricidas” aqui seriam conquistas alcançadas sob “festiva confraternização”. Este é um aspecto da ideologia que estava sendo construída, a manipulação e ocultamento da realidade sob os imperativos ideológicos.

Na ocasião do encerramento da VI Conferência Rural, o Presidente da República proferiu algumas palavras sobre a situação nacional, destacando o que seria um projeto de Estado-Nação brasileiro a longo prazo, nunca concretizado. Nas

¹⁸⁷ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “Presidente da CRB manifesta o firme propósito de defesa intransigente e decisiva da propriedade”, p. 11.

¹⁸⁸ *Idem*.

palavras de João Goulart através da transcrição da matéria do “*Correio do Povo*”, a noção de Reforma Agrária “é reclamada pela consciência política nacional.”¹⁸⁹

Na reportagem assinada por Carlos Rafael Guimaraens, enviado especial do “*Correio do Povo*” para averiguar a situação no “Banhado do Colégio” no interior de Camaquã, encontramos um relato do repórter da situação do acampamento e uma breve contextualização dos acontecimentos. Há também a publicação em anexa na sequência da reportagem de um manifesto do governo à imprensa do dia anterior, onde Brizola repudia as opiniões públicas dos que ele denomina como “alarmistas” sobre os casos dos municípios de Camaquã e Sarandi¹⁹⁰.

Segundo a crônica que o repórter faz dos fatos, o comércio local estava movimentado na cidade com a procura de abastecer os acampados, “pagam a vista informam-nos”¹⁹¹, ou seja, “que grande parte deste reivindicadores não são propriamente indigentes, e sim lavradores profissionais que se agitam ante a possibilidade de comprar terras do Governo”¹⁹². “Vimos até uma senhora”, segue a narração, “com um rádio transistor a tiracolo contemplando esta espécie de assembleia permanente de lavradores, assim como quem está na festa de Navegantes – e não faltavam nem as melancias”¹⁹³. Ao apresentar uma das lideranças do movimento, o sr. Epaminondas Silveira, a reportagem o descreve enquanto um “comerciante falido” que virou agricultor arrendatário. A cadeia do discurso indica picuinha pessoal motivando o acampamento, o que nos permite evidenciar um ataque indireto à mobilização através do ataque a imagem de uma de

¹⁸⁹ “Isto significa [sobre a taxa de crescimento populacional] que possuindo hoje setenta milhões de habitantes, o Brasil terá cento e trinta milhões em 1980 e duzentos e dez milhões no ano de dois mil. Temos de nos preparar para dar trabalho e condições dignas de vida a essa população, não permitindo que ela cresça e viva em condições sociais de pobreza e inculta. Esta constitui uma tarefa gigantesca, que exige, evidentemente, transformações estruturais na sociedade. Entre tais transformações, situam-se duas principais: desenvolvimento industrial e desenvolvimento agrícola.” *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Presidente da República encerra a VI Conferência Rural: Se alguém tem o grande dever social de dar terra, esse alguém é o Estado**”, p. 16.

¹⁹⁰ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Lavradores de Camaquã querem comprar terras que julgam pertencer ao Estado**”, p. 16.

¹⁹¹ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Lavradores de Camaquã querem comprar terras que julgam pertencer ao Estado**”, p. 16. Se distancia também das primeiras impressões passadas para a imprensa do acampamento ocorrido em Sarandi. Enquanto em Sarandi o “comércio, por exemplo, se retrai. E os proprietários e criadores temem a violência, o abuso e a expropriação” (*Correio do Povo*. 16/01/1962, p. 19.), no interior de Camaquã, a mobilização dos lavradores movimenta o comércio local e atrai curiosos.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Idem.

suas lideranças, buscando deslegitimar o todo através do particular, mesmo que de forma sutil.

Já o destaque acerca do pronunciamento do governador Brizola se deu em função das discussões em torno das acusações sobre agir por interesse pessoal no caso das mobilizações por terra no estado, nos casos Sarandi e Camaquã. É publicado a manifestação pública à imprensa do governador, conforme o trecho destacado:

Os alarmistas propagam, aqui e também no Rio de Janeiro, como é o caso do embaixador Batista Luzardo e do coronel Flodoardo Silva, notícias e intenções infundadas, que eu quero desmentir categoricamente. É o método dos que desejam encobrir a existência dos problemas. Certamente, desejavam que eu impedisse, pela força, movimentos reivindicatórios pacíficos, que não estavam e nem estão afetando a ordem pública. O que precisamos fazer é enfrentarmos a nossa realidade econômico-social, solucionando problemas e situações anti-sociais, para que todos, pobres e ricos, sem distinção de cor ou religião, possam ter uma oportunidade e alcançar um padrão de vida digno.¹⁹⁴

Com isso o governador apresenta uma outra perspectiva sobre as mobilizações dos agricultores, que no entender do governo do estado eram “movimentos reivindicatórios pacíficos” sem transtornos à ordem pública. Isso nos leva a questionar o clima de “intranquilidade” tão proferido pelas lideranças ruralistas e parlamentares. As ameaças parecem sempre encarnar formas fantasmagóricas; a “subversão”, “o comunismo”. O deslocamento do fenômeno ideológico - em abstrato - para eventos e fatos concretos se dá quando há articulação da classe trabalhadora buscando defender seus interesses, ou seja, quando acontece a construção da classe em si e para si. É uma tendência que pude identificar entre as manifestações anticomunistas patronais no início dos anos 1960.

Ainda no acompanhamento da VI Conferência Rural Brasileira, a comunicação do Prof. Dr. Saint Pastous durante a sessão solene de encerramento do encontro ruralista no Rio de Janeiro, como porta-voz dos ruralistas aos

¹⁹⁴ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Lavradores de Camaquã querem comprar terras que julgam pertencer ao Estado**”, p. 16.

representantes do governo federal, João Goulart e Tancredo Neves. Durante sua fala, a liderança ruralista identifica que o “país encontra-se, efetivamente, entre duas pontas de um dilema, entre os dois extremos de uma encruzilhada, com só uma alternativa: a salvação nacional”¹⁹⁵. Tece advertências ao governo sobre agentes subversivos e infiltrados que progridem, chamando-os de “forças desagregadoras”¹⁹⁶. E sobre a mobilização ruralista, relata:

Despertar da atitude contemplativa é acordar da inércia e da omissão; é emancipar-se o individualismo isolado, é criar nos valores próprios e reconquistar a consciência coletiva, a força moral, econômica e política que está predestinada ao ruralismo nacional, para assumir por direito de conquista a liderança nos destinos sociais da economia agrícola e pastoril do país.¹⁹⁷

“Assumir por direito de conquista a liderança nos destinos sociais da economia agrícola e pastoril do país”, era anúncio do despertar para a consciência de classe e na atuação em defesa de seus interesses que eram particulares e coletivos simultaneamente. Reconquistar “a força moral, econômica e política que está predestinada ao ruralismo”, ou seja, se lançando à reconquista de territórios simbólicos para alicerçar valores próprios, mas não só. A mensagem como sugerido ao apresentar a origem da fonte, se deu enquanto o porta-voz da classe, perante a classe e, para e diante do governo federal, representados na figura de João Goulart (Presidente da República) e Tancredo Neves (Primeiro Ministro), manifesta a disposição e organização de sua classe perante a sociedade civil e a opinião pública. A publicação de sua fala se encerra com a seguinte frase: “A esta altura dos acontecimentos, a pátria espera que cada um cumpra com o seu dever”¹⁹⁸.

Em sua manifestação de retorno do Rio de Janeiro, publicada na edição do dia 31 de janeiro de 1962, o sr. Saint Pastous afirma que o “problema da Reforma

¹⁹⁵ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Professor Saint Pastous: Aos ruralistas não faltam reservas humanas para aceitar renúncias**”, p. 4.

¹⁹⁶ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Professor Saint Pastous: Aos ruralistas não faltam reservas humanas para aceitar renúncias**”, p. 4.

¹⁹⁷ *Correio do Povo*. 26/01/1962 – “**Professor Saint Pastous: Aos ruralistas não faltam reservas humanas para aceitar renúncias**”, p. 4.

¹⁹⁸ Idem.

Agrária não é senão cortina de fumaça, destinada a desencadear perigosa agitação subversiva no País”¹⁹⁹. A frase “Reforma Agrária não é senão cortina de fumaça”, se repete no texto da matéria e somada ao título é proferida três vezes na breve nota sobre o posicionamento do Prof. Saint Pastous. Ele identificava, portanto, que na mobilização popular em torno da bandeira de reforma agrária residia o perigo.

3.3 O olhar da ideologia dominante: a política agrária de Brizola sob o espectro do anticomunismo

Ao analisar o conjunto de fontes classificadas do “*Correio do Povo*” de 1962 identificamos alguns temas se relacionando com a questão agrária. Durante o primeiro semestre, em especial, após o mês de janeiro de 1962, aparecem diversas matérias com o tema “reforma agrária”, como também o contínuo acompanhamento das atividades e debates promovidos pela FARSUL no estado. Surgem nesse momento as primeiras notícias acerca das formações de núcleos da FAG (Frente Agrária Gaúcha)²⁰⁰ em municípios do interior gaúcho, além de acompanhar os novos focos da luta camponesa, denominados “sem-terra” através das publicações do periódico.

Em relação às matérias sobre “reforma agrária” no periódico, observamos que as manifestações de representantes do ruralismo sul-rio-grandense, ou de

¹⁹⁹ *Correio do Povo*. 31/01/1962 - “**Prof. Saint Pastous: Reforma agrária não é senão cortina de fumaça**”, p. 16.

²⁰⁰ “A FAG, após constituída, parte para uma ação decisiva afim de organizar os camponeses gaúchos em sindicatos, na maioria dos municípios do Rio Grande do Sul. [...]”

Com uma proposta sindical conservadora, a FAG pretendia formar a consciência camponesa gaúcha dentro dos pressupostos doutrinários político-ideológicos que seus principais articuladores haviam formado a partir das interpretações da doutrina social cristã.

O combate aberto e declarado aos grupos de esquerda, como já mencionamos, foi uma das características da práxis sindical conservadora da FAG. Além disso, podemos destacar a forma centralizada das decisões que o movimento sindical assumiu, formas marcadas pela imposição do grupo pensante hegemônico da Igreja conservadora gaúcha, liderados pelo cardeal Dom Vicente Scherer e seus seguidores mais próximos como Dom Edmundo Kunz e Irmão Miguel Dario. Este último, da congregação religiosa dos irmãos Maristas, foi um dos maiores ativistas da FAG, e a ele coube a grande parte da organização e estruturação da FAG pelo interior do estado, bem como estar na frente do movimento sindical organizado e orientado pela FAG.” (BASSANI, 1986, p. 139, 142).

articulistas que se identificavam com a matriz ideológica, buscaram definir o conceito de “reforma agrária” retirando o sentido e relação *propriedade privada e desapropriação*²⁰¹. Distribuir terras seria ato “demagógico” do governo, sendo que a saída para o problema agrário, segundo a perspectiva patronal, eram os planos de “assistência técnica, de educação profissionalizante e assistência financeira” para os “homens do campo”. Sylvio da Cunha Echenique, ruralista pelotense, chega a afirmar em texto publicado no “*Correio do Povo*” que: “Não basta ter-se terra. Creio até que seja preferível ter-se capacidade técnica e relativo vigor monetário, que são fatores mais atuantes que a própria terra como propriedade”²⁰².

É feita a cobertura das atividades da FARSUL, ganhando destaque a movimentação do presidente da entidade, o professor Antônio Saint Pastous de Freitas, promovendo “um dos pontos principais nosso, que é o despertar na classe a consciência da iniciativa privada”²⁰³. Outra atividade que destacamos, são as notícias acerca da organização e fundação de núcleos da Frente Agrária Gaúcha pelo interior do estado, com auxílio de lideranças ruralistas, parlamentares e da Igreja católica, sobretudo, através das paróquias e padres nas localidades²⁰⁴.

Quanto aos “sem-terra”, é notificado no periódico os novos acampamentos emergentes reivindicando terras no estado ao longo do ano, gerando comentários e

²⁰¹ *Correio do Povo*. 09/02/1962 – “**Ruralismo reunido condena prática do governo gaúcho**”, p. 16; *Correio do Povo*. 09/02/1962 – “**A Reforma que o governo sabe que não resolve**”, p. 4; *Correio do Povo*. 17/02/1962 – “**Duas opiniões: O problema agrário não se resolve apenas com distribuição de terras**”, p. 7; *Correio do Povo*. 18/02/1962 – “**Clóvis Pestana: “Doar terra a uma parte da população não resolve o nosso problema agrário**”, p. 17; *Correio do Povo*. 11/03/1962 - **Uma Reforma Agrária cristã e democrática, não socialista**. p. 4; *Correio do Povo*. 23/03/1962 - “**Um estropício em acampamento de provisórios e a reforma agrária**”. Por Sylvio da Cunha Echenique. p. 14.

²⁰² *Correio do Povo*. 23/03/1962 - “**Um estropício em acampamento de provisórios e a reforma agrária**”. Por Sylvio da Cunha Echenique. p. 14.

²⁰³ *Correio do Povo*. 10/03/1962 – “**Incentivo à iniciativa privada: Os planos de ação da FARSUL estão sendo expostos na capital do país.**”, p. 16; *Correio do Povo*. 20/05/1962 - “**Saint Pastous presidirá hoje uma concentração ruralista em Livramento**”, p. 17; *Correio do Povo*. 25/05/1962 - “**FARSUL lançará campanha do associativismo rural**”, p. 11. Acompanhando as atividades nas viagens a Livramento e a Bagé.

²⁰⁴ *Correio do Povo*. 27/02/1962, p. 7 (XXI Congresso de Agricultores Católicos); *Correio do Povo*. 28/02/1962, p. N/I-14 (1º reunião entre os departamentos que compõem a FAG em POA); *Correio do Povo*. 11/03/1962, p. 3 (Fundação: Crissiumal); *Correio do Povo*. 20/05/1962, p. 3 (Fundação: Sarandi); *Correio do Povo*. 30/06/1962, p. 3 (Fundação: Arroio do Meio); *Correio do Povo*. 24/07/1962, p. 26 (1º Congresso dos Agricultores do RGS).

textos dos articulistas sobre a situação. O texto a seguir é de autoria de Dámaso Rocha, publicado em maio de 1962. Nele o autor, estabelece de forma explícita os argumentos de que o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, estaria se valendo das “agitações” para proveito próprio, manifestado no seu “tardio interesse pela reforma agrária”²⁰⁵. Consta na fonte que,

Aos olhos surpresos de todos, foi criado da noite para o dia pelo próprio prefeito de Nonoai, primo irmão do governador, o caso da Fazenda Sarandi, numa imitação do que estava ocorrendo no Estado do Rio, mais pela ação dos grileiros que pela exigência de agricultores sem terra. [...] E acabou-se por inventar essa figura caricata, em termos políticos, que é o “sem-terra”, com furor reivindicatório, versão modernizada dos nossos antigos “provisórios” sempre solícitos às arregimentações de emergência.

[...]

O que de tudo isso se conclui, sem muito esforço, é que de reforma agrária o que apenas interessa ao governador é o seu proveito político. E mais do que isto, o instrumento de agitação que ela comporta. O seu desmedido apetite com que dela procura tirar a maior vantagem possível, nos últimos meses de mandato, explica tudo aquilo que para muitos poderá parecer ainda confuso e incompreensível.

[...]

Insinuou mesmo a possibilidade dos estudantes paulistas virem a se engajar em movimentos armados. Naquela oportunidade, ao declarar que todos teriam a sua função, lembrou a figura de Fidel Castro e disse que o fracasso da revolução cubana representaria cem anos de retrocesso para a América do Sul.

Pois bem, é nesta órbita continental que pretende navegar. Aliás, um dos jornalistas chineses do regime de Mao Tse-tung, que aqui estiveram, e que ouviram em chinês as irradiações dos “porões da legalidade”, lisonjeou-o ao considerá-lo um “autêntico líder sul-americano”.

[...]

O plano geral de agitação na América do Sul, através de guerrilhas, é tão ameaçador que o nosso Exército não está indiferente ao seu desenvolvimento. [...] E a vinculação do Brasil com demais repúblicas do Continente nesse plano de agitação é tão visível, que os treinamentos militares deslocam-se até as fronteiras mais longínquas, como as regiões do Brasil Xingu, Brasil Central, selvas do Mato Grosso, etc. Até índios estão sendo empregados nos adestramentos de contra-ataques às guerrilhas.

²⁰⁵ *Correio do Povo*. 11/05/1962 - “**Movimentos de libertação e a falsa reforma agrária**”, p. 4.

Depois disso, tornam-se mais claros a pressa e os atropelos do governador no preparo das suas milícias camponesas, com que “arrancará tocos e raízes” de uma ordem político-social caduca, para “acelerar a marcha da História”.²⁰⁶

Podemos observar que o discurso do articulista descreve Brizola próximo ao que seria uma liderança comunista e revolucionária. Desenvolve, sobretudo, uma leitura sofisticadamente simplista do processo histórico em curso que reduz a questão agrária estadual aos “interesses ocultos” do governador. Logo no começo do texto, o autor estabelece uma relação que sugere que os “sem-terra” seriam uma caricatura inventada, ignorando as massas de agricultores despossuídos nos campos gaúchos. Sua crítica estava voltada ao governador, que estaria usando da “reforma agrária” como “instrumento de agitação” e promoção própria. Na segunda metade do texto, dispomos de uma evidência do filtro ideológico anticomunista cunhando o discurso do interlocutor.

Se o articulista realmente acreditava que naquele momento histórico, o governador do estado do Rio Grande do Sul representava uma potencial ameaça “subversiva”, “revolucionária” ou “comunista”, é difícil dizer. No entanto, cabe o nosso olhar a esse filtro que trabalha na construção da ameaça iminente, que cria e gera identificação com facilidade de Brizola às guerrilhas, à revolução, à Mao Tse-tung e à Fidel. Ou seja, ao *perigo vermelho*. Difícil precisar se esse fato representa a crença do articulista, assim como de outros grupos que se manifestaram de maneira parecida, fazendo o uso de terminologia aproximada, por vezes idênticas, ou, se o uso deste recurso, para além do fato de crer ou não naquilo que diziam, vincula-se a uma perspectiva contrarrevolucionária/reacionária que não aceitava que a organização dos trabalhadores pautassem as políticas de Estado. Uma coisa, não necessariamente, exclui a outra. Ao contrário, o uso prático do anticomunismo de ver “comunismo” em todo o *diferente* se associa à crença na veracidade da possibilidade, ou seja, que na possibilidade de ameaça, já há ameaça. Esse talvez

²⁰⁶ *Correio do Povo*. 11/05/1962 - “**Movimentos de libertação e a falsa reforma agrária**”, p. 4.

seja um dos alicerces da conspiração anticomunista, agir contra tudo aquilo identificado como “comunista”²⁰⁷.

A primeira resposta do governador às acusações vem logo após a VI Conferência Rural Brasileira, publicada 1º de fevereiro de 1962, a segunda seria publicada no dia 4 de fevereiro. Eram públicas, naquela ocasião, as posições da classe dominante rural que em síntese publicada nas páginas do “Correio”, era afirmado: “não se revelaram contrários a uma reforma da estrutura agrária brasileira, mas declararam não concordar com a “ação subversiva e demagógica”²⁰⁸. Consta na íntegra a “carta às críticas”,

Posso assegurar a V. Exa. que nenhum outro motivo inspirou o Governo do Rio Grande do Sul no ato de desapropriação da Fazenda Sarandi senão os princípios de justiça social e de desenvolvimento econômico do meu Estado. Milhares de agricultores autênticos aqui vêm reclamando terra para trabalhar e produzir. Fazenda Sarandi é uma grande área improdutiva, cerca de 24 mil hectares, cujos proprietários residem no Uruguai, apenas explorando a reserva florestal, foi desapropriada com rigorosa observância das formalidades legais para ser colonizada e dividida em pequenas propriedades produtivas. O que está escandalizando certas

²⁰⁷ Em uma das reportagens da série especial sobre a reforma agrária publicada por Rui Facó, no “*Novos Rumos*” entre março-abril de 1962, o repórter ao conversar com moradores e trabalhadores da cidade de Uruguaiana, na fronteira oeste do estado, nos traz um caso que elucida a praticidade do uso do anticomunismo pelo patronato. Nos relata a situação de brasileiros trabalhando numa madeireira argentina, sem direitos trabalhistas: “- Quando apresentamos a carteira de trabalho, eles respondem: Documento comunista não vale!”. E na mesma reportagem, conversando com um estancieiro alegretense apresentado como “velho Gregoriano”, temos o seguinte diálogo quando perguntado sobre reforma agrária:

-“Reforma Agrária é roubalheira!... O comunismo assim vai muito bem!...

- Não vai atender ao apelo do Brizola e dar dez por cento de suas terras?

- Não! Tenho muito a quem dar... E a reforma agrária não sai coisa nenhuma! Se o Estado distribuir as terras dele, aí está muito bem... Eu principiei com 4 quadras e meia e 107 reses. As terras que possuo foram compradas, não são as antigas sesmarias. Muitas delas eram pequenas propriedades...

- Mas os peões estão saindo das fazendas para as cidades, mesmo quando não encontram trabalho ali...

- Porque são uns vagabundos! Só querem fumar e beber. Ora, um cigarro custa quanto? Um mil-réis. Se não fumassem, guardavam o dinheiro e ficavam ricos. No tempo do Império nunca houve fome.” (“*Novos Rumos*”. “**Multiplicam-se as Associações Dos Sem-Terra no Rio Grande**”. Rio de Janeiro, semana de 30 de março a 5 de abril de 1962, p. 7).

²⁰⁸ *Correio do Povo*. 09/02/1962 – “**Ruralismo reunido condena prática do governo gaúcho**”, p. 16.

mentalidades de que é exemplo o embaixador Batista Luzardo é a simples execução de inequívocos mandamentos constitucionais, mentalidades que teimam em não reconhecer que os direitos outorgados pela constituição pertencem a todos os brasileiros e não apenas para a minoria e que todos somos iguais perante a lei. Quanto aos antecedentes citados por V. Exa. que inclusive teriam inspirado o governo deste Estado a cometer atos de represália contra os proprietários da referida Fazenda, apenas reproduzem velhas explorações políticas que na época visavam atingir o doutor João Goulart e a mim. Naquele tempo, qualquer empreendimento ou iniciativa era logo taxado de negociata pelos falsos moralistas e democratas tipo Lacerda que felizmente hoje estão expostos à execração pública por consequência de sua própria atuação.²⁰⁹

Os fatos remetem à desapropriação da “Fazenda Sarandi” em Nonoai. De fato podemos observar que após os acontecimentos de janeiro, as oposições ao governo personalizaram os embates políticos, atribuindo à figura de Brizola a alcunha de “demagógico/demagogo” e beneficiário das “agitações”.

Chama a atenção dentro desse processo histórico em curso o esforço de cunhar o “comunismo/comunista” através da perspectiva anticomunista. Uma questão significativa dessa problemática seria: o conceito de “comunismo” porta os valores comunistas edificados através da tradição marxista (o materialismo histórico dialético), ou, o conceito carrega consigo a difamação/distorção anticomunista? Eis, a batalha ideológica no cerne da compreensão do próprio conceito. E isso, ao meu entender, é estendido – se busca com esforço, ao menos - ao conceito de “Reforma Agrária”, que torna-se disputável (seu caráter, seu sentido) no interior da luta de classes brasileira, em especial, entre o patronato rural sul-rio-grandense, os sem-terra e o governo do estado do Rio Grande do Sul.

As matérias de divulgação do “XXI Congresso de Agricultores Católicos”, no município de São Sebastião do Caí, na localidade chamada “Bom Princípio”, trazem algumas evidências desse esforço em interpretar o “marxismo-leninismo” pelos setores anticomunistas. Dentro da programação estava contida as palestras: “Definição da Doutrina Marxista-Leninista”, pelo teólogo Urbano Zilles; “Por que a Igreja não pode aceitar o Comunismo”, pelo Padre Tarcísio Scherer²¹⁰. Na ocasião,

²⁰⁹ *Correio do Povo*. 01/02/1962. “Refutando críticas: Governador dirige-se aos srs. Krieger e Baleeiro”, p. 16.

²¹⁰ *Correio do Povo*. 20/02/1962 – “Ref. Agrária em bases técnicas com planejamento”, p. 20.

Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, fez fala no encerramento do congresso, onde definiu o que seria um “programa agrário comunista”, publicado no “*Correio do Povo*” do dia 20 de fevereiro de 1962:

Durante estes três dias, se vos fez sucinta e clara exposição da doutrina marxista e comunista. Nesse regime, os agricultores perdem a sua propriedade e não passam de assalariados que trabalham para o Estado, de acordo com o princípio comunista básico de que todas e quaisquer meios de produção, entre os quais se destaca a própria terra, não podem ser explorados por particulares, mas necessariamente pertencem ao Estado. A assim denominada “reforma agrária” para os comunistas, tem como objetivo transferir, progressivamente, para o Estado onipotente todas as propriedades agrícolas. Na primeira etapa são espoliados os grandes proprietários e suas terras são distribuídas entre agricultores: na fase seguinte, as propriedades médias tem o mesmo destino e, por fim, os donos de pequenas glebas perdem a sua propriedade e o direito ao fruto do seu trabalho. O governo os compelirá a formar granjas coletivas de limitado número de famílias e todas trabalharão para o Estado, que sempre se considera dono da colheita.²¹¹

A liderança eclesiástica sul-rio-grandense relaciona “comunismo”, “Estado” e “propriedade” em seu alerta aos agricultores. Mais uma vez aparece a representação de um Estado que colocaria os camponeses a seu serviço, negando-lhes a propriedade da terra e se apropriando de suas colheitas, desenvolvendo um ritmo de “espoliação” que abarcaria do grande ao pequeno proprietário de terras, onde no fim, “os os donos de pequenas glebas perdem a sua propriedade e o direito ao fruto do seu trabalho”. Ao acompanhar os destaques do que foi abordado no “XXI Congresso de Agricultores Católicos”, observamos que foram debatidos outros temas relevantes aos agricultores, como sindicalização no campo e direitos trabalhistas.

²¹¹ *Correio do Povo*. 20/02/1962 – “**Discurso do Arcebispo**”, p. 20.



("Cinco mil pequenos agricultores, provindos dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, participam do "XXI Congresso de Agricultores Católicos". No flagrante acima, um aspecto parcial da assistência. *Correio do Povo*. 27/02/1962, p. 7)

*

No mês de novembro, ao retornar para o Rio Grande do Sul, o embaixador Batista Luzardo faz visita ao sr. Breno Caldas na sede do "*Correio do Povo*", sendo a "conversa/entrevista" publicada no periódico. É notória a manifestação pública do embaixador que, ao lançar conceitos chave da luta política e articular noções difundidas pela perspectiva anticomunista, convoca sua classe para a reforma. Mas que tipo de reforma?²¹² Conforme o publicado, consta as palavras do embaixador:

Não posso esconder meus receios diante de uma luta de classes que venha a agitar ou mesmo revolucionar o meio rural, desorganizando a produção, com as mais sérias consequências para o povo. Por isso, deixo aqui o meu apelo aos companheiros da lavoura e da pecuária

²¹² Em matéria publicada no "*Correio do Povo*" acompanhando as reuniões da FARSUL, é noticiada a posição de Oscar Carneiro da Fontoura, futuro Presidente da FARSUL entre 1963-1965: "não propriamente uma reforma agrária, porque pouco ou nada haveria a reformar, [...]. Afirmam os pregoeiros de idéias subversivas que a reforma agrária ainda não saiu porque à ela se opõem os homens do campo. Não é verdade; os homens do campo desejam à reforma agrária. Desgraçadamente, porém, os pequenos produtores não podem ser assistidos. E de nada adianta repartir terras sem a garantia dos recursos necessários à solução do problema. [...]"

Demonstraremos que não somos, como nos acusam, reacionários e anti-progressistas." (*Correio do Povo*. 18/07/1962 - "**FARSUL pedirá imediata aprovação da Lei agrária ao novo governo**", p. 16).

no sentido de empreenderem os maiores esforços pelo fortalecimento da classe rural, pela renovação da mentalidade, ajustada à hora presente, que exige maior justiça econômica e social. (*Correio do Povo*. 07/11/1962 – “**Receio de que a luta de classes agite o meio rural, desorganizando a produção**”, p. 16)

Vejamos, segundo a perspectiva do eminente ruralista a “luta de classes” teria a potência não só de “agitar” mas até mesmo de “revolucionar o meio rural”, o que era compreendido enquanto um risco, que poderia acabar “desorganizando a produção, com as mais sérias consequências para o povo”. O tema da “desorganização agrária” provocada pelas “agitações” e enquanto resultado da “revolução agrária” é recorrente dentro do imaginário anticomunista. Cabe salientar algo subentendido, que é a relação com a propriedade da terra. A noção que o embaixador usa quando diz que não pode “esconder [seus] receios diante de uma luta de classes [...]”, perpassa as relações de produção, sem dúvidas, mas sobretudo as relações de propriedade da terra, em especial, na sua forma-conteúdo específica: a propriedade privada da terra. O “respeito intransigente ao sagrado direito à propriedade privada”²¹³, contido no *Relatório da Diretoria* da FARSUL, afirmava que “sem a garantia da propriedade individual, não há liberdade”²¹⁴.

O trecho da conversa do embaixador Batista Luzardo com Breno Caldas, publicada em novembro de 1962, dialoga, indiretamente, com outro texto publicado no mês de novembro de 1962 no “*Correio do Povo*”, de autoria de Luiz Fernando Cirne Lima²¹⁵, que na ocasião dava sua opinião sobre a política agrária no estado do Rio Grande do Sul sob o governo do PTB, personificado na figura de Brizola:

²¹³ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. p. 38. Acervo da Farsul.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Luiz Fernando Cirne Lima, 1º Secretário da Farsul entre 1959 e 1961. Engenheiro agrônomo, Cirne Lima “realizou estágios de estudos e observações na Argentina e obteve bolsa de estudos, permanecendo 45 dias nos EUA, em programas de visitas e observações às mais importantes Universidades.” Em 1955, passou a atuar no Serviço de Seleção Bovina do referido Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura: “No ano seguinte, convidado pelo Professor Geraldo Veloso Nunes Vieira, ingressou no magistério superior, como assistente da 1ª cadeira de Zootecnia da Faculdade de Agronomia e Veterinário de Pôrto Alegre, realizando no mesmo ano, sucessivamente, os concursos de Instrutor de Ensino e Livre Docência.” Ressalto que posteriormente Cirne Lima se tornou Ministro da Agricultura do governo Médici (1969-1973). Os dados apresentados indicam que a maioria destes dirigentes se dedicaram à diferentes áreas de estudos e pesquisas sobre temas relativos ao mundo rural, conforme evidencia sua produção literária, o que garantia à eles – e à própria Federação - um capital simbólico significativo, por estarem amparados em um

“A “reforma agrária” pretensamente iniciada ou levada a efeito no Rio Grande, serviu, no entanto, como generosa propaganda para um político da atual situação em sua candidatura em outro Estado da Federação.

No centro do país em diversas fontes se publicou que no Rio Grande estava se levando a efeito uma “reforma” avançada e quase comunista, na mesma linha da revolução cubana ou mesmo da soviética.

Como matéria para o jornalismo político do centro do país a reforma agrária aqui agitada teve grande êxito. Teve sucesso porque existem em diversas zonas do Brasil, gravíssimas injustiças sociais no ambiente rural e aquele que, sinceramente, falar a esses oprimidos terá resposta favorável nas urnas eleitorais.

[...]

Num Estado como o Rio Grande do Sul, celeiro generoso de um país como o Brasil, colocar o centro da questão agrária na “propriedade” da terra, visava desde logo, afastar o problema da discussão em torno do “USO DA TERRA” que é, afinal de contas, sob todos os aspectos, aquilo que interessa.” (*Correio do Povo*. 23/11/1962 - “Reforma Agrária agora mais do que nunca”, p. 6)

O autor toca em pontos importantes. Aparece a relação “reforma agrária” como “propaganda política” para Brizola concorrer o cargo de deputado federal pela Guanabara, onde foi eleito com 269.384 votos em 1962, sendo o deputado estadual mais votado naquelas eleições do estado²¹⁶; as notícias no centro do país que a “reforma avançada” promovida no Rio Grande do Sul era “quase comunista”; o “uso da terra” ao invés de “propriedade da terra” como central à questão agrária. São posições que se alinham com as lideranças ruralistas vinculadas à FARSUL, especialmente no que tange ao problema “propriedade da terra e seu uso”.

Contrários às desapropriações do governo Brizola, lideranças ruralistas, como o então presidente da FARSUL, Antônio Saint Pastous, um dos porta-vozes mais influentes da classe, se posicionaram na defesa de uma “reforma” das técnicas de exploração da propriedade agrária. Isso significaria a expansão do capitalismo no campo, buscando o aumento da produtividade da exploração agrícola e articulando

repertório técnico advindo de sua atuação profissional. (GASPAROTTO, op. cit., 2016, p. 102-103). L. F. Cirne Lima é filho de Ruy Cirne Lima, outro importante ruralista gaúcho.

²¹⁶ Tribunal Superior Eleitoral. Candidatos Eleitos Período de 1945 a 1990. Disponível em: << <http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1:547022170749004> >>. Acesso em: 03/02/2020.

com as reivindicações e necessidades das classes trabalhadoras. A ideia central seria amenizar os focos de “agitações”, para tal, a defesa da “humanização” das relações entre trabalho e capital e a constituição de uma classe média rural. Essa é uma discussão vasta, que perpassa diversos temas, dentre os quais, encontram-se os direitos trabalhistas e o direito a sindicalização do trabalhador rural. A questão central, tanto de ruralistas como do governo, era a elevação dos níveis de vida da população rural, no entanto, enquanto o governo buscava soluções para as massas de agricultores sem-terra, os setores dominantes agrários os denominavam enquanto um grupo caricato, sujeitos das “agitações” de terceiros. E essa é uma questão importante, a “reforma agrária” que as classes dominantes do estado estavam gestando era para aqueles que já possuíam terra – impulsionando suas condições de reprodução e progresso através de programas educacionais, assistência técnica e financeira, saneamento básico, acesso às sementes, fertilizantes e maquinários. Por sua vez, não haveria modificação do *status quo*, ao contrário, faria sua manutenção através da “modernização” da estrutura agrária.

O uso anticomunista do conceito de “comunismo/comunista”, desta vez, se dá associando o programa agrário do governo estadual com as transformações do mundo rural nas revoluções Cubana e Russa. Já tivemos a oportunidade anteriormente de trabalharmos o que esse imaginário representa dentro do espectro ideológico anticomunista, nos cabe então perguntar: por que o governo de Leonel Brizola – mesmo com esse nunca se declarando comunista, ao contrário inclusive, disputava através do PTB a hegemonia no campo da luta popular com o PCB²¹⁷ – foi alvo e tão utilizado como foco da propaganda anticomunista?

Ao nosso entender, alguns fatores do contexto e do processo histórico contribuem para essa associação. O destaque que Brizola ganha após a “Campanha da Legalidade” nacionalmente como uma liderança política significativa; a mobilização das massas trabalhadoras, seja de forma direta ou indireta, na reivindicação das reformas políticas; o compreendido entre os setores patronais como “fortalecimento das esquerdas” enquanto o PTB estava no governo, favorecendo, segundo eles, os “comunistas” dentro do aparato de Estado; os acampamentos de agricultores sem-terra e o MASTER no Rio Grande do Sul,

²¹⁷ As disputas em torno da hegemonia dentro do MASTER, por exemplo, é significativa para compreender a complexidade da luta política do período. Ver: ECKERT, 2009.

produzindo novas formas de luta pela terra no estado; o caso da encampação de uma subsidiária da Bond and Share – multinacional norte-americana -, responsável pela distribuição da rede de energia elétrica no estado do Rio Grande do Sul; as desapropriações, em especial, o caso da “Fazenda Sarandi”, no município de Sarandi, e do “banhado do Colégio”, no município de Camaquã; e a política agrária do governo estadual, com o IGRA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária) enquanto uma das principais instituições criadas para promover a reforma agrária no estado. E em âmbito nacional tínhamos o cenário conturbado em torno dos conflitos do regime político sob o governo de João Goulart, que retornaria ao presidencialismo em 1963 através de plebiscito popular. Tudo isso sob o espectro das disputas ideológicas da Guerra Fria, onde o “comunismo” era uma força material concreta e de expressão geopolítica internacional.

E sobretudo, a perspectiva de mudança real. Transformações nas relações sociais que permeavam desde os direitos dos trabalhadores rurais ao setor produtivo – o compreendendo em sua abrangência: produção, distribuição e consumo. E ainda, a possibilidade de acesso e propriedade da terra à novas famílias, considerando que com a concentração da propriedade da terra se estabelece não apenas a concentração de riqueza, mas sobretudo a concentração de poder.

As eleições de 1962 foram marcadas por uma intensa disputa eleitoral no estado do Rio Grande do Sul. O resultado foi a vitória do candidato do PSD Ildo Meneghetti, sobre o candidato do PTB Egídio Michaelsen²¹⁸. Além de governadores, as eleições de 1962 elegeram senadores e deputados estaduais, destacando a atuação da ADEP (Ação Democrática Popular) enquanto bloco de oposição ao governo petebista, representado nas figuras de Brizola e João Goulart. A ADEP era composta pelos partidos PSD, UDN, PL, PRP e PDC no Rio Grande do Sul e aproximava-se ideologicamente da perspectiva do complexo IPES/IBAD. E nesse sentido, conforme Gasparotto:

A questão eleitoral também se revela importante para pensar a atuação da Farsul naquele momento. A entidade já contava com uma rede de representantes significativa na esfera político-partidária,

²¹⁸ Michaelsen era advogado e dirigente do “Banco Agrícola Mercantil S.A.”, juntamente com Kurt Weissheimer e Emílio Kaminski. Cf.: Gasparotto, 2016, p. 190.

especialmente na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, onde vários deputados atuavam na defesa dos seus interesses. No entanto, a partir de 1962 o envolvimento dos ruralistas nos pleitos eleitorais passa a ser defendido como uma estratégia para a defesa dos “interesses da classe.” Na Concentração Rural de Santa Maria, surgiu a proposta de constituir um “Movimento Ruralista”, “com poderes para influir decisivamente nos resultados das eleições de âmbito municipal, estadual e federal, quer diretas ou indiretas.”²¹⁹

Temos, portanto, a mobilização das chamadas “classes produtoras” – o patronato; as classes agrárias dominantes – em torno do pleito eleitoral. A possibilidade do fortalecimento das esquerdas era concreta para os setores das direitas organizadas sob o espectro político da Guerra Fria. Sabemos através de diversas pesquisas como as de DREIFFUS (1981), GASPAROTTO (2016), OLEGÁRIO (2018), MORAES (2012), REBELLO (2014), por exemplo, que o financiamento por parte dos setores dominantes, ou seja, dos fazendeiros e dos empresários (comerciantes, industriais e banqueiros), foi abundante e, inclusive, com casos de repasse de “investimentos estrangeiros” através do complexo IPES/IBAD. A candidatura de Ildo Meneghetti contou com este “suporte logístico”²²⁰.

O começo do ano de 1963 se deu com mudanças no governo do Estado sul-rio-grandense, com o posto de governador assumido por Ildo Meneghetti do PSD (Partido Social Democrático) após as eleições ocorridas em outubro de 1962. Com isso, temos novas políticas de governo em relação a questão agrária e a reforma agrária estadual. Conforme aponta a pesquisa de REBELLO (2014) “Meneghetti herdara de Brizola, ao assumir o governo, um Estado com alto grau de mobilização pela Reforma Agrária. [...] no seu primeiro dia de mandato, por exemplo, o governador viu-se pressionado pela formação de um acampamento do MASTER em área denominada Passo Feio [...]; sendo a repressão ao Passo Feio uma espécie de laboratório para as futuras ações do seu governo”²²¹.

O cerco aos acampamentos, os incêndios às moradias temporárias dos acampados e a violência policial foram traços da nova postura do governo estadual.

²¹⁹ GASPAROTTO, op. cit., 2016, p. 193.

²²⁰ Sobre a questão o financiamento da campanha de Meneghetti, ver: GASPAROTTO, op. cit., p. 194-195.

²²¹ REBELLO, Tiego. **Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora**. Dissertação (Mestrado). PUC-RS: Porto Alegre, 2014. p. 45.

A questão agrária como questão de polícia fortifica-se dentre os anos de 1963 e 1964. Os acampamentos que surgem nesse período são constantemente vigiados, mesmo assim os camponeses seguiriam mobilizando-se no Estado, em municípios como Sapucaia, Novo Hamburgo, Giruá, São Luiz Gonzaga, Torres, Osório, Bagé, por exemplo. Em alguns casos, como na mobilização em Guaíba (ECKERT, 1984), a repressão se deu de forma “preventiva” com deslocamento de tropas da Brigada Militar para garantir a ordem na região, utilizando-se de opressão pela fome, cercando o acampamento, como tática repressiva.

O Assessor da Secretaria de Segurança de Meneghetti, o Cel. Gonçalino Curió de Carvalho, que atuava como observador do governador, foi acusado pela imprensa gaúcha de atos de repressão aos acampamentos dos sem-terra em diferentes momentos do ano de 1963. No caso de “Passo Feio”, em fevereiro de 1963 através do *Última Hora*, consta que:

O acampamento dos “sem terra” foi arrasado e incendiado; líderes sindicais pôrto-alegrenses que para lá se dirigiam, levando mantimentos para os acampados, foram presos e trazidos para a capital; e o prefeito de Nonoai, sr. Jair Calixto, está praticamente prisioneiro em seu gabinete de trabalho, com a cidade ocupada por brigadianos.²²²

O movimento de reivindicação por terras no estado por parte dos agricultores começa a ser tachado enquanto “agitadores”, “subversivos” e ainda nos primeiros meses de 1964 já acontecem os primeiros fichamentos dos acampados como “comunistas” pelos agentes policiais encarregados da repressão. Rebello (2014) destaca ainda o silenciamento do periódico “*Correio do Povo*” à repressão aos acampados em diversas localidades do Estado gaúcho. O próprio governador quando questionado publicamente sobre a questão, dizia desconhecer os fatos ocorridos, gestando uma espécie de “repressão dissimulada” ao movimento dos agricultores sem-terra por parte do governo estadual. Conforme Rebello dialogando com Córdula Eckert:

²²² *Última Hora*. 19/02/1963. p. 12. In: REBELLO, op. cit., p. 49.

Para a autora, o fato do governador “não assumir a responsabilidade da repressão, pelo contrário, oficialmente a repudiava e, inclusive, a condenava”, gerou dificuldades aos movimentos sociais, especialmente o MASTER, de combater os atos repressivos e a impunidade só os fomentou. (ECKERT, 1984, p. 296 apud REBELLO, 2014, p. 90).

Outro fator importante foi a atuação do IGRA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária), que ao invés de proporcionar o diálogo entre os agricultores e o Estado em função das zonas pretendidas, visou “silenciá-los em nome da “ordem” e da “democracia”, colaborando para isso com as forças policiais do Estado”²²³. O IGRA teria praticamente todos os seus funcionários vinculados ao governo anterior, exonerados já nos primeiros dias do governo Meneghetti. Importante destacar ainda que, “apesar do governador tentar se desvincular das práticas repressivas ele estava à frente do comando da Brigada Militar, assim como determinava a primeira medida do seu governo por meio de decreto”²²⁴.

As tensões foram se acirrando ao longo do final de 1963 e início de 1964. A noção que estava em curso uma “grande conspiração por parte dos comunistas” permeava a cúpula do governo Meneghetti. O “Grupo dos Onze”²²⁵ seria uma justificativa para as forças anticomunistas e serviria enquanto bode expiatório para a

²²³ REBELLO, op. cit., p. 60.

²²⁴ Idem. p. 91.

²²⁵ O “Grupo dos Onze” ou “Grupo dos Onze Companheiros” foi um movimento inspirado por Leonel Brizola (1963), quando este era deputado pelo estado da Guanabara. Tinha como objetivo, como nos conta um dos seus militantes, “evitar que o Brasil saísse dos trilhos da democracia, e levar adiante os avanços econômicos, sociais e políticos iniciados por Getúlio Vargas” (GONZALES, 2010, p. 98. In: PADRÓS et al. 2010). No Rio Grande do Sul temos evidências de que o “Grupo dos Onze” atuou especialmente em torno da luta pela terra em função da reforma agrária, sendo o rádio o principal meio de divulgação do movimento. Em trabalho desenvolvido junto ao nosso grupo de pesquisa sobre memórias camponesas, podemos constatar alguns indícios acerca da repressão sobre os militantes vinculados ao “Grupo dos Onze” no estado do Rio Grande do Sul, sendo perseguidos no imediato pós-golpe sob a alcunha de “comunistas”. Seus processos se encontram no acervo público de Porto Alegre como requerentes de indenização amparados na Lei 11.042 de 18 de novembro de 1997, referente a indenização para aqueles que foram perseguidos e presos e sofreram algum tipo de tortura física e/ou psicológica por parte do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda sobre o “Grupo dos Onze”, encontramos um “Airgram” da embaixada norte-americana intitulado “Brizola’s Pamphlet on “Nationalist Commandos”, de janeiro de 1964. Neste documento consta uma tradução para o inglês do “panfleto” organizativo do “Grupo dos Onze”, contém 10 páginas e está assinado por Leonel Brizola com a data de 29 de novembro de 1963. (“Brizola’s Pamphlet on ‘Nationalist Commandos’” (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library). Disponível em: <<
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346006/> >>. Acesso em: 11/04/2020.

conspiração por parte das forças golpistas que já tramavam contra a democracia brasileira e o governo de João Goulart.

O ato que por fim parece culminar toda a reação ruralista concentrada desde os anos anteriores se deu durante o comício da *Central do Brasil* na ocasião da assinatura do “decreto da SUPRA” pelo então presidente João Goulart²²⁶. De acordo com Gasparotto (2016), a FARSUL acionou diferentes mecanismos com o objetivo de se contrapor ao decreto: “manifestações e pronunciamentos na imprensa, envio de telegramas a autoridades, realização de grandes concentrações e manifestações públicas”²²⁷. A historiadora identifica que publicamente, os ruralistas identificavam como ameaçados não apenas o direito de propriedade, mas também, os “valores da família, do cristianismo, da própria pátria”²²⁸.

No dia 03 de março de 1964 foi publicado no “*Correio do Povo*” um telegrama do então presidente da FARSUL, Oscar Carneiro da Fontoura, endereçado ao Presidente da República e aos presidentes da Câmara e do Senado pedindo a não promulgação de tal projeto, que promoveria, segundo a perspectiva da liderança da FARSUL, um clima de “agitações preconizadas por um grupo de maus brasileiros”:

²²⁶ “Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. [...] Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos de dívida pública e a longo prazo. Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo e os interesses da Nação, que a ela cabe assegurar, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas. [...] Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro.” (Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Documento disponível em: << <http://www.institutojoaogoulart.org.br/> >>.

²²⁷ GASPAROTTO, op. cit., p. 254.

²²⁸ Idem.

O projeto da SUPRA estimulará, sem dúvida, êsses atentados, além de trazer sérios entraves às transações de imóveis rurais atingidos, cujos proprietários não poderão sequer realizar melhorias temerosos de futuras desapropriações. A maioria dos elementos utilizados para essas invasões de terras é composta de pseudo-agricultores, comandados por conhecidos agitadores comunistas, lamentavelmente estimulados e estipendiados por órgãos oficiais ou oficiosos do govêrno Federal, que estão aguardando a promulgação do decreto referido para a promoção de invasões generalizadas nas faixas declaradas de utilidade social. Isto dará margem a justas reações por parte dos proprietários, que estão dispostos a defender de qualquer maneira seus legítimos direitos.²²⁹

Essas “justas reações” incluíam a possibilidade dos proprietários se armarem para defender suas terras dos “invasores”. Além de ter um grau de repressão acentuado por parte do novo governo estadual ao movimento dos agricultores sem-terra organizados, diferentes agências foram acionadas a atuarem conjuntamente na repressão, como no caso do IGRA mencionado anteriormente. Poderíamos ainda mencionar a SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que segundo Rebello (2014) teria se colocado de forma ambígua durante os conflitos nas reservas indígenas no norte do estado. No entanto, uma passagem destacada pelo autor do jornal *Última Hora* é bem ilustrativa do que se desenvolveu no Rio Grande do Sul daqueles anos:

PELOTAS, 22 (UH) – transportados em caminhões e camionetas dos próprios fazendeiros, 40 soldados da Brigada Militar, pertencentes ao Batalhão Policial aqui sediado, seguiram ontem para Tapes, onde, segundo denúncias dos proprietários da gleba 400 camponeses sem terra ameaçam invadir a Fazenda Santo Antônio naquele município.

[...]

Às 14 horas de ontem, ainda em veículos dos donos das terras, seguiu mais um reforço de 20 homens da Brigada fortemente armados.²³⁰

Fica nítida a mudança na forma com que os órgãos de segurança pública atuaram desde as primeiras ocupações no ano de 1962 até os primeiros meses de 1964. Se nas primeiras mobilizações, ocorridas durante o governo de Leonel Brizola,

²²⁹ *Correio do Povo*. 03/03/1964. p. 20.

²³⁰ *Última Hora*. 22/02/1964, p. 3. In: REBELLO, op. cit., p. 81.

a BM era acionada pelo governador para salvaguardar a ordem e garantir que as ocupações na beira das estradas estivessem seguras dentro de suas reclamações, garantido, contudo, que as propriedades reivindicadas não fossem ocupadas, durante o primeiro, em especial, o segundo ano de governo Meneghetti (1964), as forças públicas de segurança atuaram diretamente articuladas com as forças patronais do campo sul-rio-grandense. Não será por acaso, certamente, os casos com generais das Forças Armadas em campo, à cavalo, atuando na repressão e desmantelamento de acampamentos do movimento dos agricultores sem-terra no Estado²³¹.

Cabe por fim, destacar que se definia e consolidava-se a articulação entre Estado, Forças Armadas e classes dominantes rurais – e urbanas – em torno de uma coalizão anticomunista que via no governo representado por João Goulart e nos movimentos sociais no campo as maiores ameaças à ordem. O golpe de 1964, nesse sentido, ganhava o caráter de classe instaurando uma ditadura que perduraria por mais de duas décadas.

²³¹ No interior de Bagé, em março de 1964 “à frente de um pelotão do Exército armado de mosquetões com baioneta calada, o próprio general Hugo Garrastazú, comandante da 3.^a Divisão de Cavalaria, expulsou sexta-feira as 30 famílias de camponeses sem terra que estavam acampadas no Passo da Morte, a 15 metros da Fazenda Experimental 5 Cruzes, neste Município. O comandante da 3.^a DC estava acompanhado, ainda, do coronel Osmar Mendes Paixão Côrtes, comandante do 3.^o RA Cav-75, e do major Fleury.” (*Última Hora*. 02/03/1964, p. 3. In: GASPAROTTO, op. cit., p. 261).

4 Capítulo III – A produção intelectual ruralista no Rio Grande do Sul

Neste capítulo abordaremos três obras produzidas por intelectuais pertencentes a frações das classes dominantes rurais no Rio Grande do Sul. A primeira é um livro, chamado “*A terra e o homem: viver melhor produzindo melhor*” de autoria de Antônio de Saint Pastous (1963); a segunda chama-se “*Reforma Agrária – Contribuição da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária*”, obra produzida pelo grupo de estudos da FARSUL e encaminhada para a Comissão Mista composta pela FARSUL e o governo do estado do Rio Grande do Sul, na gestão de Leonel Brizola; por fim, a obra de Ruy Cirne Lima “*A propriedade e sua distribuição*”, livreto produzido sob os auspícios do grupo de estudos sobre a reforma agrária da FARSUL.

Buscaremos, com isso, compreender a relação de suas ideias com as matrizes ideológicas anticomunistas dispostas no conflito ideológico, no que diz respeito à questão agrária. E ainda, estudar a produção intelectual de lideranças e grupos de estudos do ruralismo sul-rio-grandense que contribuíram para a organização dos ruralistas tanto em âmbito local quanto nacional.

4.1 *A terra e o homem* – Saint Pastous e a cosmogonia da questão agrária na perspectiva dos ruralistas

“O livro – “*A Terra e o Homem*” não é obra de pura pesquisa intelectual. Combinam aqui o homem de pensamento, o homem de sensibilidade e o homem de ação.

A família espiritual do Dr. Saint Pastous tem ancestrais na Poesia, na Ciência e no Saber de experiências.

[...]

Estamos na presença de um V[irgílio] do século, para quem não há nada mais digno do homem livre do que o amanho da gleba. O poeta de Mântua tinha, também, na sua lírica, a consciência humana da terra.

Esse outro poeta é um agricultor do nosso tempo, de visão social, forrado de uma cultura científica e humanística tão autêntica que,

longe de levá-lo a isolar-se, integra-o na melhor linhagem dos amantes da vida e dos reformadores sociais.

Ele sustenta a coexistência entre a terra e o homem e a sua integração comunitária.

Haverá formas mais sábias e atuais para evitar a destruição de ambos?

No Brasil, a palavra deste evangelista soa como um toque de alvorada e fulmina como um raio os fazedores de deserto, os que exploram o solo e o esgotam.

A verdadeira conceituação resume-se nesses dois itens: técnica e produtividade. Para isso não é preciso retalhar terras, que temos de sobra, senão explorá-las com métodos, aqui desconhecidos, de educação agrícola e de saúde.” (Assis Chateaubriand no prólogo do livro, p. IX).

A obra de Saint Pastous “A Terra e o Homem” foi publicada em 1963 pela Editora Globo, dividida em 5 partes e totalizando 24 capítulos. Contém o prólogo escrito por Assis Chateaubriand, jornalista e magnata dos meios de comunicação, considerado um dos homens mais influentes no Brasil entre as décadas de 1940-1960. O nome do livro faz referência a uma obra anterior de Saint Pastous, de 1953, “*O homem e a Terra*”. Conforme Pastous sobre a sua obra mais recente:

O livro *A Terra e o Homem* propõe-se a contribuir para o cultivo da *Argila* com que Deus criou a Consciência que humaniza o destino da terra.

[...]

Reviver a alma de um livro, é reconstituir a história que ela cristalizou (PASTOUS, 1963, p. 14)

Os capítulos que compõem o livro são textos que versam sobre temas variados, sempre interligados com a questão agrária. A primeira parte, capítulos I ao III, aborda as concepções que deram origem ao livro, servindo como guia introdutório à obra. O capítulo terceiro, a exemplo, é um compilado de 250 proposições, todas citações extraídas do próprio livro e são “notas de conclusão” colocadas na introdução, conforme o autor explica. Na segunda parte, do capítulo IV

ao IX, o autor expõe algumas problemáticas que identifica nos usos do solo e de sua concepção filosófica entre o homem e a terra (natureza). Introduce duas de suas referências, apresentando-as ao público leitor: Louis Bromfield e sua “Malabar-farm”, em Ohio, e Joaquim Francisco de Assis Brasil – “O diplomata Virgiliano” – com sua trajetória e obra “A Cultura dos Campos” – “um evangelho”²³². A terceira parte se constitui apenas pelo capítulo X “A terra é um organismo vivo”. A quarta parte, dos capítulos XI ao XV, faz referência aos debates em torno da reforma agrária, consta a publicação da “Carta de Santa Maria”, discutindo ainda alguns dos programas de planejamento agrário em curso, como aquele proposto pela ALPRO (Aliança para o Progresso) e suas potencialidades para a América Latina. Na quinta e última parte, dos capítulos XVI ao XXIV, Pastous trabalha em cima das questões econômicas do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. A produção de carne e leite, a importância, segundo sua visão, do consumo da carne enquanto uma “proteína nobre”, os mercados e o Estado, enfim algumas considerações variadas relacionadas ao âmbito produtivo do que denomina enquanto o experienciado em sua época de “crise de conjuntura”²³³.

A obra foi dividida em dois momentos conforme nossa análise: um primeiro, das partes I à III, nas quais aparecem questões como a visão de mundo do autor, sua ontologia, suas referências, seus problemas e problemáticas; um segundo momento, das partes IV à V, onde se concentra a análise da economia política no livro, expressando suas análises e interpretações da realidade junto à manifestação da afinidade ideológica do autor ao abordar tais temas. Essa percepção orienta a nossa exposição, que se subdividirá e, se desdobrará, conseqüentemente, a partir destes dois momentos, dando maior atenção a questões sensíveis à problemática de nosso trabalho, ou seja, na relação política e ideológica com a questão agrária e a inserção de sua classe no conflito.

Antônio Saint Pastous de Freitas era um pecuarista gaúcho, com formação em Medicina e foi presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) entre os anos 1961-1963. Como mencionado em seu livro, Pastous possuía uma “fazenda modelo” nos “campos finos do município de

²³² SAINT PASTOUS, Antônio. **A terra e o homem: Viver melhor produzindo melhor**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963, p. 41.

²³³ SAINT PASTOUS, A. op. cit., 1963, p. 150.

Alegrete”, configurando sua aproximação com a propriedade fundiária e seu pensamento acerca do ruralismo sul-rio-grandense a partir de uma perspectiva mais “ilustrada” sobre a relação homem e natureza.

4.1.1 O ruralista e os problemas de sua época

Nihil est agricultura melius, nihil uberius, nihil dulcis, nihil homine libero dignius. [Nada há melhor que a agricultura, nada mais produtivo, mais agradável e nem mais digno do homem livre.] (Cícero apud Assis Brasil. In: SAINT PASTOUS, 1963, p. 64).

Esse primeiro momento do livro se constitui na apresentação da cosmovisão do autor, de suas referências para pensar o mundo e quais problemáticas são vislumbradas pela ótica da ideologia que Saint Pastous se alinha. O autor opera com o conceito de “consciência” frequentemente ao longo dos seus textos e comentários, inclusive em suas manifestações públicas em periódicos correntes. Essa questão perpassa as discussões sobre as disputas das consciências pelas ideologias²³⁴. Saint Pastous parecia ter clareza da necessidade do caráter de classe dessa consciência, sua práxis é direcionada para a organização de sua classe durante o período que esteve na presidência da FARSUL, entre 1961 e 1963, podendo ser observada acompanhando diversas notas publicadas no “*Correio do Povo*” dentro

²³⁴ “Somente agora, [...], nos damos conta de que o homem tem também “consciência”. Mas também esta não é, desde o princípio, uma consciência “pura”. O “espírito” já carrega de antemão consigo a maldição de estar “acometido” pela matéria, que se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em uma palavra, sob a forma da linguagem. A linguagem é tão velha quanto a consciência: a linguagem é a consciência prática, a consciência real, que existe também para os outros homens e que, portanto, começa a existir também para mim mesmo; e a linguagem nasce assim como a consciência, da necessidade, da carência de intercâmbio com os demais homens. [...] A consciência é, portanto, já de antemão um produto social, e o seguirá sendo enquanto existirem seres humanos. A consciência é, em princípio, naturalmente, consciência do mundo *imediato* e sensível que nos rodeia, e consciência dos nexos limitados com outras pessoas e coisas, fora do indivíduo consciente de si mesmo; e é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, que no princípio se confronta com o homem como um poder absolutamente estranho, onipotente e inexpugnável, diante do qual a atitude dos homens é puramente animal e ao qual se submetem como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural).” (MARX; ENGELS, **A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. Org. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53.

desse marco noticiando a participação da liderança ruralista em palestras, reuniões, programas de rádio e TV.

Os primeiros capítulos introduzem as origens do livro da década de 1960, fazendo referência ao livro de Saint Pastous da década de 1950, “O homem e a terra”. Nos conta sua experiência com a “Fazenda Posto Velho”, localizada no interior do município de Alegrete, fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul. Nos interessa observar a forma como apresenta sua visão de mundo ao leitor quando descreve e divaga sobre suas experiências. Sobre a concepção de “natureza” e “consciência”, escreve:

Antes do advento do homem, a fecundidade agreste da terra nativa tinha por hóspedes comensais a planta e o animal. Era o período primário na formação da vida ecológica, em que o destino da terra, da planta e do animal transcorria ao arbítrio das próprias leis da natureza.

Depois, o homem chegou, com a inteligência e as forças do instinto, para o bem e para o mal. A partir desse momento, surgia um novo poder: o livre arbítrio da consciência humana.

Com a argila da terra Deus criou a semente de uma consciência: a origem do homem. Bergson afirmara que a vida é a consciência lançada através da matéria.

O homem, conclui André Lamouche, é, ou deve ser, antes de tudo, uma consciência. O cosmo e a vida são apenas o terreno em que haveria de germinar, um dia, esta semente espiritual do Mundo. (SAINT PASTOUS, 1963, p. 11-12)

Essa passagem denota a importância que o autor dá a questão da *consciência*. Nos últimos trechos a “consciência” é equiparada a essência do ser social, o que define o *homem*. A consciência, nesse sentido, é admitida enquanto um fenômeno transcendental/transcendente, a “semente espiritual do mundo”. O método idealista de interpretar a realidade se faz presente, aproximando-se de problemas concretos e os abordando conforme sua consciência atravessada pela ideologia dominante. Essa ideologia possuía seus centros de dissipação ideológica na década de 1960; Washington e o Vaticano, por exemplo, e seus documentos basilares como a encíclica *Mater et Magistra*, a *Carta de Montevideu* e a *Ata de Bogotá*, sendo essas duas últimas referenciadas por Saint Pastous em sua obra.

Esses documentos são fundamentais para pensar a ação das classes, conforme o autor mesmo aponta. Com o auxílio de Saint Pastous, o ruralismo sul-rio-grandense contribuirá para essa lista de documentos basilares, com a *Carta de Santa Maria*, lançando princípios organizativos para o ruralismo, não apenas estadual, mas brasileiro.

Na obra atual, que agora aparece – *A Terra e o Homem*, o autor empenha-se no ensaio de condicionar a vida do homem ao destino da terra, despertando nele a consciência de sua origem e do seu próprio fim.

A matéria versada nos diversos capítulos do compendio deixa transparecer, em sua essência, a constante preocupação de valorizar as tendências *para a humanização dos problemas da terra*. Não será apenas empreendimento educacional, com estrito objetivo de capacitação produtiva, mas sobretudo, tarefa de exortação apostolar ao cumprimento do dever do homem para com o direito da terra.

Na “humanização dos bens da terra”, essenciais à vida, reside o centro de gravidade da paz social e do destino das civilizações.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 13)

Com isso, alguns princípios eram erigidos como a própria questão da “humanização dos problemas da terra” que aparecia como alternativa para a socialização; a “paz social” sendo apresentada como saída para o conflito social – a luta de classes deflagrada; e o “destino das civilizações” percebido através do alinhamento ao sistema ideal. No entanto, atentemos, o que se apresenta é uma solução ambígua por parte do patronato rural. Ao passo que os ruralistas buscam lidar com os problemas sociais no campo, colocando no centro da problemática essa questão, eles tampouco admitem a superação das condições que geram os problemas. Ou seja, necessariamente se colocavam enquanto uma *alternativa ideal* à miséria de condições das populações camponesas e de sua superação contrapondo-se ao que identificavam enquanto “comunismo”. Colocavam-se, portanto, em oposição ao problema e a superação das causas dos problemas. Isso posto, o que fazer? Para Saint Pastous,

“Produzir mais e melhor” – é *problema de educação*. “Produzir mais e melhor”, não apenas com o objetivo econômico, mas com preponderante sentido social, em benefício de quem trabalha, de quem consome, e da própria terra – é *questão de consciência*. (SAINT PASTOUS, 1963, p. 12).

A consciência novamente aparece de forma central, sempre relacionada com o que seria o projeto agrário dos setores ruralistas. Nesse primeiro momento do livro, conforme destacamos, o autor busca – e essa é uma leitura que faço – contribuir no sentido pedagógico para o despertar de sua classe. Discutindo temas que podem gerar identificação intraclasse, ou não, o autor busca a seu modo intelectualizar o debate, apresentar e reconhecer os problemas agrários contemporâneos enquanto alicerça o paradigma ideológico da expansão do capitalismo no campo. Ao abordar a fome no capítulo VI, Saint Pastous reconhece o problema que assola o planeta em seu tempo, cita o livro de Josué de Castro, *A geografia da fome* – obra contemporânea à sua -, fazendo uma breve exposição do pensamento do autor. No final do capítulo em um curto parágrafo o autor extrapola o conceito de “geopolítica da fome” humana para os rebanhos de gado e a relação com as pastagens. Algo parecido acontece também quando evoca a “consciência ecológica”, no capítulo V, evocando a importância do cuidado dos solos, da produção das pastagens e da relação de dependência dos rebanhos com a vida na terra – no sentido de cuidado e qualidade dos solos. Apesar disso, parece limitar-se a “educar”, ou, reivindicar que os proprietários se eduquem no que tange a exploração exaustiva dos solos. Para Pastous,

A exaustão da terra pela erosão e, por outro lado, a superpopulação em regiões empobrecidas, criaram um mundo subversivo de gente esfaimada.

A cultura da terra pelos novos métodos de racionalização técnica do trabalho, o combate aos efeitos da erosão, a refertilização do solo, a irrigação controlada, a subdivisão equitativa da propriedade sob condição de rendimento eficiente, o justo critério de distribuição dos produtos entre comunidades e continentes, sem barreiras alfandegárias e absurdas competições, serão novos rumos para um mundo de prosperidade e de concórdia.

Compreender a vida da terra em sua capacidade de produção é um princípio de coexistência pacífica, que será exercida pela formação de

uma consciência ecológica entre o homem e as sociedades de todos os continentes.

“O tabuleiro de xadrez é o mundo, as peças são os fenômenos do universo, e as normas do jogo são as leis naturais.” (H. Huxley.) (SAINT PASTOUS, 1963, p. 46)

E como sabemos, “um mundo subversivo com gente esfaimada” é um prato cheio para o “comunismo”. Esse é um fator importante. Por isso, era necessário superar a condição de subdesenvolvimento da economia brasileira, também reconhecida pelo ruralista. Apesar de vislumbrar a realidade, sua perspectiva de classe e sua interpretação idealista não permite ir muito além nas proposições, justamente em função do que identificamos anteriormente que se configura – ao menos na aparência - enquanto uma das contradições centrais do pensamento ruralista dos anos 1960 que é pregar a resolução do problema agrário enquanto impede sua superação. Na passagem “a subdivisão equitativa da propriedade sob condição de rendimento eficiente”, é garantida em si a não equidade da distribuição, cujo critério seria a exploração capitalista das terras. Tenho para mim que o autor tinha consciência dessas considerações, o que me leva a indagar se para Saint Pastous, de fato, o capitalismo nos marcos da Guerra Fria ainda representava o caminho para a emancipação humana - ideários nascidos na Revolução Francesa e nunca concretizados sob a dominação das classes burguesas. Nesse caso, a citação acima nos remeteria a uma espécie de “capitalismo utópico” por parte do autor, nada mais do que ideologia a respeito do desenvolvimento capitalista real.

Os primeiros dez capítulos são dispostos a dar um panorama geral da visão de mundo que Pastous manifesta. Nos capítulos VII, VIII e IX, por exemplo, aborda algumas experiências modelo: a Nova Zelândia como paradigma para o mundo – em relação a sua organização agrária; A “Casa Grande”, título do capítulo oitavo, onde comenta sua visita à “Malabar-farm”, de Louis Bromfield em Ohio; A trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil e suas contribuições para a organização da classe ao seu tempo, com a fundação da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, fundada em junho de 1895. Destaca as contribuições em cada um dos casos para se pensar a classe – sua organização e interesses – e contribuições de indivíduos, que por vezes o autor deixa transparecer sua perspectiva de demiurgos

que estes sujeitos carregam, para a lida e cuidados com o solo, com os animais e a vida ecológica em harmonia com a exploração humana.

Importante chamar a atenção que Saint Pastous trata de temas centrais da disputa ideológica em curso, como a questão da “consciência” e da “terra”. O ruralista vai buscar ao longo do seu livro moldar a compreensão e o sentido da consciência de sua classe, trabalhando ativamente a ideia de que o movimento ruralista deveria ter centralidade na arena política dos debates referentes a questão agrária brasileira. E pensar a “terra” – seu uso e propriedade -, sob o que denomina enquanto “consciência ecológica”, está inserido nesse mesmo processo, de disputar os temas centrais, através do conflito ideológico para configurar os conceitos. Na sequência iremos passar para a análise da segunda metade do livro, em que o autor se debruça sobre questões mais próprias da economia política e onde as disputas pelos conceitos tornam-se mais evidentes.

4.1.2 O chamado à consciência patronal

“A nossa atitude, ao contrário de reacionária, deverá ser de franca cooperação, reivindicando para a classe o direito e o dever de participar, tanto quanto os poderes públicos, dos estudos e trabalhos de elaboração e execução de projetos de um plano de Reforma Agrária.” (PASTOUS, 1963, p. 94)

A parte IV do livro abre com o capítulo XI, publicação integral do texto originado do encontro de Santa Maria, em janeiro de 1962, a chamada “Carta de Santa Maria”. Nela estão contidos os princípios e motivações do ruralismo sul-riograndense e seu chamado à organização. Já no capítulo XII “ESQUEMA DE REESTRUTURAÇÃO, entrosado em um Plano de Reforma Agrária” o autor coloca diversas questões que busca responder ao longo do texto.

Essas questões nos fazem refletir sobre alguns aspectos da tomada de consciência patronal em relação à “reforma agrária” e de como isso foi se modificando ao longo do tempo. Por exemplo: “Como pode e deve a classe rural

contribuir com sua cooperação para um Plano de Reforma Agrária?” “[...] 1.º Reconhecendo e admitindo que a Reforma Agrária não é apenas necessária, mas também impostergável.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 95). Ou seja, a situação era compreendida de tal forma que a “reforma agrária” se apresentava enquanto uma urgência, uma solução inevitável. Mas “qual o sentido da reforma agrária?”²³⁵, conforme Saint Pastous, a “Reforma Agrária surgiu, em todas as épocas da História Universal, como decorrência da questão agrária. A questão agrária deve ser considerada, em primeiro plano, *como um problema essencialmente humano*” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 95). E,

Em síntese, o objetivo final da Reforma Agrária é a *estruturação de uma classe média rural*, amparada na capacitação do homem, na multiplicação da propriedade, na melhor distribuição de renda e de crédito e no cooperativismo da economia agrícola. (SAINT PASTOUS, 1963, p. 96).

Define, portanto, qual seria a centralidade e objetivo de uma reforma agrária a ser promovida. Isso nos faz pensar em perspectiva a evolução do pensamento e ação ruralista. Quando estudávamos as fontes relacionadas ao ano de 1961 parecia haver uma espécie de negação da mudança nas discussões em torno do tema. A partir de 1962 parece que diversas lideranças ruralistas sul-rio-grandenses percebem que esta mudança (a reforma agrária) ocorrerá, já instruindo essas premissas que Pastous traz e está contida na citação que abre este subcapítulo de reivindicar “para a classe o direito e o dever de participar, tanto quanto os poderes públicos, dos estudos e trabalhos de elaboração e execução de projetos de um plano de Reforma Agrária.” (PASTOUS, 1963, p. 94).

Após evocar um contraponto aristotélico, para o que chama de “doutrina socialista de Platão” para definir um conceito de propriedade²³⁶, Saint Pastous disserta sobre “as diversas modalidades de reforma agrária”, às dividindo em três grupos: “1.º As que respeitam o direito de propriedade privada em toda sua

²³⁵ SAINT PASTOUS, op. cit., p. 95.

²³⁶ A “conceituação aristotélica identifica-se com a doutrina cristã de justiça social: O direito de propriedade tem por limite o bem comum e o direito de todos viver dignamente.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 97).

plenitude. 2.º As que respeitam o direito de propriedade dentro dos limites determinados. 3.º As que eliminam o direito de propriedade privada.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 101). E sobre o plano de Reforma Agrária, no que tange a desapropriação para Pastous existem dois grupos: “As reformas pacíficas, normais ou sensatas; As reformas violentas ou revolucionárias.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 101).

É nítida uma visão de mundo bipartido, onde há os “sensatos” e os “violentos”. O autor faz uso do conceito de “economia social” ou “sistema de economia social” que aparenta ser um outro nome para o capitalismo, que no entanto é apresentado como chave para aquilo que identifica como progresso. Tece ainda neste capítulo algumas considerações sobre a Aliança para o Progresso, considerando que o programa do governo Kennedy teria o potencial de fazer na América Latina aquilo que os Estados Unidos teriam feito na Europa após a Segunda Guerra. O capítulo termina na síntese do seguinte dizer: “Que falta, portanto? O que falta, é simples, mas é decisivo: abrir as portas da compreensão por parte dos órgãos públicos e da iniciativa privada, e não perder a oportunidade.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 110). Trecho essencial para que compreendamos uma relação básica destes que saíram “vencedores” após 1964, ou seja, o trato da questão agrária como negócio; estavam sendo plantadas as sementes do *agronegócio* contemporâneo.

Muitos dos capítulos, deste que colocamos enquanto um “segundo momento” do livro, são textos comentados por Pastous, publicações que tiveram alguma relevância no período e que o autor trabalha. O capítulo XII “Remédio Heroico” vai nesse sentido. Comenta sobre o anteprojeto de reforma agrária elaborado pelo Conselho Nacional de Economia, discutindo o texto de autoria do prof. Edgar Teixeira Leite e publicado na “Revista do Conselho Nacional de Economia”²³⁷. Pastous ressalta que “o autor destaca, *como remédio heróico, a educação em massa do trabalhador rural através do serviço militar.*” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 111).

Na sequência do texto Pastous acompanha uma série de itens referentes ao tópico “alguns benefícios e vantagens do treinamento agromilitar” (SAINT

²³⁷ Edgar Teixeira Leite era dirigente da CRB no período.

PASTOUS, 1963, p. 113), que se debruçava na preparação/transformação do camponês em “operário rural”. Segue alguns trechos referidos pelo autor:

“[...] Preparar o operário rural para a monetização da agricultura.

Mais importante que dar terra, é educar o homem para a terra.

O agricultor habilitado enriquece em terra alheia; o agricultor incapaz empobrece em terra própria.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 114)

Ele traz consigo uma perspectiva de que as terras deveriam ser privadas dos trabalhadores que às cultivam, não deixando terra para subsistência familiar, o negócio seria a “monetização da agricultura” e transformação das famílias em operários da empresa agrícola que começava a se caracterizar enquanto tal. É sobretudo, uma visão de mundo que nega a liberdade e o poder concentrados na propriedade privada da terra aos camponeses, buscando operar no sentido contrário, reforçando as estruturas de exploração do trabalho e a concentração da propriedade fundiária.

No tópico “O “equivalente moral” dos orçamentos de guerra”, logo na sequência do tópico anterior do “treinamento agromilitar”, o autor traz algumas considerações sobre a inserção do capital no campo e da mobilização de recursos para tal feito, ainda sob a lente militar.

“Em permanente estado de ânimo subversivo, vivem os povos economicamente desajustados.

[...]

Para vencer as guerras, que nem sempre conquistam a paz, as Nações e os Continentes empenham-se na mobilização de todos os recursos humanos, científicos, técnicos, financeiros e econômicos, em supremo esforço na defesa de sua sobrevivência.

É o que se chama de *orçamento de guerra*, ao extremo limite de capacidade e resistência de um povo.

Em torno dessa fatalidade, o sociólogo William James argui a consciência da humanidade no sentido de ser criado *um equivalente moral do esforço de guerra*, com o objetivo de preservar a paz entre as nações.

Esse *equivalente moral* é um *estado de espírito*, que os povos economicamente subdesenvolvidos devem cultivar e exercitar como medida de salvação nacional.

Na presente conjuntura do País, e em suas perspectivas futuras, razões sobejam para justificar a oportunidade de ser invocada, como medida de salvação nacional, a mais ampla mobilização de meios e recursos capazes de acelerar a marcha de valorização social do homem do campo.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 114)

Talvez por sabermos o desencadear dos eventos, essas passagens que Pastous dialoga soam ambíguas. Podemos perceber a lógica bélica por trás da mobilização das ações e ideias patronais, a questão central que aparece é a *sobrevivência* do modelo estabelecido até então. A manutenção do sistema estava na ordem do dia e fica clara a disposição com a analogia ao “orçamento de guerra”. Não há dúvidas de que a logística em torno da mobilização e organização das classes patronais no Brasil no pré-64 foi algo sem precedentes. A justificativa “de acelerar a marcha de valorização social do homem do campo” ia de encontro a noção de “contenção” do identificado “avanço comunista”, representado na imagem da Revolução Cubana, o maior dos alarmes para as Américas no período.

No capítulo seguinte “Um código humano de reforma agrária”, o autor coloca desde logo uma de suas premissas: “insistir na importância deste conceito primordial – *Reforma Agrária é colonização* [...]” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 117). Comenta sobre a vida de Godofredo Daireaux, instalado na Patagônia e, entre outras coisas, colonizador. Faz ainda, uma breve interpretação do conto “*Os 100 hectares de Dom Pedro Villegas*”²³⁸, abordando a relação entre patrão e capataz, propriedade, trabalho e exploração das terras. O capítulo seguinte é uma palestra proferida por Saint Pastous na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre em 25 de abril de 1962 tratando da Aliança para o progresso.

Ao apresentar o tema o autor pergunta: “- Qual o gênero do progresso visado pelo pacto de amizade? [...], o direito à paz social com o privilégio da liberdade”

²³⁸ “No livro de Godofredo Daireaux está estruturado um código rural, que é um roteiro para o futuro. Escrito em estilo de poema bucólico, eleva o pensamento do leitor para meditações de humana filosofia. É uma obra para ser lida e ensinada às crianças na escola primária. É um evangelho de fé e de compreensão, revelando ao homem que a vida, tanto quanto a semente, apenas vale pelo poder germinativo de renovação e de perpetuidade.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 129).

(SAINT PASTOUS, 1963, p. 131). Ao longo de sua palestra pareceu-me que existe a noção de integração da América Latina, por parte de Pastous, sob a órbita do império estadunidense. “Ultrapassada essa etapa de reconstrução de nações de longínquos Continentes, os Estados Unidos voltaram-se, com imensos recursos, para os desamparados povos subdesenvolvidos da América Latina.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 141).

Entre os organismos criados para a implementação do programa Pastous destaca a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), o CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento – órgão executivo), a Agência Internacional de Desenvolvimento e o Fundo Fiduciário ou Fundo Especial Interamericano de Desenvolvimento Social. Segundo Pastous, “Aos povos latino-americanos o programa do Presidente Kennedy oferece o mais vigoroso instrumento, legal e pacífico, de combate às doutrinas extremistas.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 142).

O autor faz algumas “deduções em termos de bom senso e de consciência, do real espírito do programa da Aliança para o Progresso”²³⁹, entre essas deduções o alerta do diretor da ALPRO ao patronato latino americano frente ao momento decisivo que se encontravam:

Teodoro Moscoso, diretor do programa da *Aliança para o Progresso*, declarou que “as classes privilegiadas na América Latina tem diante de si um grave dilema: ou apoiam o plano que a *Aliança* propõe, ou se arriscam a enfrentar revoluções”. (SAINT PASTOUS, 1963, p. 142)

Através dessas evidências do discurso de Saint Pastous na PUC em Porto Alegre, podemos observar como a ALPRO foi apresentada enquanto uma medida essencialmente contrarrevolucionária, em seu sentido de ir contra as mudanças estruturais exigidas pelas massas organizadas em torno da luta cotidiana por seus direitos. A ALPRO foi vendida à sociedade como a fórmula para o “combate às doutrinas extremistas” e a solução para as reformas necessárias na América Latina

²³⁹ SAINT PASTOUS, op. cit., p. 140.

de forma “legal e pacífic[a]”. A adesão dos setores ruralistas não surpreende; desde os primeiros movimentos em torno da organização do programa e do encontro em Montevideu (1961), os setores patronais já demonstravam entusiasmo através de publicações no “*Correio do Povo*” e em manifestações de parlamentares na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os milhões de dólares em investimentos nos países latino americanos era tentador aos setores dominantes, o único requisito para receber tal investimento seria a contenção dos “agentes subversivos”. Percebiam que, ao passo que este era um requisito, era também um dos motivos para se adequar às exigências do acordo, ou seja, eliminar a “subversão” e consolidar o desenvolvimento do capitalismo no campo.

O encerramento da palestra de Antônio Saint Pastous de Freitas na Pontifícia Universidade Católica, em Porto Alegre, foi intitulado “Legionários de uma revolução sem sangue”, onde o autor faz um apelo à juventude católica universitária. Eis a transcrição:

Jovens estudantes, que me ouvis neste momento, fazei-vos legionários de uma revolução redentora, sem sangue, sem ódios, sem opressão. É das gerações moças, com o privilégio da educação e da cultura universitária, que se deve esperar um Brasil novo e melhor, enobrecido pela soberania da paz social e da liberdade.

O apóstolo São Paulo recomendava: “Sêde transformados, mas transformados no sentido do bem.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 143)

Logo, a busca da “transformação” contrapunha-se a uma versão “do mal” que remetia ao “sangue”, ao “ódio” e a “opressão”. A transformação “do bem” era uma “antiversão” do que seria a “do mal”, claro que melhorada e com os justos princípios anticomunistas - conforme sua lógica. Esse capítulo da palestra na PUC de Porto Alegre, encerra a parte IV do livro que se inicia com a “Carta de Santa Maria. São um conjunto de capítulos que fazem conexão com a ideologia do movimento ruralista, sua coesão e consciência. Podemos constatar algumas das diretrizes que orientavam as concepções de mundo das lideranças ruralistas nesse período de formação das suas ideias diante da luta de classes no estado e seu esforço de esclarecimento da opinião pública, o que de certa forma estará contido em toda a

obra, mas que no entanto, nesta parte IV do livro, estão os documentos e programas basilares junto às discussões dos temas centrais referentes à reforma agrária e a questão agrária. Nesse sentido, é esboçado o papel da classe, a importância da consciência para o pensamento da classe e alguns exercícios de conceituação do que se compreendia enquanto reforma agrária, sempre vinculando-a à perspectiva da tecnificação do trabalho, uma economia agrária mais financeirizada e na constituição de um operário rural de classe média para apaziguar os conflitos no campo.

Na parte V do livro o autor se debruça sobre as condições produtivas, de distribuição e consumo da agricultura. Os capítulos que se estendem do XVI ao XXIV lidam com diversos aspectos do mundo econômico organizado. Pastous opera com o conceito de “economia social”, dando a entender que se trata do capitalismo “humanizado”. Como se agregando “social” à “economia” gerasse automaticamente um caráter assistencial ao capitalismo. O capitalismo já é uma “economia social” antes mesmo de pensarem em agregar o termo “social” para articular o lucro e a exploração do trabalho com a justiça social das doutrinas do Vaticano.

O caminho do progresso consiste na marcha da produção para a produtividade de sua economia agrícola.

Aumentar, em caráter de economia social, a capacidade da terra, é o que se deve entender por produtividade agrícola.

Produtividade não é apenas aumento de produção, mas depende essencialmente do alto nível de rendimento econômico por unidade de tempo e de área cultivada.

Produzir maior quantidade, de melhor qualidade, com menos despesa, com menos tempo e com menor esforço, eis o sentido de produtividade.

Do ponto de vista da economia social, produtividade é “a humanização do objetivo da produção: com distribuição equitativa, com alto poder aquisitivo e com padrão de vida condigno.”²⁴⁰ (SAINT PASTOUS, 1963, p. 149)

²⁴⁰ **CAPÍTULO XVI – PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E REALIDADE NACIONAL** - “Esse trabalho foi objeto de uma tese apresentada ao IV Fórum Econômico – Visconde de S. Leopoldo, promovido na cidade de Porto Alegre, em maio de 1961 pelo *Correio da Manhã*.”

A liderança ruralista em seu discurso apresenta os imperativos categóricos do desenvolvimento do capitalismo no campo, acrescentando o detalhe da “economia social”, que permitiria ao trabalhador rural a ascensão à classe média consumidora devido a melhor remuneração e melhores níveis de condição de vida – era a promessa sendo construída. Defendia que o século XX seria a passagem do “homem econômico” ao “homem social”. Algo pouco, ou, nada mencionado pelos setores que se mobilizaram para uma contrarreforma agrária é a questão da competitividade, própria de um sistema de produtividade capitalista.

Nos últimos capítulos, como mencionado anteriormente, o autor se debruça sobre os aspectos econômicos da produção, se detendo sobre a carne – sua produção e mercado -, o leite, a ovinocultura e o pastoreio, dialogando com uma série de trabalhos de outros estudiosos que estavam pensando esses temas dentro da estrutura econômica nacional. Não vamos nos deter em específico, mas sim, tecer algumas considerações gerais sobre os capítulos finais da obra que vai ao encontro de toda a temática até aqui desenvolvida – a reforma tendo como ponto principal o homem, antes da terra; da relação do cultivo das pastagens para a criação do gado; a modernização da agricultura e sua relação com a indústria; e a integração da agricultura no desenvolvimento econômico, comentando sobre agências de financiamento e suas possibilidades.

Há algumas informações que Saint Pastous expõe nos capítulos XVII e XIX sobre a carne que nos interessam para refletir sobre seu pensamento. Conforme Pastous, ao escrever sobre a fome e a subnutrição, o “mundo vive com fome de carne”²⁴¹, colocando a proteína animal entre as “proteínas nobres” e necessárias aos povos desenvolvidos. Esse raciocínio vai culminar, a partir de trabalho da “Zootecnia – S. Paulo – Boletim nº 1, 1961”, na relação entre a proteína animal e o desenvolvimento econômico dos povos, sendo: arroz para os subdesenvolvidos; trigo para os semidesenvolvidos; “proteínas nobres” para os “socialmente evoluídos”²⁴². Pastous destaca a potencialidade da produção de carnes nos países

²⁴¹ SAINT PASTOUS, A. op. cit., p. 158.

²⁴² “1- *Nos povos progressistas e socialmente evoluídos, a alimentação é, preponderantemente, de origem animal: proteínas nobres, de valor plástico e protetor.*

O operário industrial já não se restringe à simples ingestão de alimentos, mas evoluiu para os conceitos de nutrição, tornando-se exigente selecionador de alimentos que proporcionem saúde, vigor, longevidade e vida produtiva.

do Prata²⁴³, e ao longo de seu livro, se observarmos, o intelectual ruralista disserta sobre diferentes aspectos da criação de gado, desde o cuidado com as pastagens, evocando uma espécie de comunhão de homem e natureza (a “consciência ecológica”) e apontando diferentes experiências que o inspiram. É a visão de mundo daquele que está do lado dos que detêm a propriedade da terra no Rio Grande do Sul e no Brasil, e que se coloca enquanto porta-voz de sua classe perante a sociedade, buscando dar direção para o movimento e entidade que compõe. Entendo que, através da leitura da obra de Saint Pastous e do acompanhamento de suas mobilizações, pronunciamentos e atuações durante o marco de 1961-1963, a liderança buscou, em especial, comunicar-se com a própria classe. Mais do que convencer a sociedade de uma outra perspectiva, Pastous buscou orientar e construir sua classe, elaborando princípios e diretrizes para o movimento ruralista brasileiro, não apenas regionalmente.

No entanto, é importante evidenciar que nem todos os ruralistas estavam convencidos. Oscar Carneiro da Fontoura, que seria o próximo presidente da FARSUL, iria em outra direção. Apesar dos esforços empreendidos durante a gestão de Pastous frente a entidade patronal, algumas das Associações Rurais municipais eram contra os princípios de existência de uma reforma agrária – sob a alegação da intransigente defesa da propriedade privada. Essa cisão intraclasse é mais evidente no ano de 1963. Gasparotto (2016) detecta maior resistência entre os setores identificados com a grande propriedade fundiária, localizada na região da campanha, os quais detinham grande influência interna na direção da FARSUL²⁴⁴.

Essas considerações nos permitem refletir mais profundamente sobre o sentido do anticomunismo patronal, neste caso específico, o anticomunismo do patronato rural. Consolidando o anticomunismo como força política enraizada nas relações de classe e nas clivagens que a luta de classes estabelece sobre as realidades. A defesa do *status quo* tem centralidade significativa na ideologia

2- Nos povos subdesenvolvidos, a alimentação é, essencialmente, de origem vegetal: alimentos energéticos, colhidos dos solo. O arroz tem sido a base da alimentação de povos subdesenvolvidos. O trigo passou a ser a base da alimentação de povos semidesenvolvidos.” (SAINT PASTOUS, 1963, p. 161).

²⁴³ Os 10 países que mais exportavam carnes em 1960: 1 – Nova Zelândia; 2 – Dinamarca; 3 – Argentina; 4 – Austrália; 5 – Países Baixos; 6 – União Soviética; 7 – França; 8 – Irlanda; 9 – Polônia; 10 – Iugoslávia. (SAINT PASTOUS, 1963, p. 175).

²⁴⁴ GASPAROTTO, op. cit., p. 229-231.

dominante desse período, sobretudo no que tange a “sacralidade” da propriedade privada e do poder que emana dessa estrutura. Se o “comunismo” era identificado enquanto *mudança* da estrutura de poder pelos setores patronais, eclesiásticos e militares - e isso, por si só, já era nefasto para estes -, a ideologia anticomunista preconizava a defesa e a *conservação* das estruturas de dominação e a *modernização* das relações produtivas.

Outro fator importante seria sobre a edição da obra. O livro foi publicado pela Editora Globo S. A. de Porto Alegre em 1963, sob o patrocínio da Sociedade para Estudos Históricos Dom Pedro II e era vendido na Livraria do Globo S. A. em 1963 à 800,00 CR – equivalente a aproximadamente 30,00 reais nos dias atuais. Essa informação tiramos da nota fiscal datada de 18 de março de 1963, contida dentro da edição que dispomos. Podemos especular que a edição estava disponível nacionalmente nas livrarias da editora, consolidando o livro de Saint Pastous enquanto um marco do pensamento ruralista no começo dos anos 1960.

4.2 Contribuição da FARSUL para o estudo da Reforma Agrária

“Façamos a revolução da paz antes que se desencadeie a revolução cruenta” (Saint Pastous, discurso proferido na Concentração Ruralista de Santa Maria. Na epígrafe do livreto)

O livreto produzido pela FARSUL em 1962 constitui-se enquanto um plano contendo demandas e sugestões da classe rural sul-rio-grandense para a Comissão Mista²⁴⁵, composta pela FARSUL e o governo do estado do então governador

²⁴⁵ A Comissão Mista nasceu a partir do esforço do governo do estado do Rio Grande do Sul, na figura de seu governador Leonel Brizola, em dialogar com o patronato rural representado na FARSUL e na pessoa de seu presidente, Antônio Saint Pastous de Freitas. Os primeiros diálogos foram publicados em fevereiro de 1962 no “Correio do Povo”, e era destaque a busca do clima de entendimento entre ruralistas e governo acerca da questão agrária estadual. A partir da Comissão Mista seria elaborado um estudo e proposta que seria apresentado ao governo federal. Importante salientar que a Comissão Mista surge no imediato contexto após as primeiras ocupações de terras por parte do movimento dos agricultores sem terra (MASTER) no estado e, da primeira concentração

Leonel Brizola (PTB). Intitulado “Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária”, o trabalho foi coordenado por José Salgado Martins e Dácio de Assis Brasil²⁴⁶. No texto são abordados nove pontos destacando a compreensão do patronato rural sul-rio-grandense sobre o que seria o sentido de uma Reforma Agrária²⁴⁷. Em seu primeiro tópico é introduzido o “conceito de reforma agrária”, definido como:

“Reforma Agrária é, substancialmente, um processo de modificação da estrutura agrária, segundo um novo condicionamento jurídico, social, econômico e técnico-agrícola, com o fim de promover a valorização do homem rural, pela educação e pelo trabalho, a justa distribuição da riqueza agrária, com igual oportunidade para todos, e o aumento da produtividade do solo, pela aplicação da ciência e da técnica às lides agrícolas.” (FARSUL. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária**, 1962, p. 13)

Buscando “a elevação do homem e a sua preparação para as novas tarefas que lhe serão conferidas neste vasto programa de redenção social”²⁴⁸. Conforme Gasparotto (2016), “além do Plano intitular-se como produto “da Farsul”, já indicava a possibilidade de não ser apresentado em comum pronunciamento com o governo do estado”²⁴⁹. No entanto, a historiadora nos chama a atenção para uma das primeiras exigências da entidade patronal com o governo do estado, no que tange ao entendimento entre as partes, que dizia a respeito “às providências para cessar a arregimentação dos sem terra”²⁵⁰.

ruralista a nível regional, ocorrida em janeiro de 1962 no município de Santa Maria, e a nacional ocorrida no Rio de Janeiro sob a organização da CRB. Cabe destacar que o diálogo entre a FARSUL e o governo, representado pela formação da Comissão Mista, não avançaram.

²⁴⁶ Constituídas pelos seguintes ruralistas: Dr. Amarílio Vieira de Macedo, Dr. Gregório Beheregaray, Dr. João Alves Osório, Dr. Manuel Luzardo de Almeida, Dr. Mariano J. Mariano da Rocha, Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, Sr. Renato Centeno Crespo, Dr. Walter Jobim, Pe. Affonso Gregory, Dr. Alberto Severo, Dr. Armando Azambuja de Almeida, Dr. Bento Pires Dias, Dr. Geraldo Velloso Nunes Vieira, Dr. Irineu Riet Corrêa, Dr. Jayme da Silva Tavares, Sr. João Marchese, Sr. Kurt Weissheimer, Sr. Raymundo Guilherme Kloeckner, Dr. Remy Menezes Gorga, Dr. Werter Faria.

²⁴⁷ A proposta elaborada pela comissão de estudos da FARSUL foi enviada ao presidente da República, aos ministros, ao parlamento, à opinião pública e à classe rural representada através da CRB.

²⁴⁸ FARSUL. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária**, 1962, p. 13.

²⁴⁹ GASPAROTTO, op. cit., 2016, p. 169.

²⁵⁰ GASPAROTTO, op. cit., 2016, p. 170.

O plano de reforma agrária continha itens de A à M, em seu tópico segundo, intitulado “objetivos da reforma agrária”, que perpassava os seguintes temas: de A à C - melhorar as condições de vida das populações rurais; acesso à terra através de programas de colonização; incentivar a formação de uma classe média rural. De D à M - articula as formas dos três primeiros itens com a ideologia, ditando o cerne da lógica motriz para avançar nas questões correspondentes à técnica, à organização, aos direitos dos trabalhadores rurais, ao incentivo a formação de cooperativas e tornar o crédito acessível ao pequeno e médio produtor. Conforme o documento, os objetivos para a reforma agrária na América Latina “se resumem em um só: *humanização da vida das populações camponesas*”²⁵¹. Esse aspecto da “humanização” iria ao encontro com as encíclicas papais, em especial a *Mater et Magistra* que se voltava para as condições de vida das populações do campo. Alinhava-se também, à FAO e a OEA que, indiretamente, parece ser a referência para o tópico três do livreto “Pesquisa Sociológica na América Latina”.

Neste texto, fica exposto que o êxito da reforma agrária dependeria, “fundamentalmente, do planejamento, feito à base dos melhores elementos técnicos, e da sua execução criteriosa e patriótica”²⁵². Alertava ainda, a necessidade de participação das classes dirigentes no processo e do alinhamento ao que fora denominado enquanto “interesses nacionais”, pois sem isso, a reforma agrária representaria um “um perigosíssimo elemento de subversão social”²⁵³, cujo fracasso seria eminente e frustraria as massas rurais “atualmente estimuladas pelos efeitos de um plano bem urdido de agitações”²⁵⁴. Destaca-se, portanto, a necessidade que a classe rural dominante via em sua participação na tomada de decisões sobre a questão agrária regional, identificando um processo de “agitações” em meio ao campesinato gaúcho que preocupava o patronato rural de forma geral. Esse é um dos fatores principais da organização da Comissão Mista entre o governo estadual e a FARSUL. Para os ruralistas, frear a mobilização dos trabalhadores rurais que passavam reivindicar os lotes ao governo utilizando a tática de acampamento, era fundamental.

²⁵¹ FARSUL. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária**, 1962, p. 16.

²⁵² Idem.

²⁵³ Ibidem, p. 17.

²⁵⁴ Idem.

Mas mesmo dentro da FARSUL esses posicionamentos não eram algo homogêneo. A presidência de Saint Pastous representou um período mais ilustrado da entidade patronal, buscando estudar os problemas e formar junto à opinião pública um posicionamento coeso do movimento ruralista. Mas havia distintos grupos e disputas intraclasse quanto a isso. Após 1963, com Oscar Carneiro da Fontoura na presidência da FARSUL e Ildo Meneghetti (PSD) frente ao governo do estado, se torna mais evidente essa outra perspectiva no comando das ações tanto dos ruralistas quanto do aparato estatal, atuando articulados na repressão do movimento camponês. Entre 1961 e 1962, buscou-se construir junto ao governo estadual e federal, e aos projetos hemisféricos como a Aliança para o Progresso, uma alternativa política e econômica para o quadro de crise que acentuava-se devido a evidência da baixa produtividade e da concentração de terras na estrutura agrária do Rio Grande do Sul e frente a massa de agricultores sem-terra reivindicativos e organizados em torno do MASTER.

É nesses marcos que se inserem os estudos da FARSUL sobre a reforma agrária. O programa dos ruralistas se apresentava na necessidade de fazer um contraponto a tudo que era identificado como possível alteração da ordem vigente, ou seja, a modificação da estrutura agrária consolidada ao longo da evolução da propriedade privada no Brasil. Essa alteração, mudança ou modificação era compreendida no período enquanto “comunismo”. A alternativa era “modernizar” as estruturas arcaicas, fazendo aquela dialética identificada por Francisco de Oliveira (2013), de inserir o “novo” no “velho”, conservando o “velho” no “novo”. Neste estudo proposto pela FARSUL é esboçado os tipos de agricultura identificados pela inteligência patronal, sendo estas a de mercado e a de subsistência e de como se expressavam na realidade contemporânea dos ruralistas da década de 1960:

A agricultura de mercado pode tanto existir em países democráticos, como em comunistas. Naqueles, o agricultor tem a propriedade individual de sua terra, com a única restrição do interesse social, é livre. Nos países comunistas, o Estado é o dono da terra. Para controlar o agricultor e evitar sua independência política, concentra-o em superlatifúndios – as granjas coletivas. Transforma-o, por um neofeudalismo estatal, em modernos servos da gleba. Ao mesmo tempo obriga-o a fazer uma agricultura para o mercado. (FARSUL. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária**, 1962, p. 18)

Vemos a partir do trecho destacado a oposição central entre países “democráticos” e “comunistas”, que segundo a concepção ideológica dos ruralistas, se distinguem na forma da propriedade privada da terra. Segundo a visão de mundo patronal, nos países “comunistas” o Estado colocava os agricultores em posição de “modernos servos da gleba”, enquanto nos países “democráticos” o agricultor tem a propriedade individual de sua terra. Essa é uma afirmação extremamente problemática por si só. Considera-se que apenas nos países “comunistas” exista um regime que expropria a propriedade privada dos meios de produção dos trabalhadores, desconsiderando que a luta fundamental sobre o regime de propriedade da terra no Rio Grande do Sul ao longo da segunda metade do século XX perpassa por uma massa de camponeses sem-terra, também privados dos meios e submetidos a regimes de trabalhos baseado na exploração nas terras de seus patrões. Mais adiante no texto da comissão de estudos sobre reforma agrária, fazendo uso do trabalho de Ruy Cirne Lima “A propriedade e sua distribuição”, no item proposto a discutir sobre o “trabalhador rural” é reconhecida a sua condição de servo da gleba perante a normativa jurídica vigente, onde era permitido que o trabalhador que contraísse dívidas junto ao patrão, ou estabelecimento de comércio deste, pagasse através do uso de seu trabalho²⁵⁵. O plano esboçado pela FARSUL se colocava propositivo para solucionar esse aspecto primitivo da organização do trabalho, não reconhecendo, entretanto, que o sistema brasileiro se aproximava do “comunismo” conforme visto pelos anticomunistas, ou seja, um regime de dominação e exclusão que impunha uma ordem sobre o trabalho e que ditava o ritmo da exploração.

Mas para os setores dominantes do campo a questão de construir uma alternativa a mobilização dos camponeses era fundamental; com essa finalidade a busca do caminho da “modernização” da ordem vigente era apresentada como uma necessidade para a própria sobrevivência da propriedade, da pátria e da família. Não por acaso “Deus, pátria e família” se consolidou como um lema dos anticomunismos brasileiros durante a década de 1960.

No documento de contribuições da FARSUL sobre a reforma agrária há críticas à criação da SUPRA (Superintendência da Política Agrária) - que fora criada no final de 1962 entre os meses de outubro e dezembro pelo Governo Federal - ,

²⁵⁵ FARSUL. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária**, 1962, p. 22-23.

sugerindo a criação de um “Conselho Nacional Agrário”, “presidido por pessoa de altos atributos morais, intelectuais e técnicos, de escolha do Presidente da República, dentre três nomes enviados a S. Excia. pela Confederação Rural Brasileira”²⁵⁶. Conforme a concepção expressa no documento, a SUPRA seria parte dos órgãos que eram “transformados em paraíso do empreguismo político”²⁵⁷. Nesse aspecto denota o desejo das classes patronais em ter o controle dos direcionamentos dos programas agrários tanto em nível regional, como em âmbito federal, sem a interferência política dos movimentos camponeses organizados, como nos casos das Ligas Camponesas no Nordeste e do MASTER no Rio Grande do Sul.

O planejamento ainda contempla outros temas, como: o “Fundo Agropastoril”, que seria responsável por financiar a Reforma Agrária; a “desapropriação por interesse social”, “só recorrendo à desapropriação em casos estritos”²⁵⁸; sobre a questão de fixar em lei as taxas permitidas referente aos ganhos do proprietário em regime de parceria e de tempo de arrendamento sobre o tipo de produção.

No item final do texto, “contribuição concreta da classe rural”, são colocadas as “condições” para que o “ruralismo do Rio Grande do Sul” se disponha para “contribuir materialmente”²⁵⁹. Entre as demandas estão colocadas questões sobre a organização da estrutura agrária. É sugerido que a formação de novas “comunidades rurais” sob aprovação do Conselho Estadual contivesse a representatividade da “classe rural, as demais classes econômicas, ao lado de representantes do poder público”²⁶⁰; estabelecem que a organização social e econômica adotados estejam “afastados inteiramente quaisquer projetos de estatização ou coletivização dos núcleos coloniais”²⁶¹. O texto encerra-se com a seguinte passagem,

Seria de alto alcance patriótico o possível entendimento entre o Governo do Estado, chefiado por Vossa Excelência, e a classe rural, representada por sua entidade-mater, em torno dos princípios e objetivos concernentes ao palpitante problema da Reforma Agrária, como passo preliminar na instituição de um clima de compreensão e boa vontade, para o encaminhamento sereno das providências

²⁵⁶ Ibidem, p. 19-20.

²⁵⁷ FARSUL. op. cit., 1962, p. 19.

²⁵⁸ Ibidem, p. 21.

²⁵⁹ Ibidem, p. 23.

²⁶⁰ Ibidem, p. 23.

²⁶¹ Ibidem, p. 24.

necessárias à transição a um sistema econômico e social mais solidarista, mais humano e mais justo. (FARSUL. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária**, 1962, p. 24)

A transição a um “sistema econômico e social mais solidarista, mais humano e mais justo” passaria pelo caminho do que fora compreendido como “modernização”. O reconhecimento da necessidade de agir sobre a questão agrária regional por parte do ruralismo sul-rio-grandense foi se consolidando no desenvolver do processo de lutas. Neste momento, ainda tínhamos uma perspectiva apresentada por parte do patronato de estabelecer um “clima de compreensão e boa vontade” com os governos estaduais e federal, elaborando e se dedicando a estudos sobre as possibilidades de uma reforma agrária dentro de seus marcos ideológicos. Nos é relevante pensar essa interpretação da realidade dos setores dominantes e a questão da “modernização” é fundamental para tal. Pois é através dessa questão que podemos compreender como as classes dominantes se estruturam enquanto tais no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e a adesão à ideologia dominante - de caráter “hemisférico”, no que tange a constituição do território pertencente.

Ou seja, o processo de dominação que constitui as classes dominantes exige que estas se vinculem aos valores e a identidade externa²⁶², passando de classes dominantes à classes dirigentes e subordinadas ao próprio processo que constitui sua dominação. O “atraso”, na realidade, está vinculado aos próprios setores dominantes internos, a exemplo da enunciada crise da estrutura agrária no Rio Grande do Sul que tinha por base o próprio sistema de propriedades (sua concentração). Nesse sentido “modernização” e “atraso” estão atrelados e são codependentes, sendo o uso da “modernização” o pretexto para a manutenção do seu domínio. Dito isso, observemos estes trabalhos dos grupos de estudos do patronato rural enquanto fontes que nos permitem acessar a forma com que se debruçaram sobre as condições da realidade brasileira, seus alinhamentos políticos

²⁶² No sentido da adesão à ideologia dominante, que vai além das fronteiras nacionais e se consolida de maneira transnacional. É incorporada internamente pelas classes que se dispõem a dominantes. Os ditos e exigências das classes dominantes, de fato, irão consolidar a dominação interna de caráter nacional e, mais ramificada, de caráter regional. A esses valores e a essa identidade corresponde o desenvolvimento do capitalismo ocidental em sua forma belicosa da Guerra Fria, promovendo a guerra interna às nações para consolidar seu modo de produção.

e operações ideológicas. E sobretudo, a adesão a uma visão de mundo anticomunista que organizava a classe e alicerçava sua ideologia.

4.3 *A propriedade e sua distribuição*: contribuições de Ruy Cirne Lima aos estudos da FARSUL

“Vêm, de longe, dos confins da história, os traços da evolução social e jurídica, que à nossa geração incumbe prolongar, até a geração que nos sucederá.” (LIMA, Ruy Cirne. 1962, p. 15)

O livreto de Ruy Cirne Lima, catedrático da Faculdade de Direito da UFRGS²⁶³ e representante da FARSUL na Comissão Mista, aborda a questão do direito à propriedade privada da terra fazendo referência a pensadores que perpassam a antiguidade, o medievo e o período moderno²⁶⁴. Coloca seus argumentos e fundamentações nessa longa duração da constituição do direito privado da terra. Nesse sentido, estabelece elo com uma tradição de pensar o direito à propriedade e a sua distribuição, muito associada com a questão da hereditariedade.

Começa dissertando sobre o “direito natural à propriedade”²⁶⁵, passando pela “distribuição entre os povos antigos”²⁶⁶ e chegando a questão da “ocupação como modo de adquirir”²⁶⁷. Busca legitimidade nas origens do “ocidente” para fundamentar sua compreensão da realidade concreta, apresentada diante de si e dos seus pares, durante os primeiros anos da década de 1960. Discutindo a partir das ideias de

²⁶³ Conforme Gasparotto (2016), Ruy Cirne Lima pertencia ao “Grupo dos Católicos” na direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ruy era pai do secretário da FARSUL na gestão 1959-1961, Luiz Fernando Cirne Lima. (p. 163, 189).

²⁶⁴ Entre os autores, se destacam: Aristóteles; Horácio; Santo Tomás; Ulpiano; Gaio; Heinécio (séc. XVIII); Grócio (império holandês); Tácito; Cícero; M. Zalba.

²⁶⁵ LIMA, Ruy Cirne. **A propriedade e sua distribuição: Contribuição ao relatório da Comissão designada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, acerca da Reforma Agrária**. Porto Alegre: Gráfica da Livraria do Globo S.A. 1962, p. 3.

²⁶⁶ LIMA, op. cit., 1962, p. 4.

²⁶⁷ LIMA, op. cit., 1962, p. 4.

Hugo Grócio²⁶⁸, Cirne Lima argumenta que, a “ocupação, enquanto modo de adquirir, supõe a distribuição anterior dos bens: ocupa-se o que não foi distribuído, ou o que a lei permite se ocupe, apesar da distribuição anterior” (LIMA, 1962, p. 5). E citando Santo Tomás, escreve:

O fim da distribuição, a seu turno, é a constituição da propriedade, ou patrimônio individual; e o fim, que é causa da distribuição, é causa, também, de que se mantenha e conserve, como distribuído, o patrimônio, ou propriedade, resultante da distribuição. (p. 7)

A distribuição dentro dessa perspectiva encontra-se intimamente ligada à hereditariedade e à acumulação. O autor fazendo referência ao Gênesis, diz que “Adão teria feito entre Abel e Caim, com a autoridade de primeiro patriarca”, o que seria a “distribuição prévia dos bens à disposição da coletividade humana”²⁶⁹. Nas diferentes passagens e autores, há a noção de que existe um direito privado que precede o comunitário. Em outras palavras, que o “direito natural” precede a sociedade civil. Essa é a visão contida na encíclica *Mater et Magistra* e na Doutrina Social da Igreja, por exemplo.

Cirne Lima insiste na “distribuição originária”. Para o autor, se esta foi “justa”, não necessariamente permanecerá assim, transformando-se, possivelmente, dentro de duas ou três gerações. Os sistemas econômicos vigentes, segundo o autor, seriam os agentes que operam nessa transformação. Segundo o intelectual ruralista,

O sistema econômico pode ser monárquico, tal o da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; pode ser oligárquico, qual o da maioria das Nações ocidentais; e pode ser democrático, assim como o sonhado pelos doutrinadores do distributismo econômico. (LIMA, 1962, p. 7-8)

²⁶⁸ “Os holandeses, na pessoa de Hugo Grócio (1583-1645), criaram uma ideologia que se ajustava a seus meios “extraeconômicos” de estabelecimento de uma supremacia comercial. [...]

Grócio, como outros teóricos do século XVII, recebeu crédito por algo semelhante a uma concepção de estado de natureza, segundo a qual os indivíduos possuem direitos naturais anteriores à sociedade civil e dela independentes. [...]

O argumento de Grócio tinha claras afinidades com o princípio legal romano de *res nullius*, que decretava que toda “coisa vazia”, como terra não ocupada, era propriedade comum até ser posta em uso – no caso da terra, especialmente uso agrícola. Essa seria uma justificação comum da colonização europeia. (WOOD, Ellen. **O império do capital**. 2014, p. 60-61, 63).

²⁶⁹ LIMA, op. cit., 1962, p. 6.

Vemos o que o autor compreendia enquanto sistemas econômicos. Enquanto na maioria das nações ocidentais predominava o domínio das oligarquias sobre as economias, nas repúblicas soviéticas se dava de forma “monárquica”, sendo a democracia um sonho para aqueles ligados ao chamado distributismo econômico. Mas não qualquer forma de distribuição. O autor chama atenção para a diferenciação entre reforma agrária e distribuição de terras. Aliás, é em torno dessa questão que o texto é articulado, para colocar em evidência – conforme a ótica da visão patronal sustentada por Cirne Lima, e isso é considerar a influência que tem a Doutrina Social da Igreja em seu pensamento - a problemática agrária em aberto no estado do Rio Grande do Sul.

Fazendo uso de Santo Tomás, Cirne Lima argumentava que se “a distribuição originária foi injusta, responsável pelos danos que assim causou, é o Estado, do qual emanou a lei, que regulou a distribuição, ou o ato que a efetuou”²⁷⁰. Mas isso não é considerar que a propriedade seja ilegítima, ao contrário, justifica que a propriedade é legítima e que a operação é válida²⁷¹.

Não se há de consentir, portanto, ao Estado que, sem contraprestação adequada, arrebate ao indivíduo os bens, de que este se tornou proprietário, a pretexto de injustiça na distribuição originária, ou de subversão desta, por influência do sistema econômico vigente. (LIMA, 1962, p. 9)

Consolidava sua perspectiva de que a propriedade estaria garantida sob qualquer circunstância, não podendo o Estado desapropriar as terras mesmo que estas tenham se constituído de maneira injusta²⁷². Essa concepção teórica, fundamentada na História do Direito, de certa maneira, blindava o status da propriedade privada da terra de possíveis intervenções, em especial a reivindicação

²⁷⁰ LIMA, op. cit., 1962, p. 8.

²⁷¹ Faz referência à M. Zalba, *Theologiae Moralis Summa*. 1953.

²⁷² Note-se que o termo “injusta” nessa configuração aparece atravessado de moralidade cristã, servindo para justificar a *legitimidade* da injustiça originária.

comum dos movimentos do campo no período, a desapropriação de terras. Cirne Lima assim colocava a questão da desapropriação:

Qualquer que seja, pois, o interesse, social ou público, conducente à desapropriação, esta se realiza, sempre, por necessidade e utilidade públicas, na medida em que, por necessidade pública, derroga a garantia legal da propriedade privada e, por utilidade pública, da propriedade mesma, despoja o indivíduo, em favor do Estado. Nem é novidade que, se assim houver de fazer-se, o indivíduo, a quem a propriedade se arrebate, há de ser justa e plenamente indenizado. (LIMA, 1962, p. 9)

Estabelece, assim, que a propriedade desapropriada deve ser “justa e plenamente indenizada”. Na visão defendida pelo autor, reforma agrária e distribuição da terra teriam que ser tratadas sem “confusão” entre uma e outra. Para o autor, o que “se visa, com a redistribuição da terra, não é, na verdade, meramente uma reforma da economia agrária: é, sim, a transformação do sistema econômico vigente [...]” (LIMA, 1962, p. 10). Na sequência afirma que essa transformação é necessária,

para cristianizar e, conseqüentemente, humanizar a ordem social contemporânea. É mister, porém, que se realize, ela, sem ruptura com a civilização, a que pertencemos, fiel, portanto, aos princípios que, a esta, lhe informam a estrutura e a evolução (LIMA, 1962, p. 10)

Observemos as preocupações do autor nas passagens que se debruça sobre a reforma agrária. É correto afirmar que, ao pensar sobre a questão agrária, Cirne Lima, apesar do arcabouço que perpassa a filosofia do Direito ocidental, parte das condições que se apresentam no estado do Rio Grande do Sul nos anos iniciais da década de 1960. Pensa reforma agrária e distribuição da terra como algo relacionado aos movimentos sociais do campo, e que caberia aos ruralistas mais ilustrados elaborar uma espécie de conceituação mais precisa, conforme seu alinhamento ideológico e visão de mundo pré-estabelecida. A não ruptura com a “civilização”, é algo de suma importância entre o pensamento patronal que articularia

a ideologia dominante frente a luta de classes deflagrada. Outra constante é o caráter fantasmagórico do “comunismo”, como algo sempre presente nas sombras e ávido por subverter a ordem das coisas em vigência. Deixar que a “subversão” prevalecesse seria abdicar da “civilização” e imergir na barbárie. Essa noção é central dentro da concepção de mundo anticomunista dos anos 1960.

Podemos constatar a partir das obras dos ruralistas, e das contribuições feitas através da FARSUL, que a classe esteve atuante enquanto um movimento político organizado, articulando a ideologia e os aparatos estatais. As ideias colocadas em circulação e inseridas no debate público estavam nessa direção, de fazer a disputa em torno dos projetos que iriam ditar os caminhos da nação, em especial através do uso do Estado. Ou seja, que os planos tinham como objetivo se tornarem planejamento de Estado, de caráter disciplinador da coisa pública e da ordem social estabelecida.

Na passagem a seguir, Cirne Lima escreve sobre a situação do trabalhador rural no Brasil, frente à norma jurídica que estabelece a situação de emprego. Conforme o autor, caso o trabalhador encontre-se em débito com o empregador, “esta circunstância constará do atestado”, e o novo empregador, que aquele vier a ter, ficará “responsável pelo devido pagamento (art. 1230, al. III, Cód. Civ.)”²⁷³,

Trata-se de uma odiosa servidão obrigacional que, posto desconhecida na “campanha” riograndense, nem por isso deixa de ser aflitivamente degradante como instituição jurídica. “Sobra direta da escravidão”, à sua vez, é o “cambão, ainda em pleno vigor no Nordeste”. Denomina-se “cambão” o contrato, hoje inominado, pelo qual o proprietário presta o uso de uma fração de terra ao cultivador, mediante a contraprestação de um ou mais dias de trabalho por mês ou por semana, a que este último fica obrigado, mas em área diferente, da de que recebe o uso. Subsiste, consuetudinariamente, no “cambão”, a antiga figura dos serviços pessoais como contraprestação do aforamento – os opressivos serviços pessoais, abolidos em Portugal na primeira metade do século XIX e, segundo Teixeira de Freitas, nunca admitidos no Brasil, “para que tivéssemos necessidade de os abolir”. No Rio Grande do Sul, diversamente, a condição do trabalhador rural, enquanto às áreas pastoris, é sinalada pelo coletivismo indiferenciado do “galpão”, habitação comunitária dos empregados ou “agregados”, em cuja feição social transparece uma como reminiscência da família servil romana. Aqui, o vínculo de servidão prende o grupo, e traduz-se, no interior deste, pela pressão coletiva, sob a qual se neutralizam as individualidades na

²⁷³ LIMA, op. cit., p. 11.

indiferenciação. De qualquer maneira, a condição do trabalhador rural brasileiro reclama, e urgentemente, a transformação do sistema econômico vigente, também em falha quanto a outros aspectos mais gerais; e, dentre os processos para alcançar essa transformação, o em que o sentimento público se tem fixado é o da redistribuição da terra, como forma de limitar e, quiçá, de eliminar, ao cabo, o regime do salariado rural. (LIMA, 1962, p. 12)

Como vemos, Cirne Lima reconhece a condição de superexplorado do trabalhador rural brasileiro, com as características dessa exploração amparadas em lei, como evidencia o ruralista, pois apesar de “desconhecida na “campanha” riograndense, nem por isso deixa de ser aflitivamente degradante como instituição jurídica”. É assumido um diferencial no caso do Rio Grande do Sul, que apesar do aparato jurídico ter aqui se desenvolvido, conforme sua visão, uma relação distinta entre patrão e empregado.

Na figura do “galpão” é associada “uma reminiscência da família servil romana”, onde “se neutralizam as individualidades na indiferenciação”. Essa perspectiva se associa com uma noção muito difundida à época, de que patrões e empregados faziam parte da mesma família, devido a suposta proximidade entre as famílias agregadas e proprietárias e da relação de dependência destes com o patriarca.

Essa seria uma das formas de compreender a passagem de Cirne Lima. No entanto, se evidencia que o autor está indo além dessa questão. É admitida essa perspectiva pelo autor, ao que me parece, entretanto, conforme o trecho “o vínculo de servidão prende o grupo, e traduz-se, no interior deste, pela pressão coletiva, sob a qual se neutralizam as individualidades na indiferenciação”. O autor parece se referir a um processo de homogeneização das condições servis de cada trabalhador através do que ele chama de “pressão coletiva”. Não individualizando a exploração do trabalho, mas a colocando enquanto uma condição experienciada pelo coletivo e suas famílias submetidos a um mesmo patriarca, ou a uma mesma família proprietária. Em sua análise comparativa entre Rio Grande do Sul e o Brasil o autor deixa transparecer que essa relação é um “avanço” – ou algo menos danoso – frente à situação nacional. A noção de harmonia entre patrões e empregados também era utilizada pelos setores alinhados à Doutrina Social da Igreja, que buscava a

“harmonização” das relações sociais, negando e combatendo a luta de classes. Cirne Lima estava de acordo com essa concepção, sugerindo que no estado do Rio Grande do Sul havia esse tipo de vínculo harmonioso, mas não sem contradições, nas relações produtivas.

O autor identifica “a verdadeira posição da questão”²⁷⁴ na diferenciação entre reforma agrária e distribuição de terras alegando que ambos “se conjugam, mas não são distintos, e devem ser resolvidos distintamente, ainda que conjuntamente” (LIMA, 1962, p. 14). Com essa colocação buscava desassociar os temas, como vinha acontecendo nas manifestações dos agricultores sem-terra e do próprio governo do estado. Para o governo petebista, a distribuição de terras e as desapropriações estavam no cerne do projeto de reforma agrária estadual. A FARSUL e seus distintos grupos colocavam-se contrários às desapropriações, em especial na forma como fora proposta pelo governo e reivindicada pelos movimentos sociais. Mesmo admitindo a necessidade da questão, buscaram interpretar e cunhar limites para a ação do Estado nesse sentido. A obra de Cirne Lima trilha esse aspecto, transitando entre proposições do que não fazer, o que seria possível fazer respeitando a ordem estabelecida e os limites para que a reforma agrária não se transformasse em “subversão”. Em relação às bases da cristandade ocidental, dentro de sua perspectiva, o autor alega que,

Não há mudá-la, sem traição à nossa civilização e aos princípios morais que lhe informam a estrutura e a tradição. A mesma desapropriação, entretanto, há de ser prudentemente utilizada com esse propósito. A desapropriação em massa das terras aproveitáveis conduziria ao coletivismo, ou ao absenteísmo, porque tornaria a propriedade desprezível, ao invés de desejável. (LIMA, 1962, p. 14)

Coloca, assim, os limites e o alerta dos perigos de ir “longe de mais” na ideia de desapropriar. Percebamos que a ideologia anticomunista permeia a visão de mundo do autor, que busca uma reforma agrária dentro dos marcos da sua concepção de ordem. O tema “reforma agrária” tem dois tópicos dentro do livro,

²⁷⁴ LIMA, op. cit., p. 13.

encerra-se dissertando sobre a temática, afirmando que eram três os termos para a reforma agrária: o homem, a terra e a comunidade. Segundo o ruralista,

Com relação ao homem, cumprirá se lhe assegurem, enquanto dependam do Estado, a saúde, a educação, a segurança e a suficiência ou, seja, capacidade física, capacidade técnica, fixação territorial, cota proporcional e estável de capital de operação, facilidades de colocação e escoamento regular da produção. Com relação à comunidade, através do Estado, incumbir-lhe-á a promoção e o desenvolvimento de serviços públicos de saúde pública rural, de educação rural, de assistência técnica rural, de crédito agrário, de transporte e armazenamento de produtos agrícolas, etc. [...]. Com relação à terra, seja qual for o índice de distribuição desta, bastará se criem condições de acesso à propriedade rural a todos os indivíduos, pelo critério da igualdade de oportunidade, disciplinando-se, simultaneamente, pelo ângulo da eficiência produtiva, a empresa agrária, individual, familiar ou societária, de tal sorte que, quanto possível, dentro em breve, não haja, no Brasil, terra aproveitável sem aproveitamento eficiente. (LIMA, 1962, p. 15)

Em relação ao *homem* e à *comunidade*, acata as necessidades da precariedade de condições existentes, sugerindo que o progresso mínimo alcance as populações rurais. O acesso às propriedades, quando trata sobre a *terra*, também vai nessa direção, de sugerir que o poder público forneça o básico para garantir “igualdade de oportunidade”. No entanto, colocando que o disciplinamento das propriedades se daria “pelo ângulo da eficiência produtiva”, os critérios seriam os imperativos da competição, da acumulação e da produtividade crescente do trabalho, não necessariamente seria garantida uma igualdade de oportunidades; ao contrário inclusive.

O livreto publicado pela gráfica da Livraria do Globo S. A. encerra com uma referência a Cícero, “grande é o trabalho, mas igualmente grande é o homem que trabalha para o bem comum” (LIMA, 1962, p. 15). Atribui, assim, ao espírito da contribuição de sua classe a busca do “bem comum”.

Na obra de autoria de Cirne Lima, podemos observar seu alicerce na Doutrina Social da Igreja e seu vasto referencial na História do Direito, buscando uma tradição interpretativa para sua visão acerca das problemáticas que se apresentavam em seu tempo. A *propriedade e sua distribuição* é uma interpretação

erudita sobre as condições de domínio e servidão. Ficando raízes na tradição do desenvolvimento civilizatório do ocidente cristão e romano, o autor agrega identidade à consciência de sua classe, interpretando os conflitos com um olhar sobre a longa duração da constituição da propriedade perante o Direito, o que faz com que legitime o sistema de propriedade sem negar as contradições existentes.

No que diz respeito a luta pela terra entre os anos de 1961-1962, o autor trilha os caminhos dentro da “ordem”, estabelecendo os limites para que esta não seja “subvertida” e um outro processo se abra diante de seus domínios. A não ruptura com a “civilização”, a “humanização” das relações de trabalho, e a “harmonia” entre patrões e empregados são valores que aproximam o pensamento do autor de uma perspectiva anticomunista, sob a égide da ideologia dominante – em seu caso específico, favorável ao desenvolvimento econômico capitalista, mas dentro dos termos da DSI, que se propõe enquanto uma alternativa ao “capitalismo” e ao “comunismo”. Isso no âmbito prático se refletiria na disputa em torno do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, seu caráter e forma. O contraponto ao “comunismo” seria o estabelecimento da hegemonia ideológica capitalista, e nesse ponto os diversos anticomunismos estavam de acordo. No entanto, isso não quer dizer que havia homogeneidade entre os anticomunistas sobre o projeto de nação a ser desenvolvido.

Cabe salientar a importância destes intelectuais e estudos da classe patronal para a elaboração e sedimentação dessas visões de mundo do patronato. Levando em consideração também que os livros e livretos se direcionavam a um público alvo diferenciado do público dos periódicos de circulação cotidiana. Essas obras se inseriram como embasamento para as visões de mundo de sua classe, pautando o próprio conteúdo dos debates e opiniões públicas emitidas pelos ruralistas e suas entidades representativas que permearam os periódicos da época. Ou seja, as obras dos ruralistas alicerçaram uma perspectiva voltada para sua classe, servindo de fonte para o movimento ruralista e para leigos letrados que possuíam interesse mais aprofundado no assunto, já que os livros eram apresentados como estudos acerca da temática agrária, constituindo-se como obras de “especialistas” na questão.

5 Considerações finais

Ao chegar no término deste trabalho fica evidente a complexidade da realidade histórica sobre a qual nos debruçamos ao longo destes três capítulos. Múltiplos agentes entrelaçados, eventos no curso do processo e uma estrutura social desigual enraizada historicamente. As conclusões de uma dissertação, como não poderiam deixar de ser, são indicativas de resultados alcançados, mas também dos limites e das possibilidades abertas.

Durante o primeiro capítulo, demos ênfase em nossa leitura acerca da realidade histórica, com primazia para a construção de uma interpretação sobre as condições concretas do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960. Partimos de uma discussão historiográfica e passamos por um debate teórico acerca do que compreendemos enquanto ideologia. Buscou-se, com isso, a compreensão do fenômeno anticomunista nos marcos da década de 1960 brasileira. Disso, passamos a tentativa, ainda que modesta, de descrever a estrutura econômico-social do Rio Grande do Sul, apresentando alguns debates tanto da época, quanto atualizando os dados e colocando autores contemporâneos que refletiram sobre as temáticas, nos auxiliando nas reflexões. Encerramos o primeiro capítulo com uma discussão acerca do ruralismo sul-rio-grandense, suas principais entidades e seus alinhamentos ideológicos no período, propondo uma interpretação do fenômeno para nos facilitar na abordagem dos grupos sociais investigados.

Neste momento da pesquisa, não havia total clareza dos direcionamentos que o trabalho iria tomar. Havia sim, um ideal de fontes e possibilidades em aberto que foram se modificando ao longo do processo de pesquisa empírica e de trabalho na redação do texto. A mutação do projeto inicial se deu no curso da pesquisa, de forma natural e consciente. Ao longo do segundo capítulo tivemos uma série de dúvidas enquanto ao recorte temporal do projeto inicial, que se configurou enquanto 1961-1964. Essas dúvidas foram motivadas pela grande quantidade de fontes disponíveis – até o término do primeiro ano de mestrado, cogitávamos em trabalhar com os acervos classificados do “*Correio do Povo*” e também com os “*Anais da*

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul” sob o mesmo recorte temporal entre os anos de 1961-1964.

A escrita do segundo capítulo, portanto, nos possibilitou uma perspectiva nova, tanto acerca da realidade histórica sobre a qual nos debruçávamos, mas sobretudo, sobre as especificidades deste período. O recorte estabelecido entre 1961 e 1962 começou a fazer sentido metodológico a partir das fontes selecionadas, ampliando o cosmos da pesquisa para este período. Deste conflito metodológico interno do processo de pesquisa nasceu a percepção de uma temporalidade própria para a questão agrária no Rio Grande do Sul entre estes dois primeiros anos da década de 1960, distinguindo-se dos anos subsequentes (1963-1964). Enquanto percebíamos que entre os anos de 1963-64 a lógica patronal repressiva já estava em curso e fazendo o uso dos anticomunismos - seja através do governo estadual de Ildo Meneghetti ou do patronato rural através das associações rurais e da FARSUL - não tínhamos total clareza de como foi manifestado este fenômeno ao longo dos dois anos anteriores. Em especial, no que corresponde ao alicerçamento de uma racionalidade anticomunista embasada na ideologia dominante do período da Guerra Fria.

Foi percebido, portanto, que entre os anos de 1961 e 1962 o anticomunismo não só não foi homogêneo, como também foi alvo de disputas entre os diferentes espectros da política regional como um posicionamento político concreto para a interpretação da realidade experienciada naquele contexto histórico. Ou seja, que o anticomunismo na década de 1960 gerou uma identidade política que transcendia o espectro político nacional, havendo anticomunismos no campo da direita e da esquerda, anticomunismos religiosos e científicos, anticomunismos “esclarecidos” / “ilustrados” e “obscurantistas”. Com isso, buscamos evidenciar que o anticomunismo foi uma força política real, concreta, nas lutas políticas da Guerra Fria e que permeou a vida social no período (processo) que antecedeu o golpe de 1964. O que me parece provável é que a partir de 1963 começa a ser consolidada uma hegemonia sobre esse campo político, gerando consenso acerca do projeto e dos “inimigos”. A expressão “coalizão anticomunista” para a derrubada de João Goulart faz todo o sentido, aglutinando diferentes setores, forças e principalmente, distintas

visões de mundo que tinham em comum apenas o temor da “infiltração comunista” encarnada na figura de Goulart e do governo federal.

Nas obras que abordamos no terceiro capítulo, os autores escolhidos expressam essa perspectiva mais “ilustrada”, mesmo sendo intelectuais do movimento ruralista sul-rio-grandense e com vínculos próximos à grande propriedade e com interesses de sua classe atravessando suas ideias. No pensamento de Saint Pastous, por exemplo, há toda uma preocupação com os fundamentos de sua visão de mundo, de um equilíbrio na relação homem x natureza, no cuidado com os solos e na promoção de uma melhoria nas condições de vida da população rural. Este último elemento também é evidenciado no pensamento de Cirne Lima. Mesmo no estudo promovido pelo grupo de estudos da FARSUL como contribuição aos estudos sobre a reforma agrária no estado gaúcho, havia o reconhecimento da necessidade de lidar com a questão agrária, admitindo até mesmo a reforma agrária buscando um direcionamento dos interesses patronais no cerne do projeto a ser elaborado.

Entre os anos de 1961 e 1962 houve um “despertar da classe” patronal rural, passando de um não reconhecimento da reforma agrária para a admissão da problemática agrária estadual. Houve uma reorientação de sua principal entidade regional, a FARSUL, e inserindo-se na centralidade dos debates, inclusive, disputando o conceito de reforma agrária com os movimentos de luta pela terra e o governo estadual liderado por Leonel Brizola (PTB). Mas apesar desse esforço, evidenciamos que não havia o consenso intraclasse quanto às concessões dos ruralistas no que tange a reforma agrária. Alguns setores ruralistas se opuseram a qualquer tipo de concessões, fazendo uso do discurso anticomunista para ocultar seu objetivo central que era manter os privilégios dos grandes proprietários e o *status quo* da propriedade da terra no estado.

Portanto, o presente trabalho perpassa uma série de conflitos em torno da propriedade da terra no estado do Rio Grande do Sul e a complexidade destas disputas e as relações das classes dispostas na contenda. A diversidade de fatores, de eventos e de agentes e agências envolvidas na realidade histórica investigada é algo que em um primeiro momento torna difícil a interpretação deste processo, mas

que, no entanto, possibilita um leque amplo de pesquisas dentro dessas temáticas fazendo uso de distintos aportes teórico-metodológicos.

Nossa pesquisa buscou se inserir no tema da questão agrária sul-riograndense e da História dos anticomunismos brasileiros como um esforço individual-coletivo de compreensão das formas de dominação no campo, da construção das visões de mundo e da relação do movimento político e da ideologia da Guerra Fria articulados às classes dominantes rurais do período. Cabe por fim, elencar algumas conclusões pontuais obtidas ao longo do processo de pesquisa e redação da dissertação.

Primeiro, o problema era o “comunismo” ou uma reforma agrária que modificasse a estrutura fundiária? Ao que tudo indica, a aderência de “comunista” às reformas que propunham uma transformação social na realidade brasileira se deu em função do medo das classes dominantes de perder poder político devido a possibilidade de modificação do *status quo*. Nesse sentido, o “comunismo” servia de bode-expiatório para combater a possibilidade real de uma reforma agrária que tinha por base os movimentos sociais do campo e as populações rurais.

Qual o sentido da reforma agrária buscada pelos setores patronais? Levando em consideração a não homogeneidade das classes dominantes e que nem em todos os setores patronais se aceitava os preceitos da existência de um plano de reforma agrária, aqueles que se propuseram a pensar o cerne de uma reforma agrária incorporando os interesses patronais defendiam um projeto que trabalhasse na “harmonização” da vida rural. Ou seja, o combate das mazelas mais evidentes da população rural através da criação de uma “classe média rural”. Nessa concepção, o acesso à saúde, à educação e às políticas de financiamento eram fundamentais para o combate da luta de classes no campo, constituindo uma classe de pequenos e médios proprietários e operários especializados inseridos no circuito de acumulação capitalista no campo. Isso significaria a exclusão dos excedentes populacionais rurais, ou seja, exôdo rural e expulsão de famílias camponesas.

O anticomunismo da Guerra Fria como algo mais vinculado às relações geopolíticas do eixo Norte-Sul do que o estipulado pela ideologia dominante (Oeste vs Leste). Fica evidente o atrelamento ideológico das classes dominantes brasileiras

ao arcabouço do maquinário bélico do império estadunidense, especialmente após os desdobramentos dos eventos ocorridos a partir de 1964. Isso significa que os usos do combate ao “comunismo” internamente serviu a uma lógica específica da luta de classes no período, ou seja, que os movimentos sociais, as autarquias e instituições e até governos regionais que se contrapunham a lógica hegemônica oriunda do estrangeiro seriam tratados como “aliados do inimigo vermelho”. Isso resultou em perseguição e difamação pública de pessoas de distintas concepções ideológicas e visões de mundo, tudo sob o espectro da “caça aos comunistas”.

Outro fator que destacamos em nossa pesquisa foi a importância que teve o “*Correio do Povo*” como espaço de manifestações de interesses corporativos (do capital) nos debates públicos acerca da questão agrária sul-rio-grandense. Através desse periódico era possível acompanhar a situação do avanço comunista do bloco soviético na Europa, o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste e os debates em torno da crise econômica do setor agrário no Rio Grande do Sul. A questão de pautar tanto os debates públicos como os próprios acontecimentos relacionados a luta pela terra no estado dá ao periódico um caráter especial no que tange a sua especificidade como fonte e ator social. Nesse sentido, o “*Correio do Povo*” teve importante participação na divulgação da organização e das ideias do patronato rural sul-rio-grandense.

A crise do sistema produtivo em função do esgotamento da fronteira agrícola que se apresentou no início dos anos 1960 no Rio Grande do Sul forçou o patronato a sair da posição negacionista e, através de seus intelectuais, passar a atuar mais ativamente no debate público e na articulação de sua classe. Um dos primeiros movimentos patronais ao reconhecer a possibilidade do desenvolvimento de um programa de reforma agrária através dos governos Brizola e João Goulart foi reivindicar para sua própria classe o dever de pensar a questão agrária brasileira, não permitindo que se promovesse qualquer tipo de reforma sem a participação dos ruralistas.

Estes últimos cinco parágrafos se configuram como sínteses pontuais acerca de algumas problemáticas que foram identificadas na presente pesquisa. Longe de esgotar os temas, a presente dissertação buscou evidenciar a complexidade dos eventos e do processo histórico em questão, deixando questões e problemáticas

para nos auxiliar na compreensão de um período tão conturbado de nossa História. Outro elemento que ficou evidente ao longo da pesquisa foi a luta de classes como um fenômeno histórico-social capaz de mobilizar os agentes sociais, gerando o reconhecimento de sua posição de classe e despertando consciência acerca do seu tempo histórico.

LISTA DE FONTES

Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (1961-1964). Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

CARTA DE PUNTA DEL ESTE. OEA, Documentos Oficiais. OEA / Ser.H / XII.1. Rev. 2 (español). Punta del Este, Uruguay del 5 al 17 de 1961.

COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. Relação dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares. Diretor Executivo: Arquiteto Paulo Alberto Schmidt. 1961.

CORREIO DO POVO (1961-1964). Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

ENCÍCLICA MATER ET MAGISTRA. João XXIII. Roma / Vaticano, 1961.

NOVOS RUMOS (1962). Disponível em: << <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/index.htm> >>.

DOCUMENTOS DA FARSUL E OBRAS DE RURALISTAS:

CARTA DE SANTA MARIA. **Concentração Rural de Santa Maria**. Discurso pelo Presidente da FARSUL. Janeiro, 1962.

FARSUL. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária**, 1962. Acervo FARSUL.

LIMA, Ruy Cirne. **A propriedade e sua distribuição: Contribuição ao relatório da Comissão designada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, acerca da Reforma Agrária**. Porto Alegre: Gráfica da Livraria do Globo S.A. 1962.

PRUNES, Lourenço Mário. **Reforma Agrária Integral**. Porto Alegre: Sulina, s/d.

FARSUL. **RELATÓRIO DA DIRETORIA E MENSAGEM AO RURALISMO**. 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962. Acervo FARSUL.

SAINT PASTOUS, Antônio. **A terra e o homem: Viver melhor produzindo melhor**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

ACERVOS DIGITAIS:

BRASIL NUNCA MAIS (digital). Disponível em: << <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> >>.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: << <https://cpdoc.fgv.br/> >>.

Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: << <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/> >>.

Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Disponível em: << <https://library.brown.edu/create/openingthearchives/en/> >>.

President's Daily Brief 1961-1969. CIA. Disponível em: <<
<https://www.cia.gov/library/readingroom/collection/presidents-daily-brief-1961-1969> >>.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: <<
<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp> >>.

Referências Bibliográficas

12000 ANOS DE HISTÓRIA: **Arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ACCURSO, Cláudio. **Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEPE, 1960. In: Ensaios FEE, 1982. p. 41-77.

ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Arnaldo I. **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, n. 16, 1965. (Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico).

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha: Ação Político-Ideológica da Igreja Católica no Movimento Camponês do Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado), Curso de Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.

BATISTA, Alexandre Blankl; SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; PAZIANI, Rodrigo. (Org.). **Estado, poder e revoluções: reflexões em um mundo em crise**. Porto Alegre: FCM, 2019.

BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução**. In: *Os pensadores*. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O anjo da história**. [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. **O capitalismo como religião**. [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENSAÏD, Daniel. **A semântica dos tempos históricos**. In: *Tempos históricos e ritmos políticos*. Revista História & Luta de Classes nº 9 – junho de 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: JorgeZahar, 2001.

BRUNO, Regina. **O ethos da propriedade da terra no Brasil**. In: **Mundo rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas** / LIMA, E; DELGADO, N; MOREIRA, R. (ORG.). Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal.** Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CALIL, Gilberto G. **Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965).** Cascavel: Edunioeste, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador.** In: **História das Américas [recurso eletrônico]: fontes e abordagens historiográficas.** VILLAÇA; PRADO (Org.). São Paulo: Humanitas: CAPES: 2015.

CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. **Os conflitos agrários no norte gaúcho: 1960 – 1980.** Porto Alegre: Edições Est., 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHACON. Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas.** Brasília: UNB, 2ª edição, 1985.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COELHO, Teixeira (org.). **Dicionário crítico de política cultural. Cultura e imaginário.** São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSTA, Emilia Viotti da. **Estruturas Versus Experiência – Novas Tendências na História do Movimento Operário e da Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde o que se ganha.** BIB, Rio de Janeiro: n. 29, p. 3-16, 1º semestre de 1990.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOMINGOS, Charles sidarta machado. **A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes. 1981.

ECKERT, Córdula. **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964.** Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

_____. **O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul.** In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

EAGLETON, Terry. **Capitalismo, modernismo e pós-modernismo.** Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995, p.53-68.

FARSUL. **70 anos: 1927-1997.** Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1997.

_____. **Reforma Agrária: Contribuições da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária,** 1962.

FEE (FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA). **25 anos de economia gaúcha. Vol.3. A agricultura do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1978.

FERREIRA, Fábio Donato. **A Redemocratização do Riso: As Charges da Grande Imprensa na Reabertura Política (1979-1985).** Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. - (*O Brasil republicano; v.3*).

FLACH, Ângela. **“Os vanguardeiros do anticomunismo”: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966).** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

FONTOURA, Luiz. **Agricultura: Da Associação à Modernização.** In: **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985).** Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de Volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços.** Porto Alegre: L&PM, 2018.

GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado: Crimes da ditadura, “Leis de Impunidade” e decisões das Supremas Cortes no Brasil e na Argentina.** Curitiba: Appris, 2018.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros ruralistas!”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRESPLAN, Jorge. **A dialética do avesso**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.14, 2002, p. 26-47.

GRYNSZPAN, Mário. **Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out., 1990.

HARRES, Marluza Marques. **Movimentos Sociais Rurais**. In: **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de Volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 248.

_____. **Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960**. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127 jul. 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HEINZ, Flávio (Org.). **O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

_____. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HERRLEIN, Ronaldo; CORAZZA, Gentil. **Indústria e Comércio no Desenvolvimento Econômico (1930-1985)**. In: **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de Volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IANNI, Otávio. **A dialética da História**. In: **História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Junior**. D'INCAO, Maria Angela (Org.). São Paulo: UNESP: Brasiliense, 1989.

_____. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **História y hermenêutica**. In: KOSELLECK; GADAMER. **história y hermenêutica : histórica y lenguaje : una respuesta. La diversidad de las lenguas y la comprensión del mundo**. Barcelona: Paidós, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1975.

LEIPNITZ, Guinter Tlajja. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c.1884- c.1920)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo (ensaio popular)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEVI, Giovanni. **30 anos depois: repensando a Micro-história**. In: MOREIRA, Pulo; VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

_____. **Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo**. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 203-224.

LIMA, Ruy Cirne. **A propriedade e sua distribuição: Contribuição ao relatório da Comissão designada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, acerca da Reforma Agrária**. Porto Alegre: Gráfica da Livraria do Globo S.A. 1962.

LORENTZ, Chris; BEVERNAGE, Berber. **Breaking up Time: Negotiating the Borders between Present, Past and Future**. Vandenhoeck&Ruprecht: Göttingen, 2013.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura sobre as teses "Sobre o conceito de História"**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Reboquismo e dialética: Resposta aos críticos de 'História e consciência de classe'**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas : 1845-1846**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I: O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Revista Rio de Janeiro, n. 12, jan-abril 2004. p. 229-251.

_____. **Trajétórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro**. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Entidades Patronais Rurais no Brasil Recente: Indicações sobre a Disputa pela Hegemonia Setorial**. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). **Estado Brasileiro: Agência e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

_____. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

_____. **Ruralistas e burocratas: modernização e antirreforma agrária na América Latina**. In: GARCIA; RIBEIRO (Org.). **Vozes da Terra: proprietários rurais, camponeses e burocratas na América Latina**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

MIEVILLE, China. **A cidade e a cidade**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Thiago Aguiar de. **“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e sociais do Rio Grande do Sul (1962 – 1971)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NOGUEIRA, Maristel. **O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise**. Tese (doutorado). Porto Alegre: PUC-RS, 2009.

OLEGÁRIO, Thaís Fleck. **A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) no Sul de Mato Grosso: Da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. [et al.]. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985). Vol.1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964**. Porto Alegre: Corag, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à ditadura civil-militar**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **“Pernambuco em perigo: Pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)”**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2008.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira / A questão agrária no Brasil**. Companhia das Letras, 2014.

PRUNES, Lourenço Mário. **Reforma Agrária Integral**. Porto Alegre: Sulina, s/d.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2011.

_____. **Estado e Patronato Rural: a Confederação Nacional de Agricultura (1961-1966)**. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). **Estado Brasileiro: Agência e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

REBELLO, Tiego Rocha. **Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A História da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul.** São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RODRIGUES, Darlan de Farias. **“Caça ao diabo e dominação burguesa”:** Abordagens sobre o anticomunismo do patronato gaúcho durante o pré-golpe de 1964. Trabalho de Conclusão de Curso. Pelotas: UFPEL, 2017.

SAINT PASTOUS, Antônio. **A terra e o homem: Viver melhor produzindo melhor.** Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Carla Luciana. **Anticomunismo brasileiro: Conceitos e Historiografia.** *Tempos Históricos.* M. C. Rondon: v.02, nº 01, p. 195-228. Mar/2000.

_____. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio (orgs.). **Ditaduras, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

SILVA, Ricardo Oliveira da. **Marxismo e escrita da história: os intelectuais e a questão agrária no Brasil (1950/1960).** Jundiaí: Paco, 2018.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964).** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa. Vol. I – A árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Folclore, antropologia e história social.** In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

TODOROV, Izvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VARGAS, Jonas M. **Rastreando indivíduos e redes de relações: algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil.** In: SOARES, Fabrício; SILVA, Ricardo Oliveira. **Diálogos: estudos sobre teoria de história e historiografia: volume II.** Criciúma: UNESC, 2017, p. 133-165.

VELHO, Gilberto. **Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas.** In: VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 13-40.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Um mapa da ideologia/Theodor W. Adorno...[et. al.];** organização Slavoj Žižek; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Darlan de Farias Rodrigues, matricula nº 18103403 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado **Anticomunismos e visões de mundo: o patronato rural sul-rio-grandense e a Reforma Agrária no início dos anos 1960**, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 29 de maio de 2020.

Darlan de Farias Rodrigues

ASSINATURA